



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Rossieli Soares da Silva

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Romero Portella Raposo Filho

Novembro/2018



DIREÇÃO DA REITORIA

REITOR

Virgílio Augusto Sales Araripe

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Reuber Saraiva de Santiago

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Tássio Francisco Lofti Matos

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Zandra Maria Ribeiro Mendes Dumaresq

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Ivam Holanda de Sousa

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

José Wally Mendonça Menezes

DIRETORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Ana Caroline Cabral Cristino

DIRETOR DE GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Carlos Maurício Jaborandy de Mattos

DIREÇÃO GERAL DOS *CAMPUS* E POLO DE INOVAÇÃO

DIRETOR DO *CAMPUS* ACARAÚ

Manoel Paiva de Araujo Neto

DIRETORA DO *CAMPUS* ACOPIARA

Maria Eliane Holanda Coelho

DIRETORA DO *CAMPUS* ARACATI

Márcia de Negreiros Viana

DIRETOR DO *CAMPUS* BATURITÉ

Lourival Soares de Aquino Filho

DIRETOR DO *CAMPUS* BOA VIAGEM

João Paulo Arcelino Rego

DIRETOR DO *CAMPUS* CAMOCIM

Gilson Soares Cordeiro

DIRETOR DO *CAMPUS* CANINDÉ

Francisco Antônio Barbosa Vidal

DIRETOR DO *CAMPUS* CAUCAIA

Jefferson Queiroz Lima

DIRETOR DO *CAMPUS* CEDRO

Fernando Eugenio Lopes de Melo

DIRETORA DO *CAMPUS* CRATEÚS

José Aglodualdo Holanda Cavalcante Júnior

DIRETOR DO *CAMPUS* CRATO

Joaquim Rufino Neto

DIRETOR DO *CAMPUS* FORTALEZA

José Eduardo Souza Bastos

DIRETORA DO *CAMPUS* AVANÇADO GUARAMIRANGA

Francisca Ione Chaves

DIRETOR DO *CAMPUS* HORIZONTE

Antônio Moisés Filho de Oliveira

DIRETOR DO *CAMPUS* IGUATU

Dijauma Honório Nogueira

DIRETOR DO *CAMPUS* ITAPIOCA

Francisco Regis Abreu Gomes

DIRETOR DO *CAMPUS* JAGUARIBE

Izamaro de Araujo

DIRETOR DO *CAMPUS* AVANÇADO JAGUARUANA

Francisco Evandro de Melo

DIRETOR DO *CAMPUS* JUAZEIRO DO NORTE

Guilherme Brito de Lacerda

DIRETORA DO *CAMPUS* LIMOEIRO DO NORTE

Jânia Maria Augusta da Silva

DIRETOR DO *CAMPUS* MARACANAÚ

Júlio César da Costa Silva

DIRETORA DO *CAMPUS* MORADA NOVA

Maria Beatriz Claudino Brandão

DIRETOR DO *CAMPUS* PARACURU

Toivi Masih Neto

DIRETOR DO *CAMPUS* AVANÇADO PECÉM

Marcel Ribeiro Mendonça

DIRETOR DO *CAMPUS* QUIXADÁ

Francisco Helder Caldas Albuquerque

DIRETOR DO *CAMPUS* SOBRAL

Eliano Vieira Pessoa

DIRETOR DO *CAMPUS* TABULEIRO DO NORTE

Francisco Sildemberny Souza dos Santos

DIRETOR DO *CAMPUS* TAUÁ

José Alves de Oliveira Neto

DIRETOR DO *CAMPUS* TIANGUÁ

Jackson Nunes e Vasconcelos

DIRETOR DO *CAMPUS* UBAJARA

Ulisses Costa de Vasconcelos

DIRETOR DO *CAMPUS* UMIRIM

Anderson Ibsen Lopes de Souza

DIRETORA DO POLO DE INOVAÇÃO

Cristiane Borges Braga

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

CAMPUS ACARAÚ

Manoel Paiva de Araújo Neto
Francisco de Assis Magalhães Araújo
Marcela da Silva Melo
Rosaline Ferreira de Oliveira
Hygor Piaget Monteiro Melo
José Gerardo Carneiro
Daniel Rodrigues da Costa Filho
Francisco Wanderson A. de Almeida
Grasielle Dayse de Vasconcelos Silva

CAMPUS ACOPIARA

Maria Eliani Holanda Coelho
Marcos Andre Fontenele Sales
Giselle Santiago Cabral Raulino
Rivelino Alexandre de Sousa

CAMPUS ARACATI

Márcia de Negreiros Viana
Ana Cristina de Lima e Souza Oliveira
Daniel Santo Padilla Gárcia
José Renato da Silva Freitas
Sandro Régio de Araújo Neves
Mychelle Do Monte Moraes Barbosa
Heidyani Leão de Souza
Francisco José de Lima Costa
Francisca Alexandra do Nascimento Souza

CAMPUS BATURITÉ

Lourival Soares de Aquino Filho
José Valder da Costa
Ana Cristina da Silva Moraes
Cristiane Gonzaga Oliveira
Marco Antônio Venâncio
Alice de Souza
Sandy Vieira Mendes

CAMPUS BOA VIAGEM

João Paulo Arcelino do Rêgo
Ricardo Rodrigues de Andrade
Jordana Torres Costa
Rafaela Celi de Lima Figuerêdo
Rafael Vieira Menezes Carneiro
Heitor Silva Chaves
Evely Lobo Braga
Vanessa Fragoso Leal

CAMPUS CAMOCIM

Gilson Soares Cordeiro
André Luiz Melo Camelo
Celestina Ferreira da Rocha
Fernando Wellysson de Alencar Sobreira
Regis Fernandes Vasconcelos
Diogo Henrique Maximo Portela
Carlos da hora Silva
Varni Monteiro Pereira

CAMPUS CANINDÉ

Francisco Antônio Barbosa Vidal
Eduardo Dalle Piagge Filho
Erivânia Maria Sousa Gomes
Bárbara Suellen Ferreira Rodrigues
Eduardo da Silva Pereira
Carlos Henrique Leitão Cavalcante
Rogério Severiano Dutra
Wladianne Ferreira da Silva
Ana Gabriela Sousa Guimarães
Maurício Domingos Moreira

CAMPUS CAUCAIA

Jefferson Queiroz Lima
Francisco Renato Alves de Sousa
Joelia Marques de Carvalho
Jarbas Rocha Martins
Josimar Nascimento Farias
Marcus Vinicius Nunes de Oliveira
Paulo Cícero Sousa
Francisco Felipe Silva Garcia
Nara Pinto do Nascimento

CAMPUS CEDRO

Fernando Eugênio Lopes de Melo
Antony Gleydson Lima Bastos
Francisco Glauber de Moura
Francisco José de Lima
Luiz Fernando Ramos Lemos
Euclides Ferreira Barros
George Wads de Andrade
Franciérica Pinheiro Laurentino
Victor Lima da Silva

CAMPUS CRATEÚS

Íris Sérgio Charry de Magalhães
Diego Ximenes Macedo
Adriano Macedo Duarte
Vilmar Ferreira de Souza
Valdenio Mendes Mascena
Matheus Silva Rocha
Cristiano Alves da Silva
Antonio Marcos de Sousa Lima
Francisco Diego de Sousa Gomes
Juraci de Araújo Lopes

CAMPUS CRATO

Joaquim Rufino Neto
Francisete Pereira Fernandes
Eder Cardozo Gomes
Erllens Edér Silva
Marcus Roberto Goes Ferreira Costa
Luciano das Neves Carvalho
Ricardo Damasceno de Oliveira
Augusto Monteiro Rodrigues
João Ítalo Alves Silva
Cícero Leandro Maia

CAMPUS FORTALEZA

José Eduardo Souza Bastos
Maria Lucimar Maranhão Lima
Adriano Monteiro da Silva
Rinaldo dos Santos Araújo
Edson da Silva Almeida
Andréa Michiles Lemos
Manuella Nobre Pitombeira da Silva

Diana Milena Peres de Sousa
Ana Jéssica do Nascimento Silva
Rogênia Rodrigues dos Santos

CAMPUS AVANÇADO GUARAMIRANGA

Francisca Ione Chaves
Henrique Gomes
Thales dos Santos Ponte
Francisca Flavia Plutarco Lopes dos Santos
Paula Figueiredo da Silva
José Adeilson Bezerra Cruz
Thales dos Santos Ponte
Rogerson Sousa do Nascimento
Nágila Maria da Silva Ferreira

CAMPUS IGUATU

Dijauma Honório Nogueira
Joaquim Branco de Oliveira
Francisco Francinildo Oliveira Lima
Carlos Newdmar Vieira Fernandes
Lúcio José Oliveira
Emerson Cristian Pereira dos Santos
Ramon Suassuna dos Santos
Maria Lopes Araújo
Thalya Freire Jacinto
Tauan Pereira da Silva
Luana Maria Alves dos Santos
Jeferson Nunes Holanda Alexandre

CAMPUS ITAPIOCA

Francisco Régis Abreu Gomes
Maria Sâmia de Oliveira

Izabela Freitas Cronemberger
José Eranildo Teles do Nascimento
Jayna Kátia Dionísio dos Santos
Nárcelia Cândido de Moura Júnior
Francisco Edmar Chagas Bezerra
Joel Inácio dos Santos
Marília Nunes de Queirós

CAMPUS JAGUARIBE

Izamaro de Araújo
Maria Efigênia Alves Moreira
Márcio Mendonça Araújo
Diego Matiussi Previatto
Herleson Paiva Pontes
Jamile Costa Fernandes
Domingos Juvenal Nogueira Diógenes
Gabriela Stphany Fernandes Pachêco
João Victor Chaves de Moura

CAMPUS AVANÇADO JAGUARUANA

Francisco Evandro de Melo
Daniel Diego Lacerda Cirilo
Renato Gondim Galdino
Lycia Nascimento Rabelo
Marlos Antônio dos Santos Lima
Vanessa Iara Ferreira de Sousa
Alexandro Lima Damasceno
Thomas Sidney de França Silva
Ana Isabelle Silva Barreto

CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE

Guilherme Brito de Lacerda
Paulo Sérgio Silvino do Nascimento
Raimundo Kleber Grangeiro da Silva
Wilami Teixeira da Cruz
Roberta Rocha Moura
Francisco Clark Nogueira Barros
Francy Clean Barbosa Pereira Sobrinha
Erica Marianne Balbino Nunes
Luciano Barbosa Apolinário
Bernardo Ribeiro Marques

CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE

Jânia Maria Augusta da Silva
Phylippe Gomes de Lima Santos
Raimundo Etaídes Freire Chaves
Cleilson do Nascimento Uchoa
Ana Raquel de Oliveira Mano
Carla Lidiany Bezerra Silva Oliveira
Francisco Samuel Pinheiro Sales
Marcos Neirton dos Reis Costa
Myllena Crystina Braz da Silva

CAMPUS MARACANAÚ

Júlio César da Costa Silva
Germana Maria Marinho Silva
Mercéu Veríssimo Ramos dos Santos
Otávio Alcântara de Lima Júnior
Narcélio de Araújo Pereira
Rosângela Campos dos Anjos
Geovane Sousa Pereira
Alysson Jones dos Santos Pereira
Alana Ellen Silva Moura

CAMPUS MARANGUAPE

Robson da Silva Siqueira
Maria Mirian Carneiro Brasil de Matos
Constantino
Haulison Rener de Souza Lima
Joyce Carneiro de Oliveira
Herbert de Oliveira Rodrigues
Fabiano Geraldo Barbosa
Sara Maria Peres de Moraes
Adriano Queiroz da Silva
Francisco Evaldo Pereira Mariano

CAMPUS MORADA NOVA

Maria Beatriz Claudino Brandão
Juliano Cruz de Oliveira
Ivna Andrade Pedrosa
Renato Teixeira Moreira
Sherley Romeiro Freire
Germana de Sousa Vieira
Tibelle Freitas Maurício
Janilton Nascimento Anastácio
Ângelo Máximo Muniz Maciel

CAMPUS PARACURU

Toivi Masih Neto
Eugenio Pacelli Nunes Brasil de Matos
José Borge Leal Filho
Andrea Moura da Costa Souza
Rodrigo Carvalho Souza Costa
Thiago Avelino da Silva
Mariana Mesquita de Sousa
Jean Fábio Setubal Gomes
Leonnardo Mcdonald Gomes Farias

CAMPUS AVANÇADO PECÉM

Marcel Ribeiro Mendonça
João Henrique Silva Luciano
Márcia Maria Maciel de Melo Rocha
Sarah de Abreu Moreira
Thyago Rocha de Oliveira
Bruno Emanuel de Lima Santiago
Clevison da Silva Lima
Francisca Milena de Lima Forte

CAMPUS QUIXADÁ

Francisco Helder Caldas Albuquerque
Alexandre César Praxedes Rodrigues
Gleibe Mara Girão Oliveira
Cícero Pessoa de Moura
Raimundo Aterlane Pereira Martins
Eduardo Lúcio Guilherme Amaral
Francisca Suiane de Queiroz Machado
Clauthenys Lara Prata Machado
Luca Pinheiro da Silva
Lorena Pereira Bié

CAMPUS SOBRAL

Eliano Vieira Pessoa
Wilton Bezerra de Fraga
Luiz Hernesto Araújo Dias
Marco Antônio Rosa de Carvalho
Thomas Edson Lima Torres
Priscilla Uchôa Martins
Alexandra Soares Rodrigues
Ana Carolina Melo Ribeiro
Francisca Janaína da Silva de Sousa

CAMPUS TABULEIRO DO NORTE

Francisco Sildemberny Souza dos Santos
Adriano Erique de Oliveira Lima
Ícaro Dias Diógenes
João Narclécio Fernandes de Oliveira
André Aguiar Nogueira
Fernanda Geórgia Isidoro Corrêa
Jordânia Alves Paiva
Gilvanny Jerri Brasiliano de Sousa
Ruth Helena Fidelis de Sousa Oliveira

CAMPUS TAUÁ

José Alves de Oliveira Neto
Weberte Alan Sombra
George Luiz de Freitas Souza
Alexciano de Sousa Martins
Meiryfrance Cavalcante Vital
Renato Mendes Rosa
Juliana Cândida Albano
Marcos Gabriel de Oliveira Lima
Karla Tinor de Oliveira

CAMPUS TIANGUÁ

Jackson Nunes e Vasconcelos
Clemilton da Silva Ferreira
Fábio Arruda Magalhães
Rafael Fiusa de Moraes
Sabrina Kelly Nogueira Falcão Soares
José Alves de Macedo Neto
Patrícia Fonseca Souza Vasconcelos
Carlos Walkyson Assunção Silva
Thalya Cardoso Moura
Francisco Rogério da Costa Júnior

CAMPUS UBAJARA

Ulisses Costa de Vasconcelos
Mario de Oliveira Rebouças Neto
Marco Henrique de Brito Mudo
Antônia Gislaine Brito Marques
Albuquerque
Marla Solara Pontes Mota
Francisco David B. do Nascimento Martins
Paulo Júnior Pontes Gonçalves
Maria Clara Freire Mendes
Diana Gomes Cunha

CAMPUS UMIRIM

Anderson Ibsen Lopes de Souza
Fátima Maria Martins Oliveira
Francisco Wanderson da Silva Lima
Igor de Moraes Paim
Enos Feitosa de Araújo
Mauro Régis Vieira
Luenna Ribeiro de Queiroz Sousa
Maria Rita Moreira Fernandes
Fabrina Pinto Pereira

COMISSÃO CENTRAL

Alyson Jones dos Santos Pereira
Ana Caroline Cabral Cristino
Cláudio Ferreira Oliveira
Daniel Ferreira de Castro
Francisco Sildemberny Souza dos Santos
Jackson Nunes e Vasconcelos
Marllen Hellen Bragado Mesquita de Mendonça
Nathaniel Carneiro Neto
Stenio Wagner Pereira de Queiroz

COLABORADORES

Adriana Sampaio Lima
Ana Cláudia Uchoa Araujo
Carlos Alberto dos Santos Bezerra
Etelvina Maria Marques Moreira
Heloísa Helena Medeiros da Fonseca
José Adriano Carvalho de Pinho
Márcio Daniel Santos Damasceno
Marcos Andre Damasceno Cavalcante
Maria Jamila de Carvalho Mariano
Samara Tauil Vitorino

DIAGRAMAÇÃO

Stenio Wagner Pereira de Queiroz

CAPA

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Ricardo Castelo Branco

LISTA DE SIGLAS

AECIPP – Associação das Empresas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém

APCN – Avaliações de Propostas de Cursos Novos

ARINTER – Assessoria de Relações Internacionais

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem

AVALIES – Avaliação das Instituições de Educação Superior

BACEN – Banco Central do Brasil

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento Superior

CEFETCE – Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará

CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CIPP – Complexo Industrial e Portuário do Pecém

COLDIR – Colégio de Dirigentes

CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

CONSUP – Conselho Superior

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CREDE – Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação

CSP – Companhia Siderúrgica do Pecém

CTTC – Centro de Treinamento do Trabalhador Cearense

DAE – Diretoria de Assuntos Estudantis

DCS – Departamento de Comunicação Social.

DGTI – Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação

DINTER – Doutorado Interinstitucional

DOU – Diário Oficial da União

EAD – Educação a Distância

EBTT – Educação Básica Técnica e Tecnológica

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

E-TEC – Escola Técnica Aberta do Brasil

FIC – Formação Inicial e Continuada

FORPLAN – Fórum de Administração e Planejamento

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFCE – Instituto Federal do Ceará

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

LOA – Lei Orçamentária Anual

MEC – Ministério da Educação

NAPNEs – Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

NEABIs – Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

OCB – Organização das Cooperativas do Brasil

PAE – Política de Assistência Estudantil

PCCTAE – Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PIB – Produto Interno Bruto

PPI – Projeto Político-Pedagógico Institucional

PQV – Programa Qualidade de Vida

PREMEN – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino

PROAP – Pró-reitoria de Administração e Planejamento

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos

PROEN – Pró-reitoria de Ensino

PROEXT – Pró-reitoria de Extensão

PROGEP – Pró-reitoria de Gestão de Pessoas

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRPI – Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação

ROD – Regulamento da Organização Didática

SEAVE – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SETEC – Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação

SIBI – Sistema de Bibliotecas do IFCE

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SISU – Sistema de Seleção Unificada

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UEPE – Unidade Experimental de Pesquisa e Ensino

UFERSA – Universidade Federal Rural do Semiárido

UnEDs – Unidades de Ensino Descentralizadas

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tipologias dos Cargos e Lotação Efetiva	97
Tabela 2 – Total de Técnicos Administrativos por Nível do Cargo	98
Tabela 3 – Nível de Escolaridade dos Servidores Técnico-Administrativos.....	98
Tabela 4 – Nível de Escolaridade dos Servidores Docentes	99
Tabela 5 – Regime de Trabalho dos Servidores Docentes	99
Tabela 6 – Estrutura e Vencimento Básico do Plano de Carreira Técnicos Administrativos em Educação	105
Tabela 7 – Cronograma de Expansão do Quadro de Pessoal.....	107
Tabela 8 – Cronograma de Expansão do Quadro de Docentes na Educação a Distância, Considerada a Titularidade	108
Tabela 9 – Área Destinada às Atividades Administrativa, Pedagógica e Esportiva	131
Tabela 10 – Principais Estruturas da Área Pedagógica - <i>Campi</i> de A-I	132
Tabela 11 – Principais Estruturas da Área Pedagógica - <i>Campi</i> de J-Z	133
Tabela 12 – Quantitativos de Laboratórios por Eixo Tecnológico	146
Tabela 13 – Orçamento autorizado no período 2014-18.....	169
Tabela 14 – Cenário 1: Previsão Orçamentária do IFCE para 2019-22	171
Tabela 15 – Cenário 2: Previsão Orçamentária do IFCE para 2019-22.....	171
Tabela 16 – Cenário 3: Previsão Orçamentária do IFCE para 2019-22.....	172

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Temas Estratégicos e Objetivos Estratégicos	58
Quadro 2 – Indicadores de Desempenho e Metas Para 2023	60
Quadro 3 – Portfólio de Projetos Estratégicos.....	65
Quadro 4 – Relação da Oferta de Cursos Técnicos.....	81
Quadro 5 – Relação da Oferta de Cursos de Graduação.....	86
Quadro 6 – Relação da oferta de cursos de pós-graduação	91
Quadro 7 – Cronograma de Implantação de Novos Cursos de Pós-graduação	92
Quadro 8 – Área Total e Horário de Funcionamento das Bibliotecas	136
Quadro 9 – Acervo Bibliográfico e Servidores	138
Quadro 10 – Levantamento das Necessidades para a Expansão de Infraestrutura	148

SUMÁRIO

1. PERFIL INSTITUCIONAL.....	20
1.1. Breve Histórico da IES.....	20
1.2. A Construção da Estratégia do IFCE	57
1.2.1. Missão	57
1.2.2. Visão	58
1.2.3. Valores.....	58
1.3. Temas Estratégicos e Objetivos Estratégicos	58
1.4. Painel de Indicadores e Metas	60
1.5. Portfólio de Projetos Estratégicos.....	65
1.6. Áreas de Atuação Acadêmica	71
2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....	73
3. DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA.....	76
3.1. Regulamentação da Oferta de Cursos	77
3.2. Implantação de novos cursos.....	78
4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	79
4.1. Oferta de cursos.....	79
4.1.1. Cursos Técnicos	81
4.1.2. Cursos de Graduação.....	86
5. CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	90
6. PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	96
6.1. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	96
6.2. Perfil do Corpo Docente e Técnico-Administrativo.....	96
6.3. Critérios de Seleção dos Servidores Efetivos e Temporários	100
6.4. Plano de Carreira dos Servidores Docentes	101
6.5. Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos.....	104
6.6. Plano de Expansão do Quadro Docente e Técnico-Administrativo	106
6.7. Plano de Expansão do Quadro de Professores na Educação a Distância	107
6.8. Plano de Capacitação.....	108
6.9. Plano de Capacitação de Professores na Educação a Distância.....	110
6.10. Saúde e Qualidade de Vida no IFCE	111

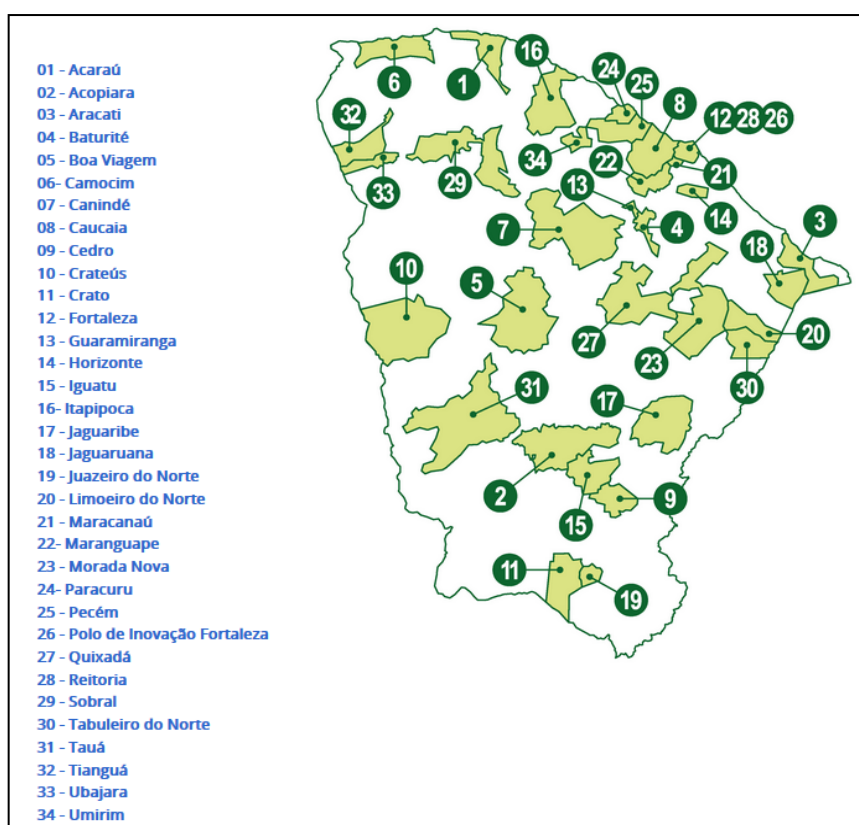
7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO E POLÍTICAS DE GESTÃO	113
7.1. Formas de Participação nos Órgãos Colegiados	114
7.2. Autoavaliação Institucional	117
7.2.1. Comissão Própria de Avaliação	119
7.3. Atendimento aos Estudantes	120
7.4. Transparência e Divulgação de Informações.....	125
8. ACERVO ACADÊMICO DIGITAL.....	127
9. INFRAESTRUTURA	131
9.1. Infraestrutura Física.....	131
9.2. Bibliotecas	133
9.2.1. Espaços Físicos e Horários de Funcionamento	136
9.2.2. Acervo Bibliográfico e Pessoal Técnico-Administrativo.....	138
9.2.3. Formas de Atualização e Expansão do Acervo	140
9.3. Laboratórios	145
9.4. Expansão da Infraestrutura para o Período de Vigência do PDI 2019-23.....	148
10. OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)	149
10.1. Abrangência Geográfica	149
10.2. Infraestrutura Física, Tecnológica e de Pessoal	149
10.3. Previsão da Capacidade de Atendimento.....	165
11. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	166
11.1. Orçamento Anual.....	166
11.1.1. Processo de Formação do Orçamento Anual.....	166
11.1.2. Ações Orçamentárias	167
11.2. Evolução da Matriz Orçamentária	168
11.3. Previsão Orçamentária Para o Período 2019-23.....	170
REFERÊNCIAS.....	173
ANEXO – LINKS DE ACESSO PARA OS PLANOS DE METAS DOS CAMPI DO IFCE.....	180

1. PERFIL INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), criado nos termos da Lei. N.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O IFCE é constituído de uma Reitoria, sediada em Fortaleza, e 32 (trinta e dois) *campi*, localizados em todas as regiões do Estado do Ceará, conforme ilustrado na figura abaixo:

Figura 1 – Abrangência Geográfica do IFCE no Estado do Ceará



Fonte: IFCE, 2019

1.1. Breve Histórico da IES

A história do IFCE inicia-se no limiar do século XX, quando o então Presidente Nilo Peçanha, inspirado pelas escolas vocacionais francesas, cria, mediante o Decreto nº 7.566, de

23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizizes Artífices, destinadas a prover de formação profissional os pobres e desvalidos da sorte.

Décadas depois, um incipiente processo de industrialização começa a despontar no Brasil, o que passa a ganhar maior impulso na década de 40, com o fim da Segunda Guerra Mundial. Foi então que se deu a transformação da Escola de Aprendizizes Artífices em Liceu Industrial de Fortaleza, no ano de 1941, passando, no ano seguinte, a denominar-se Escola Industrial de Fortaleza. Nesse momento, a instituição passou a ofertar cursos de formação profissional, com objetivos distintos daqueles traçados para as artes e ofícios, mas certamente voltados ao atendimento das exigências do momento vivido pelo parque industrial brasileiro, como forma de contribuir para o processo de modernização do país.

O crescente processo de industrialização, antes realizado somente com tecnologias importadas, gerou a necessidade de formar mão de obra técnica para operar esses novos sistemas industriais e para atender às necessidades governamentais de investimento em infraestrutura. No arroubo desenvolvimentista da década de 50, a Escola Industrial de Fortaleza, mediante a Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, ganhou a personalidade jurídica de autarquia federal, passando a gozar de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, incorporando mais uma missão: a de formar profissionais técnicos de nível médio.

Em 1965, passa a se chamar Escola Industrial Federal do Ceará e, em 1968, recebe a denominação de Escola Técnica Federal do Ceará, e, com isso, estava demarcado o início de uma trajetória de consolidação de sua imagem como instituição de educação profissional de elevada qualidade, responsável pela oferta de cursos técnicos de nível médio nas áreas de edificações, estradas, eletrotécnica, mecânica, química industrial, telecomunicações e turismo.

A crescente complexidade tecnológica demandada pelo parque industrial, nesse momento, mais voltado para a exportação, originou a demanda de evolução da rede de Escolas Técnicas Federais, e, já no final dos anos 70, um novo modelo institucional, denominado Centros Federais de Educação Tecnológica, foi criado no Paraná, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais.

Somente em 1994, a Escola Técnica Federal do Ceará, juntamente com as demais Escolas Técnicas da Rede Federal, é transformada em Centro Federal de Educação

Tecnológica, mediante a publicação da Lei Federal nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, que estabeleceu uma nova missão institucional, a partir da ampliação das possibilidades de atuação no ensino, na pesquisa e na extensão. Ressalte-se que, embora incluído no raio de abrangência desse instrumento legal, o CEFETCE somente foi implantado efetivamente em 1999.

Cabe aqui registrar que, no ínterim entre a publicação da lei e a efetiva implantação do CEFETCE, mais precisamente em 1995, com o objetivo de promover a interiorização do ensino técnico, a instituição estendeu suas atividades a duas Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs), localizadas nas cidades de Cedro e Juazeiro do Norte, distantes, respectivamente, 385km e 570km da sede em Fortaleza. Em 1998, foi protocolizado no MEC seu Projeto Institucional, com vistas à implantação definitiva da nova instituição, que se deu oficialmente em 22 de março de 1999. Em 26 de maio do mesmo ano, o Ministro da Educação aprova o respectivo Regimento Interno, pela Portaria nº. 845.

O Ministério da Educação, reconhecendo a prontidão dos Centros Federais de Educação Tecnológica para o desenvolvimento do ensino em todos os níveis da educação tecnológica e ainda visando à formação de profissionais aptos a suprir as carências do mundo do trabalho, incluiu, entre as suas finalidades, a de ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

A essa altura, a reconhecida importância da educação profissional e tecnológica no mundo inteiro desencadeou a necessidade de ampliar a abrangência dos Centros Federais de Educação Tecnológica. Ganha corpo então o movimento a favor da implantação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, cujo delineamento foi devidamente acolhido pela Chamada Pública 002/2007, ocasião em que o MEC reconheceu tratar-se de uma das ações de maior relevo do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE.

O Governo Federal, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, cria 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com 621 *campi* espalhados por todo o país, cada um deles constituindo-se uma autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação e supervisionada pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica, todos dotados de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, pedagógica e disciplinar.

A partir de então, surge o Instituto Federal do Ceará (IFCE) nos moldes que se conhecem hoje.

1.1.1. *Campus Acaraú*

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *campus* Acaraú está localizado em município homônimo, cujo significado é “pesqueiro” ou “comedouro de peixe grosso”, na região do litoral oeste do Ceará. O nome se deve a seus primeiros habitantes, pescadores provenientes do Sul, que, atraídos pela fartura dos barcos pesqueiros, instalaram-se, inicialmente, no lugar denominado Presídio e, mais tarde, para melhor situação e segurança, ao fundo do delta formado pelo rio Acaraú.

O *campus*, criado com o objetivo de promover educação profissional de qualidade nos diversos níveis de ensino, iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010 e, desde esse momento, já se constituiu em ferramenta de desenvolvimento sustentável da região administrativa onde se encontram os municípios de Bela Cruz, Cruz, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Acaraú e Morrinhos, comprometendo-se com a formação de profissionais habilitados a atuar nos seus setores potenciais e a se destacar no mundo do trabalho.

Para tanto, o *campus* tem ofertado cursos técnicos subsequentes de nível médio em aquicultura, pesca, construção naval e serviços de restaurante e bar, nos quais se formaram as primeiras turmas em dezembro de 2012; licenciaturas em física e biologia, além de cursos FIC (Formação Inicial e Continuada).

Ademais, seu corpo de servidores de alto nível, constituído por técnicos administrativos e professores, assumiu, com todo o afinho, o compromisso de conceber e praticar ações viabilizadoras da formação integral dos estudantes, preparando-os para o exercício pleno de sua cidadania e tornando o IFCE esperança de melhorias e depositário dos anseios de progresso da comunidade local.

1.1.2. *Campus Acopiara*

Com uma área territorial de 2.265,72 km² e uma população de aproximadamente 51 mil pessoas, o município de Acopiara é o maior e o segundo mais populoso da 16ª Região Administrativa do Ceará (RA 16). Localizado no Centro - Sul, ele apresenta características fisiográficas e culturais típicas desta porção do estado. Economicamente, Acopiara é

regionalmente relevante, uma vez que detém o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) da RA 16.

A implantação do *campus* Acopiara do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) visa a atender aos anseios da população de Acopiara e municípios próximos por novas oportunidades de qualificação, contemplando tanto as formações em nível técnico como superior. O instituto iniciou suas atividades no município em sede provisória, no Centro Administrativo Prefeito Celso Castro (CETEC), no segundo semestre de 2017, ofertando cursos de formação inicial e continuada (FIC), com um total de 189 alunos matriculados.

A inauguração das instalações oficiais do *campus* Acopiara ocorreu no dia 27 de abril de 2018. A mudança para a própria sede possibilitou a expansão do número de cursos e de vagas ofertadas, com o ingresso de 290 alunos em cursos FIC já no primeiro semestre letivo de 2018. Além disso, o *campus* hoje conta com duas turmas do curso Técnico em Informática, a primeira turma do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e uma turma de pós-graduação *lato sensu*, Especialização em Ensino de Ciências e Matemática. A referida licenciatura, por sinal, se constitui em um marco histórico para a educação em Acopiara, uma vez que representa a primeira oferta de um curso de graduação gratuito e presencial no município.

Assim, a cada semestre, o *campus* Acopiara segue firme em seu propósito de oferecer novas oportunidades de formação profissional de qualidade à população de Acopiara e das cidades vizinhas, sempre vislumbrando a possibilidade de fazer história em cada ação que promove.

1.1.3. *Campus* Aracati

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *campus* Aracati, está localizado em uma região litorânea com belezas naturais e praias internacionalmente conhecidas, assim como um grande potencial turístico decorrente da produção cultural resultante do processo histórico do município.

Aracati é local de origem de personalidades destacadas desde a literatura a movimentos como a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, sem esquecer-se

do patrimônio edificado com significado histórico, como a Casa onde foi ratificada a Proclamação da República no Ceará, em 1824, e artístico, percebido mediante construções em estilos arquitetônicos distintos, como o barroco, o neoclássico, entre outros.

O Instituto Federal do Ceará de Aracati foi implantado, em 2009, como *campus* avançado ligado a Fortaleza, todavia suas atividades foram iniciadas em 02 de setembro 2010 com a oferta de cursos técnicos em Aquicultura, Informática e Agenciamento de Viagens.

Mais tarde, a partir da Portaria nº 330, publicada pelo Ministério da Educação (MEC) no Diário Oficial da União (DOU) de 23 de abril de 2013, a unidade adquiriu maior autonomia administrativa e orçamentária para a execução de suas atividades ao transformar-se em *campus* convencional, que atualmente oferece os seguintes cursos: Técnicos em Aquicultura, Informática, Eventos e Guia de Turismo, Técnico Integrado em Petroquímica, Tecnológico em Hotelaria e Bacharelado em Ciência da Computação.

1.1.4. *Campus Baturité*

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *campus* Baturité está localizado na localidade de Saranhão, de clima ameno e relevo serrano de exuberante beleza, constituída por trechos de flora e fauna da Mata Atlântica.

O *campus*, criado com o objetivo de promover educação profissional de qualidade nos diversos níveis de ensino, iniciou suas atividades no ano de 2010 e, desde esse momento, já se constituiu em ferramenta de desenvolvimento sustentável da região administrativa onde se encontram os municípios de Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção, comprometendo-se com a formação de profissionais habilitados a atuarem nos seus setores potenciais e a se destacarem no mundo do trabalho, na área de hotelaria e lazer, considerando as potencialidades turísticas da região. Vale ressaltar que as regiões serranas Guaramiranga, Pacoti e Mulungu representam importantes destinos turísticos cearenses, o que se constata por meio de suas mansões, pousadas, hotéis e algumas outras iniciativas de comércio e desenvolvimento econômico da região.

As atividades de ensino do *campus* tiveram início com os cursos Técnico em Hospedagem e Tecnologia em Gastronomia, mas há perspectiva de inclusão de outros cursos da área de hospitalidade e lazer nos anos seguintes.

1.1.5. *Campus* Boa Viagem

Boa Viagem é um município do Ceará localizado na mesorregião dos Sertões Cearenses, microrregião do Sertão de Canindé, com altitude de 275 m e clima semiárido. Distando da capital 217 km, com área de 2.836 km² e uma população de aproximadamente 52.521 mil habitantes (IBGE, 2010), tem Santa Quitéria como município limítrofe ao norte, Madalena e Quixeramobim ao leste, Pedra Branca ao Sul e Monsenhor Tabosa, Tamboril e Independência ao oeste e uma densidade demográfica de 18,51 hab/km².

O *campus* Boa Viagem do Instituto Federal do Ceará (IFCE) teve a sua pedra fundamental lançada numa sexta-feira, dia 14 de fevereiro de 2014, marcando o início das obras de construção da unidade, que foi instalada no Km 209 da BR-020, na localidade de Anafuê. O prédio tem um bloco administrativo, um bloco didático com 10 salas de aula e 10 laboratórios, uma biblioteca, um auditório com capacidade para 200 pessoas, uma cantina e uma praça de convivência. A área total construída é de 4.200 m². O valor da obra foi orçado em R\$ 8 milhões.

Aconteceu, no dia 26 de novembro do ano de 2015, a audiência pública com a participação do reitor do IFCE, Virgílio Augusto Sales Araripe; do prefeito de Boa Viagem, Fernando Assef, além de outras autoridades municipais, membros da comunidade local, estudantes, professores e ainda de servidores do IFCE *campus* Boa Viagem.

O pró-reitor de Ensino do IFCE, Reuber Saraiva, conduziu os trabalhos da audiência pública e, após o debate e esclarecimento acerca das ofertas, a comunidade apontou os cursos técnicos em Informática e Redes de Computadores e Tecnologia em Análise de Desenvolvimento de Sistemas, no eixo de Informação e Comunicação; os cursos técnicos em Agropecuária e Agronegócio e Tecnologia em Agroecologia, no eixo de Recursos Naturais; os cursos técnicos em Edificações e Desenho da Construção Civil e Tecnologia em Construção de Edifícios, no Eixo de Infraestrutura; além do curso de Licenciatura em Química. Os cursos serão implantados gradativamente.

O *campus* teve seu funcionamento autorizado por meio da Portaria nº 378/MEC, de 09 de maio de 2016, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 10 de maio de 2016, iniciando oficialmente suas atividades em 05 de agosto de 2016 com cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).

O *campus* Boa Viagem, também recebe alunos de várias outras regiões, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) do Ministério da Educação (MEC), e outros processos seletivos para os cursos técnicos.

1.1.6. *Campus* Camocim

A história da cidade apresenta seu desenvolvimento econômico a partir de 1878, em decorrência da construção da estrada de ferro que a liga à cidade de Sobral. Até então Camocim ainda tinha fortes traços de uma comunidade indígena, mas, em meados de 1900, a ativação do porto de Camocim, aquece a atividade econômica local com a importação e exportação de produtos da região para Belém e Manaus, especialmente de bois e alimentos, durante o ciclo da borracha amazônica até o começo da Primeira Guerra Mundial, em 1914 (SECULT- CAMOCIM, 2013).

Hoje com mais de 60 mil habitantes, a cidade insere-se em um rico cenário de aquecimento do turismo sustentável, produção de energias renováveis, dialogando ainda com o polo pesqueiro, tradição secular na região.

O *campus* Camocim teve sua inauguração na data de 27 de dezembro de 2010, juntamente com mais 30 *campi* de Institutos Federais de 13 estados do país. Após a sua inauguração, o *campus* Camocim permanece vinculado administrativamente ao *campus* Acaraú, sob a gestão do mesmo diretor-geral e com estatuto de *campus* avançado.

As primeiras turmas do *campus* foram iniciadas em 2012 com os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Capacitação de Merendeiras Escolares, Capacitação Comunitária em Ostreicultura e Recepcionista de Eventos, que procuram, sob o vetor da extensão, atender aos anseios da comunidade local e circunvizinha.

Vale destacar que atualmente o *Campus* Camocim encontra-se em processo de automação, segundo a Portaria nº 330, publicada pelo Ministério da Educação (MEC) no

Diário Oficial da União (DOU) de 23 de abril de 2013, o que possibilita ao *campus* alçar-se a *campus* convencional.

Nesta perspectiva, temos como horizonte de atuação o atendimento às microrregiões que integram a 4ª Coordenadoria Geral de Desenvolvimento da Educação (4ª CREDE), a saber: Camocim, Barroquinha, Chaval, Granja, Martinópolis e Uruoca. A expectativa do *Campus* Camocim, portanto, é, primordialmente, promover ampla e plenamente um ensino técnico, tecnológico e licenciaturas a estudantes desta circunvizinhança a fim de impactar socioeconomicamente a vida da comunidade, fortalecendo os laços entre a instituição e a comunidade.

1.1.7. *Campus* Canindé

Em 1775, o sargento-mor português Francisco Xavier de Medeiros, estabeleceu-se às margens do rio que deu nome à cidade e, logo depois, iniciou a construção de uma capela em honra a São Francisco das Chagas, que ficou pronta em 1796, esse se tornou o marco histórico e religioso de Canindé.

Em 1817, a capela foi elevada à categoria de paróquia; no ano seguinte, o povoado foi elevado à categoria de vila, quando também foi demarcado seu território. Porém foi somente em 1846, com o estabelecimento da Câmara Municipal, que a vila alcançou a condição de cidade, a qual atualmente tem o quinto maior território do Ceará, uma população de 77.514 habitantes e é sede de uma região administrativa do Governo do Ceará que concentra órgãos gerenciais no município.

Quanto à economia, o município tem um passado importante na agricultura, que se reflete na contemporaneidade, tendo em vista Canindé ser a sede de uma divisão de desenvolvimento agrícola com vários assentamentos rurais. Não obstante, a origem e a tradição religiosa fazem da cidade um destino notável, cuja Basílica e estátua dedicadas a São Francisco são duas das várias estruturas que, complementando a fé dos fiéis, atraem inúmeras pessoas e contribuem para seu reconhecimento como um dos maiores centros de peregrinação do mundo.

Nesse panorama, em 06 de setembro de 2008, a pedra fundamental do IFCE – *campus* Canindé foi lançada. O início de suas atividades ocorreu em parceria com a 7ª

Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – 7ª CREDE, que disponibilizou as instalações da Escola Estadual de Educação Profissional Capelão Frei Orlando até a conclusão das obras do de seu espaço, ofertando os cursos Técnico Integrado em Eventos e Licenciatura em Educação Física, cuja aula inaugural realizou-se em 12 de março de 2010, nessa coordenadoria.

A edificação, projetada pelo arquiteto Damião Lopes, foi concluída em outubro de 2010, acarretando a transferência das turmas para lá. A estrutura inicial era composta de dois blocos de ensino, um administrativo, um de serviços gerais, um cultural com teatro e biblioteca, um de dormitórios e vestiários, ginásio coberto, piscina e áreas urbanizadas, sendo inaugurada a distância pelo presidente Lula em 23 de novembro e entregue à comunidade em 04 de maio de 2011, em solenidade com a presença do governador Cid Gomes, e hoje já se encontra em processo de ampliação, uma vez que os laboratórios estão em fase de consolidação ou montagem da estrutura.

Mediante a oferta de ensino técnico, tecnológico e licenciaturas, o *campus* Canindé atende, diretamente, estudantes das cidades de Canindé, Caridade, Itatira, Paramoti, Madalena e Boa Viagem, além de estudantes de todo o Brasil que lá ingressem pelo ENEM e venham a residir em Canindé.

1.1.8. *Campus Caucaia*

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, ciente da importância do seu papel no cenário de transformações que é hoje o mundo do trabalho, está se preparando para desempenhá-lo com qualidade, reinterpretando o seu relacionamento com o segmento produtivo e buscando novos modelos curriculares.

Foi com esse intuito que o governo federal, dentro do plano de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, decidiu implantar um *campus* no município de Caucaia, sendo uma resposta às necessidades de mão de obra especializada para atender às demandas emergentes do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP.

O IFCE *campus* Caucaia, criado em 27 de dezembro de 2010 pelo então presidente Lula, está situado na Região Metropolitana de Fortaleza, distante 17 km do centro da capital cearense.

O CIPP tem papel de destaque no PIB do Ceará, sobretudo pela implantação de empresas, que atuam em diversos setores, como: Siderurgia, Petroquímica, Geração de Energia, Eletromecânica e Metalmeccânica. Entre as empresas implantadas e em implantação, tem-se: a Companhia Siderúrgica do Pecém – CSP, a Refinaria Premium II, a Termoceará, a Wobben e a Energia Pecém Geração de Energia.

Como integrante do IFCE e sintonizado com a Visão e Missão da instituição, o *campus* Caucaia define a sua oferta de cursos considerando a demanda por profissionais altamente qualificados, dotados de conhecimento tecnológico.

1.1.9. *Campus* Cedro

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *Campus* Cedro está situado na região centro-sul do estado do Ceará e teve o seu funcionamento autorizado pela Portaria Ministerial nº 526, de 10 de maio de 1995, do Gabinete do Ministro da Educação e do Desporto, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 1995, seção 1, pág. 6819. Suas atividades iniciaram-se em 11 de setembro de 1995, conforme estabelecido na portaria nº 512/GDG, do dia 8 de setembro de 1995, publicada no Boletim de Serviço do 3º Trimestre de 1995, pág. 54, com a oferta do Pró-Técnico, curso preparatório para ingresso em seus cursos de Mecânica e Eletrotécnica.

A área de atuação do *campus* Cedro abrange o total de quatorze municípios, em um raio de 80 km, dentre os quais se destacam: Iguatu, Icó, Cariús, Várzea Alegre e Lavras da Mangabeira.

Atualmente, oferece à população os cursos técnicos em Eletrotécnica e Mecânica, técnicos integrados em Eletrotécnica, Informática e Mecânica, técnico integrado em Eletrotécnica na modalidade Educação de Jovens e Adultos, além dos cursos superiores de Tecnologia em Mecatrônica Industrial e Licenciatura em Matemática.

Avaliando a atuação educacional dessa instituição, ficam evidenciados os seguintes aspectos:

- Preparação de profissionais de qualidade e cidadãos conscientes para atuar no mundo do trabalho e na sociedade;

- Número expressivo de alunos aprovados em concursos públicos e exames vestibulares de diversas instituições de ensino superior;
- Mudança do perfil socioeconômico da família dos egressos;
- Apoio e fomento às ações socioculturais e esportivas desenvolvidas no município, incentivando a pesquisa e extensão;
- Sensibilidade da instituição às necessidades da comunidade local;
- Participação em manifestações e mobilizações sociais da comunidade na qual está inserida;
- Estímulo à qualificação dos servidores.

O *campus* Cedro, dada à sensibilidade com que enfrenta os desafios impostos pela realidade socioeconômica, política e cultural da região, é uma força viva de promoção humana, inclusão social e desenvolvimento.

1.1.10. *Campus* Crateús

Crateús, terra originariamente indígena, foi “desbravada” em nome dos portugueses por Domingos Jorge Velho. O *campus*, criado com o objetivo de promover educação profissional de qualidade nos diversos níveis de ensino, iniciou suas atividades em 02 de agosto de 2010, com aulas de nivelamento de matemática, e, desde esse momento, já se constituiu em ferramenta de desenvolvimento sustentável da região administrativa onde se encontram os municípios de Crateús, Novo Oriente, Independência, Ipaporanga, Poranga, Tamboril, Catunda, Monsenhor Tabosa, Nova Russas e Tauá, comprometendo-se com a formação de profissionais habilitados a atuar nos seus setores potenciais e a se destacar no mundo do trabalho.

Embora a pedra fundamental do IFCE do *campus* Crateús tenha sido lançada em 2008, a conclusão parcial da obra *Campus* ocorre em julho de 2010, tendo como estrutura inicial dois blocos – um administrativo e outro contando 10 salas de aula climatizadas com projetores multimídia e quadros de vidro – 06 laboratórios – que ainda estão em fase de aquisição de equipamentos, auditório, biblioteca e ginásio coberto – também em fase de aquisição de equipamentos.

1.1.11. *Campus Crato*

Atualmente somos um dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, entretanto, a gênese da nossa história tem sua origem no termo celebrado entre o Governo da União e a Prefeitura Municipal do Crato para a instalação de uma Escola Agrotécnica, em conformidade com os artigos 2º e 4º do Decreto Federal nº 22.470, de 20 e janeiro de 1947, que instalou o Ensino Agrícola no Brasil, e os dispositivos do Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946.

Naquele momento, mais precisamente no dia 10 de abril de 1954, é assinado o termo de instalação da Escola Agrotécnica do Crato vinculada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário – SEAVE do Ministério da Agricultura. As atividades se iniciam com a implantação do curso de Tratorista. De lá até o ano de 2009, quando nos tornamos *campus* do IFCE, diversas reestruturações político-administrativas do Governo Federal provocaram mudanças nas vinculações desta escola às secretarias dos ministérios.

Pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, o Colégio Agrícola de Crato foi transferido do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura e a SEAVE, por sua vez, foi transformada em Diretoria do Ensino Médio. Ao longo desses anos, essa escola esteve vinculada a diversas secretarias do Ministério da Educação que nasceram e se extinguiram por razões administrativas: à Coordenação Nacional de Ensino Agrícola, à Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário, à Secretaria de Ensino de 2º Grau, e atualmente, por sermos um *campus* do IFCE, à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Quanto às denominações, esta unidade também passou por algumas alterações. Nascemos com o nome de Escola Agrotécnica do Crato; depois, pelo Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, mudou para Colégio Agrícola do Crato, em seguida, pelo Decreto nº 83.935, de 04 de setembro de 1979, passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Crato, último nomeantes de se transformar em *campus* do IFCE em 2009.

As terras que compreendem a Escola Agrotécnica Federal de Crato foram adquiridas em três etapas: a primeira parte, a mais antiga, foi doada pela Prefeitura Municipal de Crato na gestão do Sr. Prefeito Ossiam de Alencar Araripe, de acordo com a Lei nº 328, de

24 de março de 1955, que determina a doação de um terreno ao Ministério da Agricultura; a segunda parte foi doada por Francisco Gonçalves Pinheiro e esposa, ambos cidadãos cratenses, cujo ato foi documentado no registro de imóveis do Cartório do 2º Tabelionato, por meio da Escritura nº 14.712, datada de 29 de janeiro de 1969; a terceira parte, a mais recente, foi doada pela Prefeitura Municipal de Crato, a partir de solicitação feita pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino – PREMEM, na gestão do Prefeito Pedro Felício Cavalcante, e formalizada com a Lei nº 9.028, de 14 de fevereiro de 1976.

O *campus* Crato está localizado na região do Cariri, no sul do estado do Ceará, cuja vegetação é constituída por matas e capoeiras, o que bem caracteriza a transição entre a vegetação encontrada no semiárido e a floresta do Araripe. O município faz fronteira com os estados do Piauí, Pernambuco e Paraíba, compreende 03 regiões administrativas do governo estadual e atende às demandas de aproximadamente 41 municípios, sendo 33 somente do Cariri cearense, os quais, segundo dados do IPECE (2006), abrangem aproximadamente 900 mil de habitantes, responde por 13% do PIB estadual, tendo como setores estratégicos da economia regional o comércio, a indústria de calçados, a fruticultura, apicultura, ovinocaprino cultura, o turismo e outros arranjos produtivos dos setores secundário e terciário.

Segundo estudos publicados pelo Banco do Nordeste, em 2001, o Cariri é detentor de considerável potencial de recursos naturais, como clima, solo, biodiversidade e hidrologia, o que o coloca em uma posição de destaque no estado do Ceará, devendo, pois, ser considerado área estratégica para o desenvolvimento do estado.

Atualmente, as políticas de governo têm demonstrado essa importância geoeconômica, uma vez que diversos investimentos têm sido canalizados para a região do Cariri, notadamente a criação da Região Metropolitana do Cariri, na zona conturbada, constituída pelos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. O Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Estado do Ceará – Cidades do Ceará (Cariri Central) tem aportado recursos para investimentos em quatro eixos estratégicos: qualificação territorial, inovação e apoio aos APLs, gestão regional e fortalecimento institucional. Dentre as ações elencadas e algumas já iniciadas, podemos citar as seguintes: Aterro Consorciado do Cariri, GeoPark Araripe, Centro de Eventos e Cultura do Cariri, instituição do Núcleo de Gestão Socioambiental do Cariri e Hospital Regional do Cariri.

Além da esfera econômica, devem ser destacadas as riquezas naturais da região, que remontam a tempos imemoriais. Lá é onde está o sítio de maior diversidade da fauna e flora paleontológica da América Latina e, considerando os achados geológicos e paleontológicos inéditos desde os primeiros anos do século XIX, com registros de 110 a 70 milhões de anos e em excepcional diversidade e estado de preservação, também lá se identifica um dos principais sítios do período Cretáceo da terra.

Contudo devemos destacar também o rico patrimônio histórico e cultural da região, que tem as suas origens no século dezoito. A religiosidade popular é um forte elemento dessa região, e com o fenômeno do Padre Cícero mobilizando a visitação de milhares de peregrinos de todo o país.

Dentro desse contexto, onde se percebe que o meio ambiente, a biodiversidade, a produção agrícola e a zootecnia são relevantes e demandam qualificação técnica, o *campus* Crato constitui um equipamento educacional importante e indispensável. Embora a região também conte, atualmente, com duas universidades públicas, uma federal e outra estadual, quatro faculdades particulares e uma faculdade federal tecnológica, o IFCE no Crato, juntamente com o curso de agronomia da Universidade Federal do Cariri, representam as duas únicas instituições de ensino agropecuário do sul do estado, recaindo, portanto, sobre elas uma grande responsabilidade no atendimento das demandas educacionais nesse nível e para esse público.

1.1.12. *Campus Fortaleza*

Criado oficialmente no dia 29 de dezembro de 2008 pela Lei nº 11.892, sancionada pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Instituto Federal do Ceará congrega os extintos Centros Federais de Educação Tecnológica do Ceará (Cefets/CE) e as Escolas Agrotécnicas Federais dos municípios de Crato e de Iguatu.

As raízes da instituição remontam ao começo do século XX, quando o então presidente Nilo Peçanha, pelo Decreto nº 7566, de 23 de setembro de 1909, instituiu a Escola de Aprendizes Artífices. Ao longo de um século de existência, a instituição teve sua denominação alterada, primeiro para Liceu Industrial do Ceará, em 1941; depois para Escola Técnica Federal do Ceará, em 1968. No ano de 1998, a escola passou a chamar-se Centro

Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ceará (Cefet/CE), ocasião em que o ensino foi estendido ao nível superior e suas ações acadêmicas, acrescidas das atividades de pesquisa e extensão. Assim, estavam fincadas as bases necessárias à criação do Instituto Federal do Ceará.

A nova instituição tem forte atuação nas áreas da pesquisa e da extensão, com foco especial nas linhas atinentes às áreas técnica e tecnológica. Segundo o ex-reitor do IFCE, Cláudio Ricardo Gomes de Lima, a criação dos institutos corresponde a uma nova etapa da educação do país e pretende preencher lacunas históricas. Em suas palavras, "o grande mérito é o fato de estarmos expandindo a instituição para o interior, uma vez que a formação de mão de obra sempre esteve concentrada nas capitais. A ideia é ofertar uma educação tecnológica que chegue de forma igualitária a todas as regiões do estado".

O *campus* Fortaleza, atualmente, oferta cursos de nível técnico: Guia de Turismo, Instrumento Musical, Edificações, Segurança no Trabalho, Informática, Telecomunicações, Eletrotécnica, Mecânica Industrial, Manutenção Automotiva, Química e Refrigeração e Climatização; superiores tecnológicos: Telemática, Mecatrônica Industrial, Processos Químicos, Gestão Ambiental, Saneamento Ambiental, Estradas, Gestão Desportiva e de Lazer e Hotelaria; bacharelados: Engenharia da Computação, Engenharia de Telecomunicações, Engenharia Mecatrônica, Engenharia Civil e Turismo; licenciaturas em: Física, Matemática, Artes Visuais e Teatro; mestrados: Artes, Ciência da Computação, Educação Profissional e Tecnológica, Energias Renováveis, Engenharia de Telecomunicações, Ensino de Ciências e Matemática, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação e Tecnologia e Gestão Ambiental.

A unidade situa-se no bairro Benfica, numa área de cerca de 40.000 m², e conta com uma extensão física no bairro Aldeota, onde funciona a Licenciatura em Artes Visuais. Dispondo de uma estrutura moderna, o *Campus* abriga ações de ensino, pesquisa e extensão focadas na preparação dos alunos para o mundo do trabalho.

1.1.13. *Campus* Avançado Guaramiranga

A cidade de Guaramiranga se instala em uma Área de Preservação Ambiental da Mata Atlântica, onde predomina uma vegetação exuberante e fauna diversificada,

principalmente de espécies avícolas. A riqueza natural e a vocação para a realização de eventos artísticos e culturais tornaram Guaramiranga um destino turístico consolidado nacional e internacionalmente, o que requer profissionais altamente qualificados para atender aos visitantes oriundos dos mais diversos lugares.

O local onde funciona o *campus* avançado Guaramiranga era a residência de veraneio para uso dos governadores. Foi construído quando Adauto Bezerra assumiu o governo do estado do Ceará, na década de 1970, em terreno doado pelo Senhor Matos Brito, coronel aposentado do exército, filho da região, através do termo de desapropriação extrajudicial registrado no Cartório do 2º Ofício da Comarca de Pacoti. Esse terreno possui 3,66 hectares de área total, tendo 2.200 m² de área construída, contando com auditório, piscina, quartos, recepção, um verdadeiro laboratório vivo para os estudantes.

O Governo do Estado do Ceará, através do Termo de Cessão de Uso, celebrado em 10 de julho de 2012, concedeu ao Instituto Federal do Ceará a posse do imóvel por um prazo de dez anos. A oportunidade gerou a necessidade de remodelá-lo e fazê-lo operar como hotel-escola nos padrões da gestão inerentes ao IFCE, como um instrumento voltado para as atividades na dimensão pedagógica, bem como na dimensão de elemento constituinte da atividade turística do Estado do Ceará.

Pensando nessa qualificação, o IFCE, através da unidade em Guaramiranga, inova em sua atuação no campo educacional, gerindo um equipamento único na rede de Institutos Federais, tendo em vista se tratar de um hotel-escola. O equipamento possibilita a realização de práticas profissionais voltadas às áreas do turismo, hospitalidade, gastronomia e lazer em suas dependências, bem como cursos técnicos, de extensão e eventos de caráter científico e pedagógico.

É nessa perspectiva que o hotel-escola surge, disponibilizando ao discente, seja ele do IFCE, seja morador do Maciço de Baturité, um ambiente em que a teoria trabalhada em sala de aula seja aplicada na prática, visando a um aprendizado significativo e emancipatório e uma formação de profissionais aptos a corresponder às expectativas do mundo do trabalho.

1.1.14. *Campus Horizonte*

O município de Horizonte, integrante da Região Metropolitana de Fortaleza, localiza-se a 40,1 km da capital Cearense e tem como principal via de acesso a BR-116. Sua população atual é estimada em 65.928 pessoas (IBGE 2017), distribuída em uma área geográfica de 160,764km² e dividida em quatro distritos: Aningas, Dourado, Queimadas e a sede do município.

A implantação do *Campus* do IFCE em Horizonte está em consonância com a missão da instituição de produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos, bem como de participar de maneira integral na formação do cidadão, proporcionando sua inserção social, política, cultural e ética. Desta forma, o referido *campus* obteve a sua autorização de funcionamento com a Portaria nº 378, de 9 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2016, passando a integrar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O *Campus* Horizonte visa a promover a sua inserção na comunidade a partir de parcerias com empresas locais, projetos de pesquisa e de extensão, tendo em vista o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida da região. Por meio dos cursos de Formação Inicial e Continuada, o *Campus* Horizonte atendeu mais de 800 alunos em 2017. Ademais, o *campus*, que possui uma área construída de 4.200 m², conta, em sua infraestrutura, com um bloco administrativo, um bloco didático com 20 salas de aula, 5 laboratórios, uma biblioteca, um auditório, uma cantina e uma praça de convivência, além de um espaço escolar amplo.

1.1.15. *Campus Iguatu*

O *campus* Iguatu foi criado originalmente pela Portaria nº 25.523, de março de 1955, baseado no Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1955, com a denominação de Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto. A autorização de funcionamento foi publicada em 09 de agosto de 1955, com o objetivo de formar professores para o magistério do curso de extensão em Economia Doméstica. A partir do Decreto nº 52.666, de 11 de

outubro de 1963, o estabelecimento passou a ministrar o curso Técnico em Economia Doméstica em nível de 2º grau.

A denominação de Escola Agrotécnica Federal de Iguatu – CE foi estabelecida pelo Decreto nº 83.935, de 04 de setembro de 1979. A sua regularidade de estudos foi declarada pela Portaria nº 085, de 07 de outubro de 1980, da Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e do Desporto, publicada no DOU de 10 de outubro de 1980.

Atualmente, o *campus* Iguatu oferece os cursos técnicos em Agropecuária, Agroindústria e Nutrição e Dietética, na modalidade de Integrado ao Ensino Médio; cursos subsequentes em Agropecuária, Agroindústria, Nutrição e Dietética, Informática, Comércio e Zootecnia; Educação Profissional de Jovens e Adultos com Habilitação em Agroindústria, na modalidade PROEJA; Educação Profissional de Jovens e Adultos-Formação Inicial e Continuada, na modalidade PROEJA-FIC; cursos de graduação de Tecnologia em Irrigação e Drenagem, Licenciatura em Química e Bacharelado em Serviço Social; especializações *lato sensu* em Educação Profissional e Tecnológica e em Gestão de Cooperativas, em parceria com a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), e pós-graduação *stricto sensu*: o Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Fitotecnia, em parceria com a Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA.

O *campus* Iguatu oferta, ainda, cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores e comunidades nas áreas de atuação da instituição, em parceria com instituições públicas, privadas e não governamentais, absorvendo expressivo contingente de aprendizes com diferentes níveis de escolaridade, capacitando-os para atender às exigências do atual mundo do trabalho.

Concomitante à preocupação em atender as demandas locais, o IFCE - *campus* Iguatu preocupa-se com a melhoria da qualidade de vida da população regional, sempre centrado no desenvolvimento humano e social.

1.1.16. *Campus* Itapipoca

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *campus* Itapipoca foi inaugurado, em 26 de janeiro de 2015, pelo Magnífico Reitor do IFCE, Virgílio Araripe, com a presença do então ministro da Educação, Cid Gomes, do governador do

Estado, Camilo Santana, e do prefeito da cidade, Dagmauro Moreira, além de autoridades e representantes da sociedade civil. A unidade chegou para atender estudantes desse e de outros municípios do litoral oeste e da zona norte do estado, tais como: Itapajé, Irauçuba, Tururu, Uruburetama, Miraíma e Amontada.

Com 4.442 metros quadrados, a estrutura conta com dois blocos didáticos, um com dois pavimentos, abrigando 10 laboratórios e 20 salas de aula, e outro para cursos da área industrial, com mais seis laboratórios, salas de aula, oficina de manutenção e um ginásio poliesportivo coberto. Ademais, há também bloco administrativo destinado a todos os serviços a serem oferecidos à comunidade, além de auditório, biblioteca e sala de videoconferência.

A oferta de cursos regulares pelo IFCE em Itapipoca começou no primeiro semestre de 2016, por meio das formações técnicas em Edificações e Mecânica. A definição dos cursos ofertados se deu por meio de encontros e audiência pública com autoridades e a comunidade do município, que resultaram na indicação de oito cursos técnicos e cinco superiores: Edificações; Mecânica; Sistemas de Energias Renováveis; Meio Ambiente; Desenho de Construção Civil; Multimeios Didáticos; Tradução e Interpretação de Libras; Nutrição e Dietética; Tecnologia em Mecatrônica Industrial (tecnológico); Tecnologia em Agrimensura; Tecnologia em Saneamento Ambiental (tecnológico); Licenciatura em Física; Licenciatura em Teatro.

1.1.17. *Campus Jaguaribe*

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *campus* Jaguaribe foi construído entre os anos de 2009 e 2010 e inaugurado em 1º de maio de 2010. A unidade está localizada à margem da BR 116, distante cerca de 310 km de Fortaleza, na Rua Pedro Bezerra de Menezes, 387, COHAB, Jaguaribe-CE, à distância de 2,6 km do centro da cidade.

Sob a gestão de seu primeiro diretor, Rosilmar Alves dos Santos, iniciaram-se as atividades letivas desta unidade, no segundo semestre de 2010, com o curso Técnico em Eletromecânica. No primeiro semestre de 2011, foi implantado o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e, em 2013, o curso de Tecnologia em Redes de Computadores. Com estes

curiosos definiram-se os três núcleos existentes no *campus* atualmente: controle e processos industriais, formação de professores e informação e comunicação.

Nessas áreas de atuação, o IFCE em Jaguaribe conta hoje com 24 professores, 19 técnicos administrativos, 16 terceirizados e cerca de 250 alunos matriculados no curso Técnico em Eletromecânica e nos superiores Licenciatura em Ciências Biológicas e Tecnologia em Redes de Computadores.

A unidade constantemente busca diversificar seus cursos, demonstrando assim a importância dessa instituição de ensino para um atingimento amplo de aspirações da população, a construção de uma sociedade mais justa, com maiores oportunidades, não somente para os estudantes jaguaribanos como também para alunos advindos de municípios circunvizinhos. Neste sentido, este *campus* compromete-se com o cumprimento de metas que possibilitem uma educação de qualidade e estabeleçam o acesso, a permanência e o êxito, como condicionantes para a formação de cidadãos qualificados para a vida e para o mundo do trabalho.

1.1.18. *Campus* Avançado Jaguaruana

Jaguaruana é um município brasileiro, localizado na Mesorregião do Jaguaribe, na Microrregião do Baixo Jaguaribe do estado do Ceará, muito conhecido como "terra da rede". A data da sua criação é 4 de setembro de 1865, sendo instalada em 4 de março de 1866. O Produto Interno Bruto (PIB) do município, de acordo com os dados do IPECE (2015), é de R\$ 393.377,00 (trezentos e noventa e três mil trezentos e setenta e sete reais), sendo o setor industrial e o de serviços do município responsáveis por 26,51% e 53,84% do PIB, respectivamente.

O *campus* Avançado Jaguaruana nasceu com a visão de prover a região de crescimento tecnológico e com isso iniciou ofertando os cursos Técnicos em Informática e em Computação Gráfica, fomentando dois eixos tecnológicos, atendendo a uma necessidade local e projetando estes profissionais para todo o entorno Jaguaruanense.

Como analisado, a quantidade de comércio varejista, indústrias de extração e transformação são abrangentes no município e cidades vizinhas. Diante disso, o *campus*

Avançado Jaguaruana vê a necessidade de preencher lacunas no âmbito profissional referente a Gestão e Negócios e Controle e Processos Industriais, ainda pouco incentivados.

Das 10 cidades que compõem o Vale do Baixo Jaguaribe, a cidade de Jaguaruana tem destaque na região, apresentando-se como a quarta cidade que mais emprega e possui empresas formalizadas. As contabilizações mostram números acima de 500 empresas e mais de 4500 empregos formais entre 2009 e 2015, os quais se têm mostrado crescentes ao longo dos anos.

A abordagem realizada no mundo do trabalho mostra com clareza as potencialidades econômicas da região do Baixo Jaguaribe, em especial, do município de Jaguaruana, percebendo que tanto o perfil das empresas existentes, quanto os futuros empreendimentos estão contextualizados nas áreas da indústria primária e de transformação com interfaces para o comércio por empresas formalizadas ou não.

O *campus* Avançado Jaguaruana entende que, a partir das potencialidades encontradas na região do Vale do Jaguaribe, o eixo de Informática e Comunicação e o de Cultura e Design são os que mais imediatamente devem ser contemplados para promover o desenvolvimento socioeconômico, mediante suas ações de ensino, pesquisa e extensão, sendo, porém, oportuna à ampliação do leque para o eixo de Controle e Processos Industriais e o de Gestão e Negócios.

1.1.19. *Campus* Juazeiro do Norte

Em 1994, a Escola Técnica Federal do Ceará foi transformada, junto com as demais Escolas Técnicas da Rede Federal, em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-CE), mediante a publicação da Lei Federal nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, momento em que o ensino foi estendido ao nível superior e às ações acadêmicas foram acrescidas as atividades de pesquisa e extensão.

A implantação efetiva do CEFET-CE somente ocorreu em 1999. Em 1994, tendo como objetivo a interiorização do ensino técnico, o CEFET-CE inaugurou duas Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs) nas cidades de Cedro e Juazeiro do Norte. Contudo a Unidade de Ensino Descentralizada de Juazeiro do Norte-CE começou a funcionar somente

em 11 de setembro de 1995, com os cursos técnicos de Eletrônica e Edificações, na modalidade de ensino integrado (ensino médio e técnico).

Com o surgimento do CEFET, a UnED de Juazeiro expande sua área de atuação, passando a ofertar cursos superiores de Tecnologia a partir de 2002 e, em 2003, inicia o curso de Licenciatura em Matemática. Durante o processo de expansão dos cursos superiores, encerrou a oferta dos cursos de nível técnico, mas permaneceu com a oferta do Ensino Médio.

Criado oficialmente no dia 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Instituto Federal do Ceará congrega os extintos Centros Federais de Educação Tecnológica do Ceará (CEFETs/CE) e as Escolas Agrotécnicas Federais dos municípios de Crato e de Iguatu.

Em constante processo de desenvolvimento, conforme previsto no plano de expansão de educação profissional e tecnológica do Governo Federal, o *campus* Juazeiro do Norte oferta, atualmente, os seguintes cursos: Técnico Integrado em Eletrotécnica, Técnico Integrado em Edificações, Técnico Integrado em Mecânica (modalidade EJA), Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Matemática, Tecnologia em Automação Industrial, Tecnologia em Construção de Edifícios e Bacharelado em Engenharia Ambiental. Na modalidade de ensino a distância, oferta os cursos: Técnico em Edificações, pela Escola Técnica Aberta do Brasil (E-Tec), e Licenciatura em Matemática, pela Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Nesses 20 anos de história na região do Cariri, o *campus* do IFCE em Juazeiro do Norte se consolidou pela excelência na atuação como uma instituição educacional que viabiliza a formação humanística, técnica e profissional, contribuindo para a inserção social, política, cultural e ética dos moradores da região.

1.1.20. *Campus* Limoeiro do Norte

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) chegou a Limoeiro do Norte para atender a toda a região Jaguaribana por meio da formação profissional gratuita e de qualidade. São onze cursos oferecidos semestralmente à comunidade nas áreas técnica, tecnológica, bacharelado e de licenciatura. O Instituto

substituiu o antigo Cefet/CE e é resultado do projeto de expansão da Rede de Ensino Tecnológico do País, elaborado pelo Governo Federal, em 2007.

O *campus* Limoeiro do Norte está situado no Vale do Jaguaribe, especificamente no município de Limoeiro do Norte, distante cerca de 200km da capital cearense. Possui área total de 12.000m², sendo 6.692,46m² de área construída, com infraestrutura dotada de salas de aula, laboratórios básicos e específicos para os diversos cursos, sala de videoconferência, auditório, espaço de convivência, cantina, biblioteca com espaço para pesquisa e estudo, ginásio poliesportivo, entre outros. É composto pela Unidade-Sede, localizada em Limoeiro do Norte, a Unidade da Cidade Alta, a Unidade Experimental de Pesquisa e Ensino (UEPE) e o *campus* avançado de Jaguaruana.

Continuamente, o *campus* adequa suas ofertas de ensino, pesquisa e extensão às necessidades locais. Atualmente está ofertando os cursos superiores de Tecnologia em Alimentos, Mecatrônica Industrial e Saneamento Ambiental; Bacharelado em Nutrição e em Agronomia; Licenciatura em Educação Física; os cursos técnicos de nível médio em Eletroeletrônica, Mecânica Industrial, Meio Ambiente, Panificação e Agropecuária. Além desses, também oferta o mestrado acadêmico em Tecnologia de Alimentos e os cursos de especialização em Segurança Alimentar, Fruticultura Irrigada e Gestão e Controle Ambiental.

Tendo em vista sua missão institucional de desenvolver pessoas e organizações e seu compromisso com a qualidade da educação, mediante cursos sempre sintonizados com a realidade regional, o *campus* Limoeiro do Norte, integrante desta nova estruturação de instituições federais de educação tecnológica, organiza suas ações para formar profissionais qualificados, facilitar seu ingresso no mundo do trabalho e ajudá-los a se tornarem capazes de contribuir para transformações tecnológicas e socioculturais compatíveis com as características do processo produtivo da área.

1.1.21. *Campus* Maracanaú

A velocidade do desenvolvimento industrial do país e a penetração gradual de tecnologia de ponta demandaram a formação de especialistas de diversos níveis, impondo um persistente reestudo na formação desses profissionais. Desse reestudo nascem os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, tendo por objetivo ministrar ensino em nível

superior de graduação e pós-graduação, visando à formação de profissionais em engenharia civil, industrial e tecnológica, a formação de professores e especialistas para o ensino médio e de formação profissional, formação de técnicos, promoção de cursos de extensão, aperfeiçoamento, atualização profissional e realização de pesquisas na área técnico-industrial.

Mais tarde, intentando-se reorganizar e impulsionar o ensino profissionalizante no país, a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, sancionada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, cria trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, entre os quais nasce o Instituto Federal do Ceará (IFCE) com nove *campi*, sendo o *campus* Maracanaú um deles.

Com emancipação política, em 04 de julho de 1983, decorrente do crescimento da população, inicialmente formada basicamente por operários instalados em conjuntos habitacionais construídos pelos governos estadual e federal; Maracanaú, entre os municípios que formam a Grande Fortaleza, é o terceiro colocado em termos de contingente populacional, abaixo somente de Fortaleza e Caucaia, e o quarto município mais populoso em termos estaduais.

Quanto à economia, Maracanaú a tem centralizada no setor industrial e no de serviços, embora mereça destaque como vocação econômica o cultivo de algodão herbáceo sequeiro, de plantas aromáticas e medicinais e a preparação de britamento e outros trabalhos em pedras não associados à extração. Além disso, integra o Distrito Industrial do Ceará, caracterizado por um crescente contingente que já conta com aproximadamente 500 empresas instaladas dos mais diversos setores, indústrias que vão desde o gênero alimentício e têxtil até a indústria metal mecânica e que contribuem substancialmente para o município possuir a segunda maior arrecadação do estado.

Favorecido por sua localização, mais próximo das indústrias em desenvolvimento e já existentes, o IFCE – *campus* Maracanaú foi criado com o intuito de atender à demanda de mão de obra qualificada para as empresas do Estado do Ceará. O *campus* define a oferta de cursos, levando em consideração a demanda de profissionais dotados de conhecimento tecnológico, determinada pela atividade industrial, largamente dominante no município.

1.1.22. *Campus Maranguape*

Maranguape está situada na Mesorregião Metropolitana de Fortaleza, que abrange, segundo o IPECE (2017), onze municípios: Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba e Pacajus. Trata-se da menor mesorregião do Ceará, porém é a mais populosa, portanto a de maior densidade populacional.

Fundado em 17 de novembro de 1851, o município de Maranguape tem seu nome originário do tupi, cujo significado é “Vale da Batalha”. Trata-se do 8º município em contingente populacional do Estado. Os maranguapenses estão distribuídos em dezessete distritos: Amanari, Antônio Marques, Cachoeira, Itapebussu, Jubaia, Ladeira Grande, Lajes, Lagoa do Juvenal, Manoel Guedes, Papara, Penedo, Sapupara, São João do Amanari, Sede, Tanques, Umarizeiras e Vertentes do Lajedo, contemplando uma população de 113.561 habitantes (IBGE, 2010). Em relação ao território, está fixado em uma base territorial de 590,873 km² (IBGE, 2016). Já a densidade populacional é de 192,19 hab/km² (IBGE, 2010).

Segundo dados da SEFAZ-CE (2016), Maranguape possuía 893 empresas industriais ativas em 2015, configurando-se como o quarto município da Região Metropolitana em número de indústrias, das quais se destacam as indústrias de vestuário, calçados, artefatos de tecidos, couros e peles, alimentícias, de metalurgia, de minerais não metálicos e de mobiliário. Também é o quarto município desta região no que se refere ao número de estabelecimentos comerciais (2.164 estabelecimentos comerciais, no ano de 2015).

Em 2016, a região em estudo contava com o quantitativo de 46.951 alunos matriculados no 9º ano do ensino fundamental, em escolas públicas federais, estaduais, municipais e em escolas privadas, segundo dados do INEP. Nos municípios analisados, há 72 professores que possuem somente o ensino fundamental e 7.183 professores que possuem somente o ensino médio, o que significa dizer que, dos 33.354 professores que atuam nas cidades da microrregião, um percentual aproximado de 21,75% de docentes não possui nível superior. Dessa forma, a criação de cursos de licenciatura no *campus* Maranguape irá atender a um percentual aproximado de 25,88% de candidatos em potencial se comparar com o total

de professores sem formação superior no estado do Ceará. A criação de cursos técnicos também irá atender à demanda das empresas e indústrias da região.

O *campus* Maranguape do IFCE está localizado na sede do município de Maranguape, tendo sido inaugurado no dia 15 de setembro de 2017, com instalações provisórias na Rua Benedito Prata, 500-550, Maranguape-CE (antiga Escola Santa Rita). A partir do dia 18 de setembro de 2017, o *campus* deu início às suas atividades acadêmicas com diversos cursos na modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC).

Oficialmente, o *campus* Maranguape foi criado pela Portaria nº 1569, de 20 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, publicada no DOU de 21 de dezembro de 2017. O *campus*, com tipologia 70/45, define a oferta de cursos, levando em consideração a demanda do setor produtivo por profissionais dotados de conhecimento científico-tecnológico, bem como privilegia a formação de professores conforme legislação que criou os Institutos Federais.

A conclusão da sede definitiva, localizada na CE-065, 803-941 - Novo Parque Iracema, Maranguape - CE, 61949-010, está prevista para o final do ano de 2018.

1.1.23. *Campus* Morada Nova

Criado em 2012, inicialmente como *campus* avançado de Limoeiro do Norte, o IFCE de Morada Nova se tornou um *campus* independente em 2014, ofertando os cursos técnicos de Aquicultura e Edificações.

Localizado na mesorregião do Vale do Jaguaribe do Ceará, distante 163 quilômetros de Fortaleza, o município de Morada Nova é composto pelo distrito-sede e pelos distritos de Boa Água, Uiraponga, Roldão, São João do Aruaru, Juazeiro, Pedras e Lagoa Grande, em uma área de 2.779,246 km². Com aproximadamente 62.065 habitantes, conforme IBGE (2010), o município tem um potencial econômico voltado para o setor da agropecuária, indústria e comércio.

O *campus* possui extensa área com dois blocos didáticos, modernas salas de aula, biblioteca e diversos laboratórios. Atualmente oferece à comunidade os cursos técnicos em Aquicultura, Edificações, Informática e Segurança do Trabalho. Além destes, em 2016 passou

a oferecer também os cursos superiores de Engenharia de Aquicultura e Engenharia Civil, sendo a primeira instituição pública a ofertar cursos de graduação na cidade de Morada Nova.

Assim, comprometida com a região em que se insere, considerando o potencial econômico, respeitando a cultura e os hábitos locais e atuando como agente de transformação, a instituição assume o compromisso de ampliar e adequar sua oferta de ensino, pesquisa e extensão às necessidades locais, promovendo a formação de profissionais qualificados, mais éticos e conscientes da realidade em que vivem e tecnicamente capacitados para proporcionar o desenvolvimento tecnológico da região.

1.1.24. *Campus Paracuru*

O *campus* Paracuru do IFCE teve sua inauguração em 09 de agosto de 2016 e já se posiciona como ferramenta de desenvolvimento para a região do litoral oeste cearense, onde se encontram as praias de Tabuba, Cumbuco, Pecém, Taíba, Barra do Cauípe, e Pericoara. Essa unidade compromete-se com a formação de profissionais habilitados a atuar nos setores de potencialidade da região, como: pesca, meio ambiente, e energias renováveis, entre outros, tornando-se esperança de melhorias para a região e depositário de anseios de progresso da comunidade local.

Abrangendo 4.200 metros quadrados de área construída, com 10 salas de aula, 10 laboratórios, biblioteca, auditório para até 150 pessoas, cantina e bloco administrativo; esta unidade possui um corpo de servidores de alto nível, distribuído entre técnicos administrativos e professores que assumiram com todo o afinho o compromisso de colocar em prática, nesta região, a missão institucional.

Atuando nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, o *campus* de Acaraú tem formado cidadãos e profissionais que já estão no mundo do trabalho ou ainda se inserindo nele.

1.1.25. *Campus Avançado Pecém*

O *campus* avançado Pecém é a vigésima sétima unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. O *campus* é fruto de doação do antigo Centro de

Treinamento do Trabalhador Cearense (CTTC), construído pelo Governo do Estado do Ceará, para atender às demandas latentes de capacitação e as que se apresentassem ao longo da implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

O *campus* está localizado no entroncamento das rodovias CE 085 (Estruturante) e CE 422, próximo ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém. O *campus* se volta à formação inicial e continuada de cerca de 1200 pessoas por ano. A ideia é capacitar trabalhadores das cidades de São Gonçalo do Amarante, Caucaia, Paracuru, Maracanaú, Maranguape, Paraipaba, Pentecoste e Fortaleza, entre outros municípios. Para o funcionamento do CTTC, foram investidos R\$ 33.742.623,54 em obras e equipamentos. O local conta com uma área total de 9.100 m², contemplando as áreas administrativas e de ensino, cozinha semi-industrial, área de convivência, três blocos com diversos laboratórios, doze salas de aula e um auditório com capacidade para 275 pessoas.

Há uma forte procura de empresas da região para estabelecimento de parcerias para oferta de cursos e realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Empresas como a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), Energia Pecém, Aeris, Wobben, entre outras, estão em contato permanente com o IFCE, por meio da Associação das Empresas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – AECIPP, com que o IFCE realiza atividades realizadas em parceria. Estas empresas possuem um faturamento anual estimado em R\$ 12,2 bilhões, que corresponde a aproximadamente 12% do PIB do Estado do Ceará. Estas indústrias têm gerado um impacto significativo no orçamento dos municípios do entorno.

1.1.26. *Campus* Quixadá

O município de Quixadá que teve como primeiros habitantes, os indígenas das tribos Canindés e Genipapos, cujo domínio se estendia do Banabuiú às barrancas do Jaguaribe, até meados do século XVIII quando teve início a sua colonização. O lugar foi elevado à condição de vila em 27 de Outubro de 1870 e está situado na Região do Sertão Central do Ceará, que inclui os municípios de Banabuiú, Boa Viagem, Choró, Ibaretama, Ibicuitinga, Madalena e Quixeramobim. Quixadá e o restante do estado são interligados pelas rodovias CE 060, CE 265 e CE 456. Além do município-sede, a região se compõe de treze

distritos: Califórnia, Juá, São Bernardo, Daniel de Queiroz, São João dos Queiroz, Várzea da Onça, Cipó dos Anjos, Tapuiará, Juatama, Custódio, Riacho Verde e Dom Maurício.

Quixadá está situada na região do semiárido, com vegetação de caatinga, clima quente e seco, temperaturas anuais elevadas e quadra invernal de janeiro a maio. O desenvolvimento econômico do município deu-se em função da agricultura, da atividade industrial ligada diretamente à lavoura (cotonicultura), ao comércio, à pecuária de caprinos e bovinos e, mais recentemente, à avicultura.

Historicamente, Quixadá ocupou posição de destaque na economia do estado, modificada por estiagens frequentes, praga do bicudo, entre outros fatores. O setor de comércio e serviços está em franca expansão, contando com agências bancárias, empresas telefônicas, correios, supermercados, farmácias, restaurantes, clubes sociais, uma ampla rede escolar em todos os níveis, do ensino infantil ao superior, e uma assistência médico-sanitária relativamente bem estruturada.

Em relação à educação, Quixadá tem recebido uma expressiva quantidade de estudantes de outras regiões do estado especialmente em virtude da instalação de novos cursos de nível superior, o que causou um expressivo fortalecimento da estrutura de ensino público e particular. Tais ações consolidam Quixadá como cidade polo do Sertão Central cearense.

O universo de estudantes atendidos no ensino superior é bastante expressivo, os quais são diariamente transportados em ônibus escolares ou lá mantêm residência temporária no período letivo. A origem destes alunos ultrapassa os limites da região do Sertão Central.

A inauguração de uma unidade de refino de biodiesel da PETROBRÁS, em 2007, como uma das prioridades do Programa de Aceleração de Crescimento do Governo Federal no município, representou uma nova configuração para o setor de agronegócios da região, provocando, assim, uma perspectiva de maior adensamento da cadeia produtiva do setor a partir dos produtores locais de oleaginosas, de intensificação do crescimento do setor de serviços, especialmente o comércio, e de uma maior demanda por profissionais egressos do ensino técnico e tecnológico.

Dentre os investimentos voltados para o desenvolvimento do setor primário, podemos citar os seguintes programas: o programa de melhoramento genético da

ovinocaprinocultura, de inseminação artificial para bovinocultura leiteira do município, o programa de apicultura, de criatório de galinhas caipiras e projeto de irrigação por gotejamento do vale do Sitiá. Todos estes programas fazem que, diretamente, mais de 1.500 famílias sejam atendidas pelas ações das políticas públicas da administração atual.

Outro setor que se destaca como potencial econômico em Quixadá é o turismo de aventura, motivado pela formação geológica natural, que tem favorecido a prática da atividade e atraído turistas nacionais e estrangeiros.

Aproveitar o atual cenário de oportunidades, advindas da instalação da refinaria de biodiesel, da instalação de indústrias, do potencial turístico, da prestação de serviços na área comercial, educacional e de saúde, alternativas é algo a ser planejado e efetivado com prioridade. Para isso, torna-se de fundamental importância investir na capacitação dos trabalhadores, pois esses setores exigem uma mão de obra cada vez mais qualificada.

O comércio é o setor que mais tem empregado, seguido pelo setor público, avicultura, agricultura de subsistência e, mais recentemente, pelo setor industrial.

O *campus* Quixadá do Instituto Federal do Ceará está localizado em um dos pontos turísticos mais visitados desse município: a região do Açude do Cedro. Ele surgiu na segunda fase do plano de expansão da rede de ensino profissional e tecnológico promovida pelo governo federal, em 2007, e iniciou as atividades no dia 10 de junho de 2008, ainda sob a denominação de CEFET – Unidade de Ensino de Quixadá, mediante Portaria nº668, do Ministério da Educação (MEC), de 09 de junho de 2008.

O *campus* Quixadá instalou-se no município com o objetivo de promover educação profissional de qualidade nos diversos níveis de ensino, considerando as demandas dos saberes e fazeres para o desenvolvimento regional sustentável. Para tanto, o *campus* oferta cursos técnicos em Edificações, Química Industrial, Controle Ambiental, Hospedagem e cursos superiores Licenciatura em Química, Tecnologia em Gestão do Agronegócio e Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária.

1.1.27. *Campus* Sobral

O *campus* Sobral surgiu a partir do Plano de Expansão – Fase II da Rede de Ensino Tecnológico do país, planejamento realizado pelo Governo Federal em 2007. Foram

escolhidas 150 cidades-polos em todo o Brasil para ampliação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Dessas, seis pertencem ao estado do Ceará, sendo uma delas Sobral.

Ainda em 2007, houve a chamada pública para que cada município selecionado apresentasse as contrapartidas para a implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas (UnED) dos CEFETs. No caso de Sobral, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal ofereceram a Faculdade de Tecnologia CENTEC (FATEC/Sobral) e a partir daí se iniciou o processo de transição para CEFET, com a incorporação dos alunos e realização de concurso público para contratação de professores e servidores.

A implantação dessa nova unidade de ensino exigiu a expansão do *campus* e reforma do espaço físico existente. As obras abrangeram a readequação das salas de aula e laboratório e a construção de um novo bloco didático, da biblioteca, do almoxarifado, do setor responsável pelo patrimônio e da quadra poliesportiva. Foram adquiridos ainda novos equipamentos, além de material de expediente, de limpeza e de laboratórios.

Sobral, um dos pólos de desenvolvimento econômico no interior do estado do Ceará, está próximo ao Distrito de Irrigação Baixo Acaraú – DIBAU (Marco, Bela Cruz e Acaraú), do Perímetro de Irrigação Araras Norte (Varjota), do Perímetro Irrigado de Forquilha e do Polo de Horticultura da Serra Grande (fruticultura e irrigação). Os cursos oferecidos pelo Instituto Federal do Ceará no município dialogam com as vocações da região, a qual possui indústrias na área alimentícia (Lassa, Delrio, Café Serra Grande, Fábrica Coelho etc), calçadista (Grendene), transformação e mineração (Votorantim) e automotiva (TAC Motor's e MaxBus).

A unidade está inserida na dinâmica local mediante ações do ensino, da pesquisa e da extensão, potencializando as viabilidades econômicas e fortalecendo os arranjos produtivos locais. O IFCE, devido à interiorização do ensino, integra um projeto de desenvolvimento social e enfrenta o desafio de formar a mão de obra local, possibilitando que, com qualificação, ela se estabeleça na própria região, contribuindo para o crescimento sustentável desse território.

A estratégia de gestão da unidade visa ao ensino, à pesquisa e à extensão, articulada com as forças sociais da região, o que contribui para a construção do desenvolvimento local sustentável. O IFCE forma cidadãos para o mundo do trabalho, capazes de refletir sobre sua realidade e modificá-la. Com a interiorização do ensino, busca-se

democratizar o acesso à formação técnica e tecnológica. Hoje, os jovens da região Norte do estado não precisam mais dirigir-se à capital em busca da qualificação profissional.

1.1.28. *Campus* Tabuleiro do Norte

Partindo da iniciativa de expansão do ensino profissional e tecnológico, implementada pelo Governo Federal a partir do ano de 2006, o Ministério da Educação – MEC, mediante a Portaria nº 687, de 08 de Junho de 2008, autorizou ao então Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará – CEFET, a instalação e o funcionamento da sua Unidade de Ensino Descentralizada – UNED em Limoeiro do Norte, objetivando levar os serviços do CEFET/CE a toda a comunidade do Vale do Jaguaribe.

Em 20 de dezembro de 2008, é publicada a Lei nº 11.892, que transforma as UNEDs em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Desta feita, o agora *campus* Limoeiro do Norte ganha maior representatividade na região, e a prestação dos seus serviços demanda uma nova estruturação. Assim sendo, seguindo a tônica da expansão da Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico, em consonância com os arranjos produtivos e potenciais locais, foram implantados, em Tabuleiro do Norte, Morada Nova e Jaguaribe, entre os anos de 2010 e 2012, os *campi* avançados da unidade.

Em 17 de abril de 2012, o *campus* avançado Tabuleiro do Norte inicia as suas atividades, ofertando os cursos de Manutenção Automotiva e Petróleo e Gás; posteriormente, em 23 de Abril de 2013, a unidade adquiriu a condição de *campus* convencional, adquirindo maior autonomia para gerir os seus recursos e construir as suas diretrizes.

Atualmente, o *campus* Tabuleiro do Norte tem desenvolvido ações voltadas para a formação inicial e continuada em diversas áreas do conhecimento, buscando envolver a comunidade escolar e a sociedade em geral, com o objetivo claro de tornar-se padrão de excelência na educação profissional no Vale do Jaguaribe.

1.1.29. *Campus Tauá*

Situado em um município-polo da região Sertão dos Inhamuns, o *campus* Tauá do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) foi inaugurado em 20 de novembro de 2009 e abrange os municípios de Arneiroz, Aiuaba, Quiterianópolis e Parambu, mas também recebe alunos de várias outras regiões, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) do Ministério da Educação (MEC) e outros processos seletivos.

Após uma ampla discussão com a sociedade, ficou definido que, inicialmente, haveria a oferta de dois cursos: Técnico em Agronegócio e Tecnologia em Telemática. Procedeu-se à organização de um vestibular e um exame de seleção, que, após divulgação e realização, possibilitou o ingresso dos alunos, que preencheram as 70 vagas iniciais, 35 para cada curso.

As primeiras turmas iniciaram as atividades em setembro de 2010, e, semestralmente, novas ingressos são promovidos, sendo passando o ingresso no curso de Telemática a ser realizado por meio do SISU/MEC.

Com a adesão ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), em 2012, o *campus* passou a ofertar aos alunos da região, na modalidade concomitante ao ensino médio, o curso Técnico em Informática.

O *campus*, no primeiro semestre de 2018, contava com 310 alunos matriculados, que se distribuem pelos cursos técnicos integrados em Redes de Computadores e Agropecuária e os cursos superiores de Tecnologia de Telemática e Licenciatura em Letras com dupla habilitação em Inglês e Português.

No final de 2014 e início de 2015, o *campus* Tauá passou por processo de discussão com a comunidade local para a ampliação da oferta de novos cursos. Em 2018, esse processo está sendo feito para pesquisar que cursos se adequam à realidade atual da região.

1.1.30. *Campus Tianguá*

Situado na Serra da Ibiapaba, região norte do estado do Ceará na Rodovia CE 187, s/n, bairro Aeroporto, o *campus* do IFCE em Tianguá iniciou suas atividades no dia 01 de

fevereiro de 2010, vinculado ao *campus* de Acaraú, com a denominação de *campus* avançado de Tianguá. Seu funcionamento como *campus* convencional foi autorizado pela Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013, do Ministério da Educação.

No *campus*, que faz parte do programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Ceará, após audiências públicas, e com o objetivo de suprir a carência de profissionais qualificados, tanto em nível técnico quanto em superior, foram criados os cursos Técnico Agrícola, Técnico em Informática e Licenciatura em Física. O *campus* também tem atuação em atividades de pesquisa aplicada, bem como no desenvolvimento de programas de extensão, da produção cultural, do empreendedorismo, do cooperativismo e em linhas atinentes às áreas técnica e tecnológica.

Descentralizando o ensino da capital, o *campus* Tianguá busca garantir a fixação dos estudantes em sua região de origem, e, além de gerar o desenvolvimento socioeconômico local, com a oferta de uma educação pautada na excelência, cidadania e inovação, visa à formação de um novo cidadão.

O *campus* Tianguá tem por objetivo disponibilizar educação profissional e tecnológica de qualidade, além de desenvolver pesquisas e projetos de extensão, direcionados à comunidade da região da Serra da Ibiapaba, propiciando o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais.

1.1.31. *Campus* Ubajara

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE é uma instituição criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará com as Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu. Vinculado ao Ministério da Educação, é uma autarquia de natureza jurídica, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, o IFCE é equiparado às universidades federais.

O *campus* Ubajara tem por objetivo disponibilizar educação superior, básica, profissional e pluricurricular, especializada na oferta de educação profissional técnica e

tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, além de desenvolver pesquisas e projetos de extensão direcionados à comunidade da região da Serra da Ibiapaba, compondo o programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Ceará.

1.1.32. *Campus Umirim*

A formação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará em Umirim, inicialmente denominado de Escola Agrotécnica de Umirim, ocorreu em 1990, quando a gestão pública municipal, em parceria com o Ministério da Educação e Cultura – MEC, por meio de um processo fundamentado numa política para uma educação qualificada, comprometeu-se em atuar nessa região.

O público-alvo eram os jovens concludentes do ensino fundamental, na época, primeiro grau, período em que grande era a evasão e a escassez de profissionais oriundos dessa região que fossem qualificados ao desempenho e desenvolvimento de setores básicos do Vale do Curu e Aracatiaçu. Com essa premissa, os órgãos envolvidos nesse processo estabeleceram como fundamento que os mesmos deveriam ser qualificados com o compromisso de atuar na região, criando, assim, condições para a população local se profissionalizar nos setores em demanda crescente.

Após várias agendas, em 1992, teve início e conclusão a construção de um espaço de 3.587 m² numa área total de 50 ha, adquiridos com recursos provenientes dos governos federal e municipal. Contudo, com as mudanças de governo, tanto federal como municipal, e a inserção de novas políticas educacionais, o projeto foi criticamente abalado e abandonado, sendo retomado apenas em 2003, com a criação da Comissão de Instalação das Ações Territoriais – CIAT, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu, hoje Território da Cidadania. Tratava-se de um fórum, cujo objetivo era propiciar funcionamento de uma nova escola agrícola de Educação do Campo na região.

A partir dessa definição, foram iniciadas as articulações entre os municípios, organizações não governamentais e setores do Governo Estadual, que garantiram meios para a recuperação da infraestrutura física e aquisição de equipamentos para a escola.

Em um encontro ocorrido em 2007, que reuniu os dirigentes de diversas unidades da Rede Federal de Educação Profissional e em que o governo federal anunciaria a expansão e o fortalecimento da rede, sugeriu-se a necessidade de uma articulação mais estreita com a Secretaria Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, no sentido de inserir a demanda local nas metas dessa expansão.

Como alternativa para se resolver tal demanda, a Escola Agrícola de Umirim torna-se Unidade de Extensão do *campus* do IFCE localizado no município do Crato-CE, cabendo a este responder administrativamente por ela, em comunhão com a Prefeitura Municipal de Umirim.

Em 2012, mudanças significativas começam a acontecer, a direção administrativa do *Campus*, mesmo que ainda vinculada ao *campus* Crato, é instaurada com a posse de legítimo diretor, cargo preenchido por professor efetivo do quadro de servidores do *campus*, atendendo a uma reivindicação da categoria.

Em 2013, através da Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013, publicada no DOU de 24 de abril de 2013, o Ministério da Educação autoriza o funcionamento de 66 *campi* de 24 institutos federais de educação. Entre esses estão os 11 *campi* avançados do IFCE (Aracati, Baturité, Camocim, Caucaia, Jaguaribe, Morada Nova, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara e Umirim), os quais, pela Portaria nº 331, também de 23 de abril de 2013, o ministério dispõe na estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação do Ceará, transformando-os em *campi* convencionais, adquirindo assim, autonomia administrativa e pedagógica. Estamos inseridos na 3ª etapa da expansão da Rede Federal de Educação.

Atualmente o *campus* atende a uma demanda de mais de duzentos estudantes da região focados no ensino médio profissionalizante com cursos técnicos nas áreas de Recursos Naturais e da Informação e Comunicação, com ênfase no desenvolvimento tecnológico e na transferência de conhecimento.

O IFCE – *campus* Umirim, cumprindo sua missão, contribui de forma efetiva e eficaz com o desenvolvimento de novos métodos e tecnologias voltadas às necessidades específicas dos setores econômicos da região, estimulando um aprendizado massivo e sistemático com ações inovadoras e transferência de tecnologias voltadas ao campo e à cidade, bem como ao terceiro setor, de forma indireta e direta, por meio de cursos de capacitação e difusão tecnológica.

1.2. A Construção da Estratégia do IFCE

O termo estratégia deriva da palavra grega *stratègós*, que significa a habilidade de combate do general. Este conceito de origem militar foi adotado no meio corporativo com o significado de planejar e executar ações com a finalidade de alcançar os objetivos e metas de longo prazo da organização.

Nesse sentido, a estratégia do IFCE consiste nos temas estratégicos, objetivos estratégicos, indicadores de desempenho, metas e projetos estratégicos a serem implementados durante o período 2019-23.

Os temas estratégicos correspondem às prioridades que serão trabalhadas durante a vigência do planejamento e são considerados fundamentais para o alcance da visão de futuro. Cabe destacar que as Unidades Estratégicas são as responsáveis pela definição dos temas estratégicos, no âmbito da sua área de atuação.

Os objetivos estratégicos, por sua vez, estão concatenados com os temas estratégicos e representam aquilo que se pretende alcançar com as ações que serão desenvolvidas ao longo dos próximos cinco anos.

Para que o IFCE possa acompanhar os resultados pretendidos nos objetivos estratégicos, são estabelecidos indicadores de desempenho. Cada um desses indicadores possui uma meta que permite à instituição analisar se as ações realizadas estão contribuindo para os resultados pretendidos.

Por fim, os projetos estratégicos são responsáveis pelo direcionamento das ações táticas e operacionais da instituição, voltadas para o alcance das metas dos indicadores de desempenho.

É importante ressaltar que os pilares que sustentam a estratégia do IFCE são os seguintes:

1.2.1. Missão

A missão é a declaração concisa e objetiva do principal propósito da organização, explicitando a finalidade da sua existência e o motivo para a qual foi criada. Nessa perspectiva, a missão do IFCE é a seguinte:

Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética.

1.2.2. Visão

A visão vislumbra um estado futuro para a organização, ou seja, representa aonde ela quer chegar e o que deseja ser no futuro, em um período de tempo pré-determinado. Nesse sentido, a visão do IFCE para o ano de 2023 é a seguinte:

Ser referência no ensino, pesquisa, extensão e inovação, visando à transformação social e o desenvolvimento regional.

1.2.3. Valores

Os valores correspondem aos princípios que direcionam o comportamento, as atitudes e as decisões de todas as pessoas que fazem parte da instituição. Portanto, os valores do IFCE foram assim definidos:

Nas suas atividades, o IFCE valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com ideias fixas na sustentabilidade ambiental.

1.3. Temas Estratégicos e Objetivos Estratégicos

Quadro 1 – Temas Estratégicos e Objetivos Estratégicos

Tema Estratégico	Objetivo Estratégico	Área Responsável
Acessibilidade e Diversidade	Fortalecer as ações no âmbito da acessibilidade e da diversidade étnico racial.	Pró-reitoria de Extensão
Ampliação das Matrículas em Cursos Técnicos e Licenciaturas	Atender aos percentuais previstos na Lei 11.892/2008.	Pró-reitoria de Ensino

Tema Estratégico	Objetivo Estratégico	Área Responsável
Ampliação do Número de Estudantes Egressos com Êxito	Reduzir o número de estudantes retidos.	Pró-reitoria de Ensino
Ampliação do Número de Estudantes Egressos com Êxito	Reduzir a evasão discente.	Pró-reitoria de Ensino
Ampliação do Número de Estudantes Egressos com Êxito	Preencher as vagas ofertadas.	Pró-reitoria de Ensino
Ampliação do Número de Estudantes Egressos com Êxito	Ampliar o número de vagas ofertadas.	Pró-reitoria de Ensino
Consolidação da Inovação	Expandir e consolidar a inovação.	Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação
Desenvolvimento Local e Regional	Fortalecer as relações socioprodutivas e culturais nos contextos locais e regionais.	Pró-reitoria de Extensão
Efetividade e Excelência na Gestão	Aperfeiçoar os procedimentos visando à efetividade e a excelência dos processos internos.	Pró-reitoria de Administração e Planejamento
Efetividade e Excelência na Gestão	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira com foco na otimização dos recursos e na transparência.	Pró-reitoria de Administração e Planejamento
Efetividade e Excelência na Gestão	Ampliar e modernizar a infraestrutura física do IFCE.	Pró-reitoria de Administração e Planejamento
Empreendedorismo	Ampliar as parcerias com ecossistemas empreendedores em âmbito local, estadual e nacional.	Pró-reitoria de Extensão
Empreendedorismo	Fortalecer as ações de fomento à cultura empreendedora no âmbito institucional.	Pró-reitoria de Extensão
Ensino de Idiomas	Estabelecer e desenvolver a política linguística do IFCE para a capacitação da comunidade acadêmica em idiomas estrangeiros	Relações Internacionais
Estruturação das Relações Internacionais	Consolidar a infraestrutura organizacional necessária ao desenvolvimento das Relações Internacionais no IFCE.	Relações Internacionais
Expansão e Excelência da Pós-graduação	Expandir e fortalecer os programas de pós-graduação.	Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação
Expansão e Excelência da Pós-graduação	Apoiar a capacitação de servidores do IFCE em cursos de pós-graduação.	Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação
Fortalecimento da Pesquisa Institucional	Expandir e consolidar a pesquisa científica institucional.	Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação
Gestão da Segurança da Informação	Disseminar a toda a comunidade conhecimento sobre a importância da segurança da tecnologia da informação e sua gestão.	Tecnologia da Informação
Gestão e Continuidade do Negócio	Desenvolver os processos de Tecnologia da Informação voltados para a continuidade do negócio.	Tecnologia da Informação
Imagem e Identidade Institucional	Melhorar comunicação interna e externa.	Comunicação Social

Tema Estratégico	Objetivo Estratégico	Área Responsável
Inovação e Sustentabilidade	Promover e consolidar a cultura da inovação e da sustentabilidade.	Pró-reitoria de Administração e Planejamento
Internacionalização do IFCE	Fortalecer e expandir as ações de internacionalização do IFCE.	Relações Internacionais
Melhoria da Qualidade do Ensino	Melhorar os indicadores de qualidade de ensino.	Pró-reitoria de Ensino
Padronização e Normatização dos Processos	Padronizar e normatizar os processos internos da área de pessoal.	Pró-reitoria de Gestão de Pessoas
Planejamento das Aquisições de TI	Buscar a melhoria contínua dos processos de aquisição de TI tornando-os mais vantajosos, eficientes e alinhados as necessidades da instituição.	Tecnologia da Informação
Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento	Promover a capacitação e o desenvolvimento dos servidores.	Pró-reitoria de Gestão de Pessoas
Promoção dos Direitos Humanos no Âmbito Educacional	Fortalecer a articulação entre a Política de Assistência Estudantil e o Plano de Permanência e Êxito.	Assistência Estudantil
Promoção dos Direitos Humanos no Âmbito Educacional	Aprimorar os serviços de alimentação e nutrição do IFCE.	Assistência Estudantil
Promoção dos Direitos Humanos no Âmbito Educacional	Melhorar a aplicabilidade dos recursos da Assistência Estudantil.	Assistência Estudantil
Promoção dos Direitos Humanos no Âmbito Educacional	Implantar ações para a educação em direitos humanos.	Assistência Estudantil
Qualidade de Vida no Trabalho	Promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho.	Pró-reitoria de Gestão de Pessoas

Fonte: elaboração própria.

1.4. Painel de Indicadores e Metas

Quadro 2 – Indicadores de Desempenho e Metas Para 2023

Indicador de Desempenho	Meta 2023	Tipo	Responsável
Taxa de matrículas em cursos de licenciatura ou programas de formação pedagógica (presencial e a distância)	20% das matrículas totais	Desdobrável	PROEN e <i>campi</i>
Taxa de matrículas em cursos técnicos	50% das matrículas totais	Desdobrável	PROEN e <i>campi</i>
Taxa de matrículas PROEJA	5% das matrículas totais	Desdobrável	PROEN e <i>campi</i>
Índice de reprovação em componentes curriculares críticos	Até 5% de reprovação	Desdobrável	PROEN e <i>campi</i>

Indicador de Desempenho	Meta 2023	Tipo	Responsável
Índice de retenção de alunos concludentes	Até 5% de retenção	Desdobrável	PROEN e <i>campi</i>
Taxa de Retenção	Até 10% de retenção	Desdobrável	PROEN e <i>campi</i>
Taxa de Evasão	Até 17% de evasão	Desdobrável	PROEN e <i>campi</i>
Taxa de ocupação das vagas ofertadas	Ocupação de 100% das vagas ofertadas	Desdobrável	PROEN e <i>campi</i>
Taxa de variação das vagas ofertadas	10% de acréscimo de vagas em relação ao ano de 2018	Desdobrável	PROEN e <i>campi</i>
Depósitos de propriedade intelectual	10% por ano	Desdobrável	PRPI e <i>campi</i>
Volume de recursos captados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento	R\$ 2.000.000,00 por ano	Desdobrável	PRPI e <i>campi</i>
Total de parcerias firmadas	10 parcerias por <i>campus</i> (02 anuais).	Desdobrável	PROEXT e <i>campi</i>
Índice de participação de servidores na Extensão	40% de servidores envolvidos.	Desdobrável	PROEXT e <i>campi</i>
Índice de participação de discentes na Extensão	10% de discentes envolvidos.	Desdobrável	PROEXT e <i>campi</i>
Taxa de alcance dos programas, projetos e cursos de extensão	Mínimo de 30 pessoas atendidas por ação.	Desdobrável	PROEXT e <i>campi</i>
Taxa de discentes matriculados em estágio curricular	100% dos discentes aptos, matriculados no estágio curricular.	Desdobrável	PROEXT e <i>campi</i>
Taxa de alcance dos eventos de extensão	Mínimo de 70 pessoas atendidas por evento.	Desdobrável	PROEXT e <i>campi</i>
Índice de ações de extensão realizadas na área de acessibilidade e diversidade étnica e racial	15% das ações de extensão sejam voltadas para a acessibilidade e diversidade étnica e racial.	Desdobrável	PROEXT e <i>campi</i>
Taxa de implantação de Napnes	100% (10 Napnes implantados, exclusivos para os <i>campi</i> que ainda não possuem núcleo.)	Desdobrável	PROEXT e <i>campi</i>
Taxa de implantação de Neabis	100% (18 Neabis implantados, exclusivo para os <i>campi</i> que ainda não possuem núcleo.)	Desdobrável	PROEXT e <i>campi</i>
Economicidade nas contratações	25% de economicidade nas contratações.	Desdobrável	PROAP e <i>campi</i>
Gestão de riscos dos macroprocessos	100% dos macroprocessos com os controles internos definidos.	Desdobrável	PROAP e <i>campi</i>
Qualidade na execução dos contratos	70% de qualidade na execução dos contratos.	Desdobrável	PROAP e <i>campi</i>
Satisfação do Requisitante	80% de satisfação.	Desdobrável	PROAP e <i>campi</i>
Índice de Desempenho da Gestão Orçamentária	85% da execução do orçamento anual	Desdobrável	PROAP e <i>campi</i>

Indicador de Desempenho	Meta 2023	Tipo	Responsável
Índice de execução dos Restos a Pagar	Máximo de 10% RP inscritos de custeio	Desdobrável	PROAP e <i>campi</i>
Índice de processos em desconformidade com os padrões estabelecidos.	Até 20% de desconformidade	Específico	PROAP
Implantação de ambientes	Por definir conforme diagnóstico a ser realizado nos <i>campi</i> .	Desdobrável	PROAP e <i>campi</i>
Implantação dos ambientes estruturantes	43 ambientes estruturantes (14 ginásios poliesportivos, 10 bibliotecas padrão e 19 restaurantes acadêmicos).	Desdobrável	PROAP e <i>campi</i>
Taxa de parcerias em ações de empreendedorismo	20% das parcerias firmadas para o desenvolvimento do empreendedorismo	Desdobrável	PROEXT e <i>campi</i>
Índice de ações desenvolvidas na área de empreendedorismo	10% das ações de extensão na área de empreendedorismo	Desdobrável	PROEXT e <i>campi</i>
Índice de alunos envolvidos nos programas de empreendedorismo	20% de discentes envolvidos nos programas de empreendedorismo	Desdobrável	PROEXT e <i>campi</i>
Taxa de capacitação em idiomas estrangeiros	30% de cada categoria da comunidade acadêmica (alunos, docentes e técnicos administrativos) capacitada em idiomas estrangeiros.	Desdobrável	ARINTER e <i>campi</i>
Disponibilidade de Infraestrutura e Serviços de RI	60% da infraestrutura planejada para o período	Específico	ARINTER
Índice de concludentes <i>lato e stricto sensu</i>	70% de concludentes por curso	Desdobrável	PRPI e <i>campi</i>
Índice de Titulação do Corpo Docente	Acréscimo de 3,5% sobre o índice atual de cada <i>campus</i> .	Desdobrável	PRPI e <i>campi</i>
Índice de Titulação TAE'S	Acréscimo de 5% em relação ao índice de 2018.	Desdobrável	PRPI e <i>campi</i>
Taxa de produção científica	Média de 2 produções anuais por pesquisador cadastrado na plataforma NL da PRPI.	Desdobrável	PRPI e <i>campi</i>
Quantidade acessos ao portal de segurança	12000 acessos	Específico	DGTI
Quantidade de alertas de segurança tratados	100% de tratamento dos alertas	Desdobrável	DGTI e <i>campi</i>
Taxa de tickets gerados em serviços críticos	Até 15% de tickets	Desdobrável	DGTI e <i>campi</i>
Satisfação do usuário em relação aos serviços ofertados	No mínimo 90%	Desdobrável	DGTI e <i>campi</i>

Indicador de Desempenho	Meta 2023	Tipo	Responsável
Número de notícias veiculadas sobre o IFCE na imprensa (CLIPPINGS)	10% de aumento em relação ao início da vigência no PDI.	Desdobrável	DCS e <i>campi</i>
Curtidores ou seguidores das mídias sociais	20% de aumento em relação ao início da vigência no PDI.	Desdobrável	DCS e <i>campi</i>
<i>Page views</i> (acessos) ao portal institucional	10% de aumento em relação ao início da vigência no PDI.	Desdobrável	DCS e <i>campi</i>
Criação de emissoras de TV e de rádio, bem como de sistema interno (TV corporativa) para integrar a comunicação entre os <i>campi</i> e a Reitoria.	100%	Específico	DCS
Índice de sustentabilidade ambiental do IFCE	85% de atendimento das iniciativas de sustentabilidade.	Desdobrável	PROAP e <i>campi</i>
Redução do custo com energia elétrica	15% de redução.	Desdobrável	PROAP e <i>campi</i>
Redução do consumo de água	25% de redução (a partir da definição de economia pela CAGECE de 20%).	Desdobrável	PROAP e <i>campi</i>
Redução do consumo de energia elétrica	20% de redução (considerando medidas de consumo racional e substituição de equipamentos e materiais).	Desdobrável	PROAP e <i>campi</i>
Taxa de resíduos sólidos recicláveis corretamente destinados	100% dos resíduos sólidos recicláveis.	Desdobrável	PROAP e <i>campi</i>
Índice de internacionalização do IFCE	70% das iniciativas planejadas	Desdobrável	ARINTER e <i>campi</i>
Índice Geral de Cursos (IGC)	Alcançar IGC 4 para toda a instituição	Desdobrável	PROEN e <i>campi</i>
Conceito Preliminar de Curso (CPC)	Alcançar o CPC 5 para todos os cursos de graduação	Desdobrável	PROEN e <i>campi</i>
Desempenho Enade	Nota 5 em todos os cursos avaliados	Desdobrável	PROEN e <i>campi</i>
Relação Aluno-professor	20 alunos por docente	Desdobrável	PROEN e <i>campi</i>
Taxa de Conclusão _{ciclo}	83% de conclusão	Desdobrável	PROEN e <i>campi</i>
Número de processos padronizados	100% de padronização dos processos.	Desdobrável	PROGEP e <i>campi</i>
Número de Manuais publicados	100% de elaboração e atualização de manuais que contemplem todos os processos com rotinas da área de pessoal.	Específico	PROGEP
Número de regulamentos aprovados no CONSUP	10 regulamentos publicados.	Específico	PROGEP

Indicador de Desempenho	Meta 2023	Tipo	Responsável
Taxa de adesão das aquisições compartilhadas de TIC.	100% de adesão dos <i>campi</i> .	Desdobrável	DGTI e <i>campi</i>
Economicidade das contratações de TIC.	20% de economicidade.	Desdobrável	DGTI e <i>campi</i>
Índice de execução do Plano Anual de Capacitação	100% de execução das ações de capacitação prevista nos Planos Anuais de Capacitação.	Desdobrável	PROGEP e <i>campi</i>
Índice de servidores capacitados em cursos de curta, média e longa duração.	100% de servidores contemplados com a Política de capacitação e aperfeiçoamento.	Desdobrável	PROGEP e <i>campi</i>
Índice de Investimento em capacitação	2% dos recursos de custeio do IFCE investido em capacitação e aperfeiçoamento.	Desdobrável	PROGEP e <i>campi</i>
Qualidade das ações integradas	80% dos parâmetros atendidos	Desdobrável	DAE e <i>campi</i>
Avaliação qualitativa de melhoria da infraestrutura	Mínimo de 75% de atendimento do <i>checklist</i> de adequação da infraestrutura	Desdobrável	DAE e <i>campi</i>
Orçamento para benefícios de vulnerabilidade	90% do orçamento destinado para benefícios de vulnerabilidade.	Desdobrável	DAE e <i>campi</i>
Execução orçamentária em benefícios de vulnerabilidade prioritários	100% de execução do orçamento destinado para benefícios de vulnerabilidade prioritários.	Desdobrável	DAE e <i>campi</i>
Ações de direitos humanos.	100 % dos parâmetros atendidos.	Desdobrável	DAE e <i>campi</i>
Avaliação qualitativa de melhoria do cardápio	Mínimo de 50% a 74% dos alimentos recomendados para os seguintes <i>campi</i> : Boa Viagem, Camocim, Guaramiranga, Horizonte, Itapipoca, Jaguaruana, Paracuru, Pecém, Tianguá e Ubajara; Mínimo de 75% a 89% dos alimentos recomendados para os seguintes <i>campi</i> : Acaraú, Aracati, Baturité, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Iguatu, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Morada Nova, Quixadá, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá e Umirim, de Avaliação Qualitativa dos Cardápios.	Desdobrável	DAE e <i>campi</i>

Indicador de Desempenho	Meta 2023	Tipo	Responsável
Índice percentual de projetos implantados	100% de implantação do Programa Qualidade de Vida no Trabalho.	Desdobrável	PROGEP e <i>campi</i>
Índice de adesão às atividades ofertadas pelo PQVT	35% de adesão dos servidores ao Programa Qualidade de Vida no Trabalho.	Desdobrável	PROGEP e <i>campi</i>
Índice de absenteísmo	Até 3%.	Desdobrável	PROGEP e <i>campi</i>

Legenda: PROEN – Pró-reitoria de Ensino; PRPI – Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação; PROEXT – Pró-reitoria de Extensão; PROAP – Pró-reitoria de Administração e Planejamento; PROGEP – Pró-reitoria de Gestão de Pessoas; DAE – Diretoria de Assuntos Estudantis; DGTI – Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação; ARINTER – Assessoria de Relações Internacionais; DCS – Departamento de Comunicação Social

Fonte: elaboração própria.

1.5. Portfólio de Projetos Estratégicos

Quadro 3 – Portfólio de Projetos Estratégicos

Projeto Estratégico	Período de Realização	Responsável
EAD nos <i>campi</i> .	2019-2023	PROEN
Criação de cursos técnicos.	2019-2023	PROEN
Criação de cursos PROEJA.	2019-2023	PROEN
Criação de cursos de licenciatura ou formação pedagógica.	2019-2023	PROEN
Aprimoramento da ação pedagógica.	2019-2023	PROEN
Certificação de alunos com necessidades especiais.	2019-2020	PROEN
Circuito <i>IF Games</i> .	2019-2023	PROEN
Esporte e Educação.	2019-2020	PROEN
Jogos do IFCE.	2019-2023	PROEN
PPE em ação.	2019-2023	PROEN
Programa Esporte IFCE.	2019-2023	PROEN
Programa TIME IFCE.	2019-2023	PROEN
Regulamento para visitas técnicas.	2019-2020	PROEN
Revisão curricular.	2019-2023	PROEN
Seminário ou fórum de educação profissional de nível técnico do IFCE.	2019-2023	PROEN
Ampliar a parceria com empresas, instituições diversas para captação de projetos.	2019-2023	PRPI

Projeto Estratégico	Período de Realização	Responsável
Regionalização dos NITs.	2021-2023	PRPI
Definição, Mapeamento e validação dos fluxos de inovação.	2019-2023	PRPI
Mapear o potencial de inovação do IFCE.	2019-2023	PRPI
Criar um banco de egressos do IFCE.	2019-2023	PROEXT
Elaborar metodologia para mensurar a empregabilidade de egressos do IFCE.	2019-2023	PROEXT
Consolidar o programa JOVEM APRENDIZ.	2019-2023	PROEXT
Criar um sistema onde as empresas poderiam cadastrar-se e fazer a oferta de estágio diretamente aos alunos.	2019-2023	PROEXT
Realizar momentos de integração entre empresas públicas, privadas e o IFCE.	2019-2023	PROEXT
Implantar coordenação de estágios e egressos com espaço físico próprio.	2019-2023	PROEXT
Aumentar o número de empresas com convênio de estágio devidamente celebrado.	2019-2023	PROEXT
Formação de servidores para atendimento de pessoas com deficiência.	2019-2023	PROEXT
Acessibilidade comunicacional.	2019-2023	PROEXT
Acessibilidade arquitetônica.	2019-2023	PROEXT
Criação de grupos de pesquisa para desenvolvimento de tecnologias assistenciais.	2019-2023	PROEXT
Implantação efetiva dos NAPNE e NEABI nos <i>campi</i> .	2019-2023	PROEXT
Traçar perfil e avaliar sistematicamente a satisfação dos alunos com necessidades especiais.	2019-2023	PROEXT
Jogos Internos com categoria para alunos com deficiência.	2019-2023	PROEXT
Capacitação em aquisições.	2019	PROAP
Captação de recursos.	2019-2020	PROAP
Catálogo de fornecedores.	2019-2020	PROAP
Central de atendimento para as áreas orçamentária, financeira e contábil dos <i>campi</i> .	2019-2021	PROAP
Diagnóstico de infraestrutura.	2019-2020	PROAP
Excelência na gestão.	2019-2023	PROAP
Formação de capital humano em gerenciamento de projetos.	2019-2023	PROAP
Visibilidade do desempenho organizacional.	2019	PROAP
Implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – SIADS.	2019-2023	PROAP
Mapeamento dos macroprocessos da área de Administração e Planejamento.	2019-2020	PROAP
Mapeamento dos riscos para serviços.	2019-2023	PROAP

Projeto Estratégico	Período de Realização	Responsável
Normatização da manutenção predial.	2019	PROAP
Normatização das inscrições e acompanhamento de restos a pagar.	2019-2020	PROAP
Normatização do controle de acesso.	2019-2021	PROAP
Oficinas temáticas.	2019-2023	PROAP
Orçamento participativo das unidades.	2019-2023	PROAP
Padronização da infraestrutura (1ª fase).	2019-2020	PROAP
Planejamento dos controles internos.	2019-2020	PROAP
Sistema de acompanhamento de despesas de contratos continuados.	2019-2021	PROAP
Sistema de Gestão de Bens Imóveis.	2019	PROAP
Sistema de gestão da estratégia.	2019	PROAP
Transparência da gestão patrimonial.	2019-2021	PROAP
Avançar na capacitação de docentes na área do Empreendedorismo em todos os <i>campi</i> .	2019-2023	PROEXT
Potencializar iniciativas empreendedoras que auxiliem os discentes no crescimento acadêmico e profissional.	2019-2023	PROEXT
Aprimorar, de forma prática, o conhecimento teórico adquirido pelos discentes em sala de aula.	2019-2023	PROEXT
Incentivar a cultura empreendedora entre discentes, docentes e técnicos da instituição.	2019-2023	PROEXT
Apoiar a integração do ensino, pesquisa e extensão, bem como gerar oportunidades de negócios para os discentes.	2019-2023	PROEXT
Harmonizar o ensino do empreendedorismo nos cursos oferecidos, facilitando assim o desenvolvimento de projetos que envolvam mais de uma disciplina, cursos ou até mesmo <i>campus</i> .	2019-2023	PROEXT
Implantação de uma comissão institucional para elaborar a política linguística do IFCE.	2019-2019	ARINTER
Criação de espaços de convivência nos <i>campi</i> para práticas comunicativas em línguas estrangeiras.	2019-2023	ARINTER
Promoção de eventos institucionais relacionados ao tema Ensino de Idiomas.	2019-2023	ARINTER
Implantação de Centros de Idiomas em parceria com os <i>campi</i> para a oferta de capacitação em idiomas estrangeiros (modalidade presencial e EaD).	2019-2023	ARINTER
Implantação do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF).	2019-2023	ARINTER
Oferta de disciplinas optativas ministradas em outros idiomas.	2019-2023	ARINTER
Ampliação da oferta de disciplinas de inglês/espanhol/francês instrumental.	2019-2023	ARINTER
Implantação do Programa E-TEC Idiomas.	2020-2020	ARINTER
Oferta de Curso de Português para estrangeiros.	2021-2021	ARINTER
Implantação da Coordenadoria de Política de Idiomas do IFCE.	2019-2019	ARINTER

Projeto Estratégico	Período de Realização	Responsável
Implantação do Comitê de Relações Internacionais do IFCE.	2019-2020	ARINTER
Implantação de Comissões Locais de Internacionalização nos campi.	2020-2023	ARINTER
Alocação de mais servidores para ampliação do quadro de pessoal da Arinter.	2019-2020	ARINTER
Implantação da Coordenadoria de Mobilidade Acadêmica na Arinter.	2019-2020	ARINTER
Regulamentação específica para mobilidade acadêmica internacional do IFCE.	2020-2020	ARINTER
Elaboração do plano de comunicação e divulgação das ações das Relações Internacionais.	2020-2020	ARINTER
Parcerias internacionais.	2019-2023	PRPI
Interiorização dos programas de pós-graduação.	2019-2023	PRPI
Implantação de sistemas de gestão da pós-graduação.	2019-2023	PRPI
Definição, mapeamento e validação dos fluxos de pós-graduação.	2019-2023	PRPI
Capacitação docente e TAE.	2019-2023	PRPI
Cartão Pesquisador.	2019-2022	PRPI
Consolidação da Plataforma de Gestão de Pesquisa: Plataforma NL.	2019-2023	PRPI
Definição, Mapeamento e validação dos fluxos PD&I.	2019-2023	PRPI
Projeto Cacife: Ciências, Artes e Cultura Itinerante do Instituto Federal do Ceará - IFCE.	2019-2022	PRPI
Implantar Sistema Financeiro.	2019-2023	PRPI
Criação e implantação da editora do IFCE.	2020-2023	PRPI
Expansão dos Comitês de Ética em Pesquisa.	2021-2023	PRPI
Conscientização de práticas para segurança digital.	2019-2023	DGTI
Criação de uma Intranet do IFCE.	2019-2023	DGTI
Plano de Continuidade dos serviços de TI relacionados ao negócio.	2019-2023	DGTI
Melhoria da qualidade dos serviços de TI oferecidos.	2019-2023	DGTI
Criar e manter atualizado sistema com contatos da imprensa local/estadual.	2019-2023	DCS
Criar sistema de gestão e acompanhamento de pautas para alimentar o boletim de imprensa.	2019-2023	DCS
Criar, manter e atualizar repositórios de imagens, trilhas sonoras, de peças de identidade visual.	2019-2023	DCS
Estabelecer fluxo de produção, por unidade, para envio do boletim à imprensa.	2019-2023	DCS
Estabelecer um calendário compartilhado anual de ações sistêmicas em comunicação.	2019-2023	DCS
Implantar estúdio de rádio e TV para produção de conteúdos.	2019-2023	DCS

Projeto Estratégico	Período de Realização	Responsável
Implementar novos produtos de comunicação.	2019-2023	DCS
Levantar as necessidades de material e promover aquisições compartilhadas (IRP) de equipamentos de audiovisual, produção visual, jornalismo, cerimonial e protocolo inclusive de consumo.	2019-2023	DCS
Manter e ampliar o Fórum de Comunicadores e promover encontros regionais.	2019-2023	DCS
Promover Publicidade de Utilidade Pública para os processos seletivos (Sisu/Técnicos).	2019-2023	DCS
Realizar campanhas internas de engajamento entre os <i>campi</i> e a Reitoria.	2019-2023	DCS
Reestruturar o portal do IFCE e adequar todos os seus sites de acordo com a LAI.	2019-2023	DCS
Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).	2019-2020	PROAP
Áreas verdes no IFCE.	2019-2020	PROAP
Plano de gestão ambiental.	2019-2023	PROAP
Política de sustentabilidade.	2019	PROAP
Racionalização dos recursos naturais.	2019-2020	PROAP
Sistema fotovoltaico (1ª fase).	2019-2021	PROAP
Estabelecimento de acordos de cooperação internacional para mobilidade acadêmica em geral.	2019-2023	ARINTER
Estabelecimento de acordos específicos de cooperação internacional visando à criação de programas de capacitação, qualificação e boa governança para servidores (docentes e técnicos administrativos) em parceria com as Pró-Reitorias.	2020-2023	ARINTER
Estabelecimento de acordos específicos de cooperação internacional na modalidade Sul-Sul.	2019-2023	ARINTER
Estabelecimento de acordos específicos de cooperação com agências oficiais de promoção de intercâmbio acadêmico e científico no exterior.	2019-2023	ARINTER
Estabelecimento de acordos de cooperação específicos para a Dupla Diplomação.	2020-2023	ARINTER
Participação no Programa Brasil-França Agricultura - Capes/Brafagri.	2020-2022	ARINTER
Programa de atração de docentes estrangeiros ao IFCE (em parceria com a PRPI, PROEN e PROGEP).	2019-2023	ARINTER
Programa de Bolsas IFCE Internacional.	2019-2023	ARINTER
Implementação do Programa IFCE Internacional Pós-Graduação com financiamento da PRPI.	2020-2023	ARINTER
Participação discente em programas de mobilidade ofertados por agências de fomento externas e outras instituições afins.	2019-2023	ARINTER
Expansão do número de vagas ofertadas no Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G).	2019-2023	ARINTER
Adesão ao Programa Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).	2022-2023	ARINTER
Programa voluntário para suporte aos estudantes estrangeiros no IFCE.	2020-2023	ARINTER
Aprimora gestão.	2019-2023	PROEN

Projeto Estratégico	Período de Realização	Responsável
Inovação do sistema acadêmico e de seleção.	2019-2023	PROEN
Olimpíadas acadêmicas.	2019-2023	PROEN
Salão de cultura e arte.	2019-2023	PROEN
Biblioteca Viva.	2019-2023	PROEN
Qualidade de ensino nos técnicos.	2019-2020	PROEN
Regulamento extraordinário de aproveitamento de estudos.	2019-2020	PROEN
Mobilidade acadêmica no IFCE.	2019-2023	PROEN
Preparação para o ENADE.	2019-2023	PROEN
Programa Institucional de Iniciação à Docência.	2019-2023	PROEN
Padronização das rotinas da gestão de pessoas.	2019-2020	PROGEP
Manual de procedimentos para as atividades inerentes à Gestão de Pessoas/IFCE e Criação de Fluxograma dos Processos.	2019-2023	PROGEP
Resolução das remoções por permuta (docente e técnico-administrativo em educação).	2019-2020	PROGEP
Integração entre os sistemas informatizados do IFCE.	2019-2023	PROGEP
Definição de prazos máximos de respostas aos processos relacionados à gestão de pessoas.	2019-2023	PROGEP
Melhoria da qualidade no processo de aquisições de TI.	2019-2023	DGTI
Criação de Equipe de Contratação de TI.	2019-2023	DGTI
Formação pedagógica para docentes e técnicos administrativos.	2019-2021	PROGEP
Plano Anual de Capacitação (PAC).	2019-2023	PROGEP
Mapeamento de competências.	2019-2023	PROGEP
Incentivo à participação de servidores em eventos científicos.	2019-2023	PROGEP
Parceria com empresas de cursos EAD para capacitação de servidores.	2019-2023	PROGEP
Capacitação dos coordenadores de cursos (metodologias do SINAES, regulamentos internos, capacitação, etc.).	2019-2023	PROGEP
Ações educacionais de formação dos colaboradores que assumem funções gerenciais.	2019-2023	PROGEP
Criação de núcleos de estudo voltados às questões de gênero e diversidade.	2019-2023	DAE
Campanhas sobre direitos humanos.	2019-2023	DAE
Articular junto com PROEN e PROGEP capacitação para os docentes sobre direitos humanos.	2019-2023	DAE
Estruturação do observatório da assistência estudantil.	2019-2023	DAE
Promoção da saúde mental no âmbito do trabalho (ciclo de debates sobre adoecimento mental e acompanhamento).	2019-2021	PROGEP

Projeto Estratégico	Período de Realização	Responsável
Programa Qualidade de Vida para os servidores nos <i>campi</i> .	2019-2023	PROGEP
Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP).	2019-2023	PROGEP
Ginástica laboral nos <i>campi</i> .	2019-2023	PROGEP
Encontro dos Servidores (Festival de talentos, Jogos com categoria para atletas deficientes, concurso literário, inclusão de capoeira).	2019-2023	PROGEP
Avaliação física e nutricional.	2019-2023	PROGEP
Uso da bicicleta como meio de transporte e lazer.	2020-2023	PROGEP
Ambiente de descompressão.	2019-2023	PROGEP
Exames médicos periódicos.	2019-2023	PROGEP

Legenda:

PROEN – Pró-reitoria de Ensino; PRPI – Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação; PROEXT – Pró-reitoria de Extensão; PROAP – Pró-reitoria de Administração e Planejamento; PROGEP – Pró-reitoria de Gestão de Pessoas; DAE – Diretoria de Assuntos Estudantis; DGTI – Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação; ARINTER – Assessoria de Relações Internacionais; DCS – Departamento de Comunicação Social.

Fonte: elaboração própria.

Todos os detalhes sobre a estratégia do IFCE podem ser conferidos na íntegra no **Catálogo dos Objetivos, Indicadores e Metas do Quinquênio 2019-23.**

1.6. Áreas de Atuação Acadêmica

O Instituto Federal do Ceará, consoante a Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008 e Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, possui a prerrogativa de atuar na educação básica e superior por meio da oferta de educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades do ensino.

Para isso, o IFCE possui o compromisso legal de assegurar o mínimo de 50% das vagas para os cursos de educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, integrada ao ensino médio, 20% das vagas ofertadas aos cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica e 30% das vagas destinadas para cursos de tecnológicos, bacharelado e pós-graduação.

Além disso, promovem-se ainda Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e cursos profissionalizantes para atendimento ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

(Proeja), visando atender os segmentos sociais com menos condições de acesso à educação profissional técnica.

No âmbito da pesquisa e extensão acadêmica, o IFCE desenvolve programas e projetos voltados para a valorização da cultura, acessibilidade, empreendedorismo, inovação e transferência de tecnologias com ênfase no desenvolvimento local e regional, bem como na preservação do meio ambiente.

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) nasce como uma carta de intenções e ações políticas e pedagógicas do IFCE, pautando-se numa atividade coletiva que envolveu toda a instituição desde a sua consecução e materialidade até chegar ao seu fazer diário, que se evidencia nas ações de ensino, pesquisa, gestão, extensão e inovação.

Esse documento não se encerra em si nem deve ser visto como algo a ser arquivado e consultado somente em momentos que se julgarem necessários. Sua importância, pelo contrário, se concretiza na labuta pedagógica que permeia todas as atividades da nossa instituição, reforçando, assim, a sua centralidade e, ao mesmo tempo, o diálogo com o Plano de Desenvolvimento Institucional.

Pautando-se nessas constatações, o IFCE, por meio de sua Pró-Reitoria de Ensino, em articulação com as demais pró-reitorias, Diretorias Sistêmicas e os *campi*, iniciou oficialmente os trabalhos relacionados à sua feitura em setembro de 2016.

Tal trabalho se deu amparado nos preceitos legais da Carta Magna Brasileira de 1988, quando esta diz, em seu artigo 206, que o ensino deve se pautar, entre outros princípios, pela gestão democrática; e pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, quando afirma, em seu artigo 14, que as normas a serem definidas pelos sistemas de ensino devem-se basear, no âmbito da gestão democrática da Educação Básica, entre outros aspectos, na participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.

No tocante à Educação Profissional e ao Ensino Superior, a necessidade da constituição do projeto pedagógico também está resguardada pelas normativas acima citadas, credenciando as instituições que atuam nessas searas a agir com zelo para com esse documento. Além dessas normativas, a Lei Federal nº 10.861/2004, a Portaria nº 300/2006, o Decreto Federal nº 5.773/2006 e o Decreto nº 9.235/2017, por exemplo, trazem orientações acerca da importância do documento pedagógico para as instituições de nível superior.

No IFCE, o percurso histórico do Projeto Político-Pedagógico Institucional - PPI data de 2015. Naquele período, para o cumprimento de questões legais, a instituição elaborou e aprovou o Projeto Político Institucional, o qual foi balizado pela Resolução do Conselho Superior nº 33/2015, que já trazia um prazo para a sistematização de um

documento final. Nesse mesmo ano, durante o V Fórum Institucional de Ensino, promovido pela Pró-Reitoria de Ensino do IFCE, a comunidade responsável pela pasta pedagógica foi sensibilizada a participar das discussões de um novo documento pedagógico, a ser redigido coletivamente por todos os servidores que fazem esta casa, partindo dos anseios da instituição expressos no documento chamado Carta de Guaramiranga, além de normativas educativas e de outros instrumentos que foram sendo gestados no decorrer das discussões para a elaboração do PPI.

Em julho de 2016, foi encaminhada uma nota informativa aos *campi* e à Reitoria, direcionada às coordenadorias técnico-pedagógicas, aos coordenadores de curso, aos gestores de ensino, aos diretores-gerais de *campi* e aos pró-reitores, com orientações acerca do processo de feitura do Projeto Político Institucional. Nesse mesmo período, Reitoria, pró-reitorias, diretorias sistêmicas e direções-gerais dos *campi* foram orientadas, através de memorando circular encaminhado pela Pró-Reitoria de Ensino, acerca da criação e composição, respectivamente, da Comissão Geral de Sistematização e das Subcomissões de Sistematização do Projeto Político Institucional, as quais foram nomeadas por portarias. Essas comissões deveriam se constituir de representantes de ensino, pesquisa e inovação, extensão, administração e planejamento e gestão de pessoas, dentre outras áreas e setores diretamente relacionados a essas pastas, e também pela representação discente, no caso das subcomissões. Ao todo, foram nomeadas por portaria 01 comissão geral e 30 subcomissões, envolvendo representantes de *campi* e servidores da Reitoria.

Em setembro de 2016, uma primeira reunião geral ocorreu no Auditório Castelo Branco do *campus* Fortaleza, com a participação de grande parte dos servidores supracitados. Esse momento inicial cumpriu a função de explicar o que vinha a ser esse documento, debater a sua importância para a instituição, bem como apresentar um cronograma de trabalho que visasse ao seu desenvolvimento e materialidade.

A partir desse período, começaram a se desenvolver, nos *campi* e Reitoria, os fóruns internos do PPI, mediados pelas subcomissões de sistematização do PPI, sob a coordenação da comissão geral, os quais tinham um duplo objetivo: o primeiro, fazer valer o exercício democrático e horizontal de discussão em nossa instituição, com a presença de todos os servidores, os discentes e a comunidade do nosso entorno, para o conhecimento e

feitura de nossa política pedagógica; o segundo, de possibilitar o contato entre as pessoas que compõem o IFCE em torno de uma pauta em comum.

O momento dos fóruns internos se prolongou, a pedido dos *campi* e por necessidade de maior debate, até novembro de 2017, e, no período de novembro e dezembro do mesmo ano, foi disponibilizado ao público o Sistema de Participação Pública do PPI - SISPPPI, on-line e aberto a todos os interessados em se inscrever para contribuir com o documento pedagógico. O resultado de todo esse movimento de discussão virtual e presencial se consubstanciou em mais de 400 participações no sistema e em 21 relatórios dos fóruns, os quais deram corpo ao documento, que foi reconhecido por unanimidade como Projeto Político-Pedagógico Institucional, conforme validação em reunião com representações das subcomissões e comissão, em abril de 2018, no campus Fortaleza.

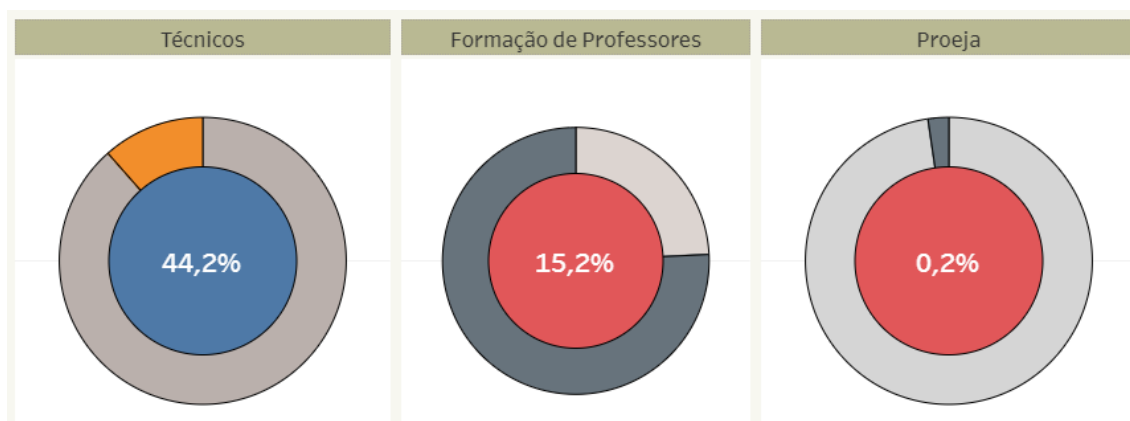
Desta forma, tal documento seguiu para o Conselho Superior do IFCE e foi aprovado pela Resolução Consup nº 46/2018. Ele é que ancora, em mais de 150 páginas, nossos desejos e pretensões de natureza pedagógica, os quais sintetizam o que somos enquanto instituição educacional que se projeta ao futuro de nossa gente e à melhoria de formação ao nosso estado, estando disponível na íntegra, para acesso, consulta e leitura, em: <https://ifce.edu.br/PPI.pdf>.

3. DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA

A abertura de novos cursos está prevista, neste PDI, com base no atendimento à Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

De acordo com a Plataforma Nilo Peçanha, com dados de 2017 publicados em 2018, o IFCE apresenta 44,2% das matrículas em cursos técnicos, 15,2% em licenciaturas e apenas 0,2% em PROEJA.

Figura 2 - Atendimento aos percentuais previstos na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, referentes ao IFCE



Fonte: (Plataforma Nilo Peçanha - <https://www.plataformanilopecanha.org>), referente ao ano de 2017.

O primeiro objetivo estratégico do PDI da Pró-Reitoria de Ensino é “atender aos percentuais previstos na Lei nº 11.892/2008”, garantindo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) das vagas para cursos técnicos e o mínimo de 20% (vinte por cento) para cursos de licenciatura. Nesse sentido, propõem-se 3 (três) indicadores sendo o primeiro atingir a taxa de 50% em cursos técnicos; o segundo, atingir uma taxa de 20% de matrículas em cursos de licenciatura ou programas de formação pedagógica (presencial e a distância) e, por fim, o terceiro, atingir a taxa de 10% de matrículas no PROEJA.

Com vistas à viabilização dos referidos indicadores, serão trabalhados 4 (quatro) Projetos Estratégicos a serem implementados pelos *campi* e devidamente orientados pela

PROEN: criação de cursos técnicos, criação de cursos de licenciatura ou formação pedagógica, EAD nos *campi* e criação de cursos PROEJA.

3.1. Regulamentação da Oferta de Cursos

O Regulamento para Criação, Suspensão de Oferta de Novas Turmas, Reabertura e Extinção de Cursos é um normativo interno, instituído pela Resolução nº 100/CONSUP, de 27 de setembro de 2017, que trata da regulamentação da oferta de cursos no âmbito do IFCE.

O artigo 2º do regulamento estabelece que, para a criação de um novo curso, o *campus* deverá verificar sua oferta de vagas de modo a atender ao art. 8º da Lei nº 11.892/2008. Dessa forma, deverá ser priorizada a abertura de cursos dos seguintes tipos, por ordem de preferência: a) Técnico Integrado; b) Técnico Integrado PROEJA; c) Técnico Subsequente; d) Técnico Concomitante; e) Licenciatura; f) Tecnologia; g) Bacharelado.

A definição do novo curso a ser ofertado deve seguir inicialmente a etapa de elaboração, apresentação e aprovação de um estudo de potencialidades da região na qual o *campus* está inserido. Trata-se de um estudo que consiste “na caracterização territorial da região, contextualização das empresas e indústrias, empregabilidade da região, estudo e análise do índice de desenvolvimento do município e do produto interno bruto, arranjo produtivo local, vocação predominante na região, descrição detalhada da escolaridade, mapeamento dos cursos já existentes na região e candidatos em potencial, em conformidade com a lei de criação dos institutos federais” (Art. 6º, Resolução Nº 100/2017).

Portanto, a elaboração do Estudo de Potencialidades da Região justifica a definição dos eixos tecnológicos e/ou áreas dos cursos a serem implantados (Art. 8º, Resolução Nº 100/2017).

Por conseguinte, a PROEN designará uma comissão para realizar um estudo de viabilidade de implantação dos cursos. Esse estudo tem a finalidade de levantar as necessidades de recursos humanos e materiais necessários ao funcionamento dos cursos e as condições de atendimento da instituição frente às necessidades levantadas, após o qual, os cursos com maior viabilidade serão submetidos à votação em audiência pública, e o *campus*, em seguida, apresentará à PROEN o cronograma de implantação dos cursos de acordo com as prioridades legais e devidamente alinhados no PDI.

3.2. Implantação de novos cursos

A previsão de implantação de novos cursos regulares e novas vagas está sujeita ao seguimento do rito citado anteriormente, não sendo possível, nesse momento, apresentar quais cursos presenciais serão abertos no decorrer do PDI 2019-2023, considerando que os *campi* estão em fase de elaboração dos seus Estudos de Potencialidades.

No entanto, alguns cursos de pós-graduação na modalidade a distância estão previstos para iniciarem em 2019, conforme segue:

- **Especialização em Formação em EaD.**

Oferta nos Polos de Caucaia, Ubajara, Itapipoca, Jaguaribe, Orós e Fortaleza.

- **Especialização em Formação em Educação Profissional, Científica e Tecnológica.**

Oferta nos Polos de Camocim, Limoeiro do Norte, Beberibe, Tauá e Fortaleza.

- **Especialização em Formação Docente em Educação Profissional, Científica e Tecnológica.**

Oferta nos Polos de Aracoiaba, Caucaia, Jaguaribe, Mauriti e Madalena.

- **Especialização em Matemática.**

Oferta nos Polos de Camocim, Limoeiro do Norte, Ubajara, Orós, Madalena, Meruoca, Itapipoca, Jaguaribe, Tauá e Fortaleza.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

O Regulamento da Organização Didática (ROD) é o instrumento normativo interno que disciplina as atividades didático-pedagógicas do IFCE. Dessa forma, o ROD tem o objetivo de tornar homogêneas as atividades acadêmicas em todos os *campi* e auxiliar o funcionamento da administração institucional.

4.1. Oferta de cursos

De acordo com o art. 3º do ROD, o IFCE promove a oferta de cursos superiores, cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional nas modalidades presencial e a distância, observando o disposto na Lei nº 9.394/96 e na sua regulamentação.

O § 1º do art. 3º do ROD estabelece que os cursos de formação inicial e continuada (cursos FIC) destinam-se à capacitação, aperfeiçoamento, especialização e atualização de trabalhadores ou não, abrangendo todos os níveis de escolaridade, com o objetivo precípuo de desenvolver aptidões para a vida produtiva e social.

O § 2º do art. 3º do ROD define que os cursos técnicos de nível médio (cursos técnicos) destinam-se a proporcionar habilitação profissional aos egressos do ensino fundamental, a estudantes matriculados no ensino médio ou dele egressos e ao público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) maior de 18 anos de idade e que não concluiu o ensino médio na idade própria.

Por último, o § 3º do art. 3º do ROD determina que os cursos superiores sejam destinados a proporcionar graduação em cursos de licenciatura, bacharelado e tecnologia aos egressos do ensino médio e proporcionar pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* aos egressos da graduação.

O art. 7º do ROD disciplina a periodicidade da oferta dos cursos, podendo ser:

- I. Periódica: cursos ofertados em intervalos de tempos regulares. A periodicidade (semestral ou anual), o turno (matutino, vespertino, noturno ou integral) e a carga horária necessária à integralização de um curso deverão estar previstos em seu Projeto Pedagógico;

- II. Não periódica: cursos que não possuem periodicidade regular definida em seus projetos pedagógicos e que são comumente criados para atender a uma demanda pontual, tais como: cursos FIC, de pós-graduação *lato sensu* e oriundos de projetos ou programas.

Em relação à articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, o art. 9º do ROD estabelece os seguintes formatos:

- I. Integrada: ofertada somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da educação básica;
- II. Concomitante: oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, - efetuando-se matrículas distintas para cada curso;
- III. Subsequente: desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o ensino médio.

Ressalta-se que os cursos técnicos integrados ao ensino médio, ofertados no formato integral, preferencialmente, possuem a duração de 3 (três) anos.

No que diz respeito à oferta de cursos na modalidade a distância, o ROD estabelece que os cursos técnicos e os cursos de graduação poderão ser ofertados na modalidade a distância, desde que, assim como no ensino presencial, seja atendida a legislação vigente, asseguradas todas as condições necessárias ao seu funcionamento e que estejam em acordo com editais específicos previstos pelos programas ofertados nessa modalidade de ensino.

Em 2018, o IFCE promoveu uma oferta de cerca de 600 cursos nos mais diversos níveis e formatos. Desse total, aproximadamente 40% foram de Formação Inicial e Continuada (FIC) e os demais foram cursos técnicos, de graduação e pós-graduação, sendo destes, 9 cursos a distância (3 graduações, 2 pós-graduações e 4 técnicos) a partir de 2 *campi*: Fortaleza e Juazeiro do Norte.

A seguir serão apresentados todos os cursos de nível técnico e graduação, ofertados em 2018 e classificados segundo o *campus*, nível de ensino, formato e modalidade:

4.1.1. Cursos Técnicos

Quadro 4 – Relação da Oferta de Cursos Técnicos

<i>Campus</i>	Curso	Tipo	Modalidade
Acaraú	Aquicultura	Subsequente	Presencial
Acaraú	Pesca	Subsequente	Presencial
Acaraú	Construção Naval	Subsequente	Presencial
Acaraú	Restaurante e Bar	Subsequente	Presencial
Acaraú	Eventos	Subsequente	Presencial
Acaraú	Meio Ambiente	Subsequente	Presencial
Acopiara	Informática	Subsequente	Presencial
Aracati	Petroquímica	Integrado	Presencial
Aracati	Informática	Concomitante	Presencial
Aracati	Aquicultura	Concomitante	Presencial
Aracati	Eventos	Concomitante	Presencial
Baturité	Hospedagem	Concomitante	Presencial
Baturité	Administração	Subsequente	Presencial
Boa Viagem	Redes de Computadores	Integrado	Presencial
Boa Viagem	Agropecuária	Subsequente	Presencial
Camocim	Restaurante e Bar	Subsequente	Presencial
Camocim	Manutenção e Suporte em Informática	Subsequente	Presencial
Camocim	Informática	Subsequente	Presencial
Canindé	Telecomunicações	Integrado	Presencial
Canindé	Eventos	Integrado	Presencial
Canindé	Eletrônica	Integrado	Presencial
Canindé	Informática	Subsequente	Presencial
Canindé	Eventos	Subsequente	Presencial
Canindé	Telecomunicações	Subsequente	Presencial
Caucaia	Eletroeletrônica	Integrado	Presencial
Caucaia	Petroquímica	Integrado	Presencial

<i>Campus</i>	Curso	Tipo	Modalidade
Caucaia	Metalurgia	Integrado	Presencial
Caucaia	Logística	Subsequente	Presencial
Cedro	Mecânica	Integrado	Presencial
Cedro	Eletrotécnica	Integrado	Presencial
Cedro	Eletrotécnica - PROEJA	Integrado	Presencial
Cedro	Informática	Integrado	Presencial
Cedro	Eletrotécnica	Concomitante	Presencial
Cedro	Mecânica	Concomitante	Presencial
Crateús	Química	Integrado	Presencial
Crateús	Edificações	Concomitante	Presencial
Crateús	Agropecuária	Subsequente	Presencial
Crateús	Alimentos	Subsequente	Presencial
Crateús	Edificações	Subsequente	Presencial
Crato	Agropecuária	Integrado	Presencial
Crato	Informática	Integrado	Presencial
Crato	Agropecuária	Subsequente	Presencial
Fortaleza	Edificações	Integrado	Presencial
Fortaleza	Eletrotécnica	Integrado	Presencial
Fortaleza	Química	Integrado	Presencial
Fortaleza	Mecânica	Integrado	Presencial
Fortaleza	Telecomunicações	Integrado	Presencial
Fortaleza	Informática	Integrado	Presencial
Fortaleza	Refrigeração e Climatização - PROEJA	Integrado	Presencial
Fortaleza	Informática	Concomitante	A distância
Fortaleza	Eletrotécnica	Concomitante	A distância
Fortaleza	Segurança do Trabalho	Concomitante	A distância
Fortaleza	Redes de Computadores	Concomitante	A distância
Fortaleza	Segurança do Trabalho	Subsequente	Presencial

<i>Campus</i>	Curso	Tipo	Modalidade
Fortaleza	Eletrotécnica	Subsequente	Presencial
Fortaleza	Mecânica	Subsequente	Presencial
Fortaleza	Manutenção Automotiva	Subsequente	Presencial
Fortaleza	Instrumento Musical	Subsequente	Presencial
Fortaleza	Guia de Turismo	Subsequente	Presencial
Fortaleza	Edificações	Subsequente	Presencial
Guaramiranga	Hospedagem	Subsequente	Presencial
Iguatu	Agropecuária	Integrado	Presencial
Iguatu	Agroindústria	Integrado	Presencial
Iguatu	Nutrição e Dietética	Integrado	Presencial
Iguatu	Informática	Integrado	Presencial
Iguatu	Comércio	Subsequente	Presencial
Iguatu	Agroindústria	Subsequente	Presencial
Iguatu	Informática	Subsequente	Presencial
Iguatu	Zootecnia	Subsequente	Presencial
Iguatu	Agropecuária	Subsequente	Presencial
Iguatu	Nutrição e Dietética	Subsequente	Presencial
Itapipoca	Edificações	Integrado	Presencial
Itapipoca	Mecânica	Integrado	Presencial
Itapipoca	Edificações	Subsequente	Presencial
Itapipoca	Mecânica	Subsequente	Presencial
Jaguaribe	Eletromecânica	Integrado	Presencial
Jaguaribe	Eletromecânica	Subsequente	Presencial
Jaguaribe	Eletromecânica	Concomitante	Presencial
Jaguaruana	Informática	Subsequente	Presencial
Jaguaruana	Computação Gráfica	Subsequente	Presencial
Juazeiro do Norte	Edificações	Integrado	Presencial
Juazeiro do Norte	Eletrotécnica	Integrado	Presencial

<i>Campus</i>	Curso	Tipo	Modalidade
Juazeiro do Norte	Mecânica - PROEJA	Integrado	Presencial
Limoeiro do Norte	Eletroeletrônica	Subsequente	Presencial
Limoeiro do Norte	Meio Ambiente	Subsequente	Presencial
Limoeiro do Norte	Mecânica	Subsequente	Presencial
Limoeiro do Norte	Agropecuária	Subsequente	Presencial
Limoeiro do Norte	Panificação	Subsequente	Presencial
Maracanaú	Automação Industrial	Concomitante	Presencial
Maracanaú	Informática	Concomitante	Presencial
Maracanaú	Meio Ambiente	Concomitante	Presencial
Maracanaú	Redes de Computadores	Concomitante	Presencial
Maranguape	Segurança do Trabalho	Concomitante	Presencial
Maranguape	Informática	Subsequente	Presencial
Maranguape	Aquicultura	Subsequente	Presencial
Maranguape	Edificações	Subsequente	Presencial
Paracuru	Meio Ambiente	Subsequente	Presencial
Paracuru	Redes de Computadores	Subsequente	Presencial
Pecém	Eletromecânica	Subsequente	Presencial
Pecém	Automação Industrial	Subsequente	Presencial
Quixadá	Química	Integrado	Presencial
Quixadá	Edificações	Integrado	Presencial
Quixadá	Meio Ambiente	Subsequente	Presencial
Quixadá	Edificações	Subsequente	Presencial
Quixadá	Química	Subsequente	Presencial
Quixadá	Meio Ambiente	Subsequente	Presencial
Quixadá	Edificações	Concomitante	Presencial
Quixadá	Química	Concomitante	Presencial
Sobral	Eletrotécnica	Subsequente	Presencial
Sobral	Mecânica	Subsequente	Presencial

Campus	Curso	Tipo	Modalidade
Sobral	Meio Ambiente	Subsequente	Presencial
Sobral	Panificação	Subsequente	Presencial
Sobral	Fruticultura	Subsequente	Presencial
Sobral	Agroindústria	Subsequente	Presencial
Sobral	Segurança do Trabalho	Subsequente	Presencial
Sobral	Agropecuária	Subsequente	Presencial
Tabuleiro do Norte	Petróleo e gás	Integrado	Presencial
Tabuleiro do Norte	Manutenção Automotiva	Integrado	Presencial
Tabuleiro do Norte	Petróleo e gás	Subsequente	Presencial
Tabuleiro do Norte	Manutenção Automotiva	Subsequente	Presencial
Tabuleiro do Norte	Soldagem	Subsequente	Presencial
Tabuleiro do Norte	Administração	Subsequente	Presencial
Tabuleiro do Norte	Instrumento Musical	Subsequente	Presencial
Tabuleiro do Norte	Manutenção Automotiva	Concomitante	Presencial
Tabuleiro do Norte	Petróleo e gás	Concomitante	Presencial
Tauá	Redes de Computadores	Integrado	Presencial
Tauá	Agropecuária	Integrado	Presencial
Tauá	Agronegócio	Concomitante	Presencial
Tianguá	Informática	Subsequente	Presencial
Tianguá	Agricultura	Subsequente	Presencial
Ubajara	Alimentos	Subsequente	Presencial
Umirim	Agropecuária	Integrado	Presencial
Umirim	Informática	Integrado	Presencial
Umirim	Agropecuária	Subsequente	Presencial
Umirim	Informática	Subsequente	Presencial

Fonte: Pró-reitoria de Ensino

4.1.2. Cursos de Graduação

Quadro 5 – Relação da Oferta de Cursos de Graduação

Campus	Curso	Tipo	Modalidade
Acaraú	Física	Licenciatura	Presencial
Acaraú	Ciências Biológicas	Licenciatura	Presencial
Acopiara	Ciências Biológicas	Licenciatura	Presencial
Aracati	Química	Licenciatura	Presencial
Aracati	Hotelaria	Tecnologia	Presencial
Aracati	Ciência da Computação	Bacharelado	Presencial
Aracati	Engenharia de Aquicultura	Bacharelado	Presencial
Baturité	Gastronomia	Tecnologia	Presencial
Baturité	Hotelaria	Tecnologia	Presencial
Baturité	Letras - Português e Inglês	Licenciatura	Presencial
Boa Viagem	Química	Licenciatura	Presencial
Camocim	Processos Ambientais	Tecnologia	Presencial
Camocim	Química	Licenciatura	Presencial
Camocim	Letras - Português e Inglês	Licenciatura	Presencial
Canindé	Gestão de Turismo	Tecnologia	Presencial
Canindé	Redes de Computadores	Tecnologia	Presencial
Canindé	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnologia	Presencial
Canindé	Educação Física	Licenciatura	Presencial
Canindé	Matemática	Licenciatura	Presencial
Canindé	Música	Licenciatura	Presencial
Canindé	Pedagogia	Licenciatura	Presencial
Caucaia	Química	Licenciatura	Presencial
Caucaia	Matemática	Licenciatura	Presencial
Cedro	Mecatrônica Industrial	Tecnologia	Presencial
Cedro	Matemática	Licenciatura	Presencial
Cedro	Física	Licenciatura	Presencial

Campus	Curso	Tipo	Modalidade
Cedro	Sistemas de Informação	Bacharelado	Presencial
Cedro	Música	Licenciatura	Presencial
Cedro	Matemática	Licenciatura	Presencial
Cedro	Letras - Português	Licenciatura	Presencial
Cedro	Física	Licenciatura	Presencial
Cedro	Geografia	Licenciatura	Presencial
Cedro	Zootecnia	Bacharelado	Presencial
Crato	Sistemas de Informação	Bacharelado	Presencial
Crato	Zootecnia	Bacharelado	Presencial
Fortaleza	Gestão Ambiental	Tecnologia	Presencial
Fortaleza	Telemática	Tecnologia	Presencial
Fortaleza	Hotelaria	Tecnologia	Presencial
Fortaleza	Hotelaria	Tecnologia	A distância
Fortaleza	Processos Químicos	Tecnologia	Presencial
Fortaleza	Saneamento Ambiental	Tecnologia	Presencial
Fortaleza	Gestão Desportiva e de Lazer	Tecnologia	Presencial
Fortaleza	Estradas	Tecnologia	Presencial
Fortaleza	Mecatrônica Industrial	Tecnologia	Presencial
Fortaleza	Física	Licenciatura	Presencial
Fortaleza	Matemática	Licenciatura	Presencial
Fortaleza	Artes Visuais	Licenciatura	Presencial
Fortaleza	Teatro	Licenciatura	Presencial
Fortaleza	Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Licenciatura	A distância
Fortaleza	Engenharia de Mecatrônica	Bacharelado	Presencial
Fortaleza	Engenharia de Computação	Bacharelado	Presencial
Fortaleza	Engenharia de Telecomunicação	Bacharelado	Presencial
Fortaleza	Turismo	Bacharelado	Presencial
Fortaleza	Engenharia Civil	Bacharelado	Presencial

Campus	Curso	Tipo	Modalidade
Horizonte	Física	Licenciatura	Presencial
Iguatu	Irrigação e Drenagem	Tecnologia	Presencial
Iguatu	Geografia	Licenciatura	Presencial
Iguatu	Química	Licenciatura	Presencial
Iguatu	Serviço Social	Bacharelado	Presencial
Itapipoca	Física	Licenciatura	Presencial
Jaguaribe	Redes de Computadores	Tecnologia	Presencial
Jaguaribe	Ciências Biológicas	Licenciatura	Presencial
Juazeiro do Norte	Automação Industrial	Tecnologia	Presencial
Juazeiro do Norte	Construção de Edifícios	Tecnologia	Presencial
Juazeiro do Norte	Educação Física	Licenciatura	Presencial
Juazeiro do Norte	Matemática	Licenciatura	Presencial
Juazeiro do Norte	Matemática	Licenciatura	A distância
Juazeiro do Norte	Engenharia Ambiental	Bacharelado	Presencial
Limoeiro do Norte	Alimentos	Tecnologia	Presencial
Limoeiro do Norte	Mecatrônica Industrial	Tecnologia	Presencial
Limoeiro do Norte	Saneamento Ambiental	Tecnologia	Presencial
Limoeiro do Norte	Educação Física	Licenciatura	Presencial
Limoeiro do Norte	Agronomia	Bacharelado	Presencial
Limoeiro do Norte	Nutrição	Bacharelado	Presencial
Maracanaú	Química	Licenciatura	Presencial
Maracanaú	Engenharia Ambiental e Sanitária	Bacharelado	Presencial
Maracanaú	Ciência da Computação	Bacharelado	Presencial
Maracanaú	Engenharia Mecânica	Bacharelado	Presencial
Maracanaú	Engenharia de Controle e Automação	Bacharelado	Presencial
Maranguape	Matemática	Licenciatura	Presencial
Maranguape	Física	Licenciatura	Presencial
Morada Nova	Engenharia Civil	Bacharelado	Presencial

Campus	Curso	Tipo	Modalidade
Morada Nova	Engenharia de Aquicultura	Bacharelado	Presencial
Paracuru	Gestão Ambiental	Tecnologia	Presencial
Paracuru	Ciências Biológicas	Licenciatura	Presencial
Quixadá	Agronegócio	Tecnologia	Presencial
Quixadá	Geografia	Licenciatura	Presencial
Quixadá	Química	Licenciatura	Presencial
Quixadá	Engenharia Ambiental e Sanitária	Bacharelado	Presencial
Quixadá	Engenharia de Produção Civil	Bacharelado	Presencial
Quixadá	Engenharia Civil	Bacharelado	Presencial
Sobral	Mecatrônica Industrial	Tecnologia	Presencial
Sobral	Alimentos	Tecnologia	Presencial
Sobral	Irrigação e Drenagem	Tecnologia	Presencial
Sobral	Saneamento Ambiental	Tecnologia	Presencial
Sobral	Física	Licenciatura	Presencial
Tauá	Telemática	Tecnologia	Presencial
Tauá	Letras – Português e Inglês	Licenciatura	Presencial
Tianguá	Letras – Português e Inglês	Licenciatura	Presencial
Tianguá	Física	Licenciatura	Presencial
Tianguá	Ciência da Computação	Bacharelado	Presencial
Ubajara	Gastronomia	Tecnologia	Presencial
Ubajara	Agroindústria	Tecnologia	Presencial
Ubajara	Química	Licenciatura	Presencial
Umirim	Letras – Português e Inglês	Licenciatura	Presencial

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino

5. CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

O Instituto Federal do Ceará, por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e do Departamento de Pós-Graduação, avalia as áreas de oferta de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* considerando: 1) a verticalização dos cursos já ofertados em cada *campus* do IFCE; 2) a contratação de corpo docente; 3) a formação e a qualificação dos servidores, em especial, dos docentes, para atuarem nos cursos; 4) demais fatores que possibilitem a viabilidade dos cursos, como infraestrutura dos *campi* e recursos humanos e materiais; 5) as demandas reais das regiões de abrangência dos cursos e os impactos deles nos âmbitos local, regional e nacional.

No que concerne, especificamente, aos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, a partir da avaliação de áreas de oferta de cursos e dos fatores citados, alinhada com os calendários das Avaliações de Propostas de Cursos Novos (APCN) da Coordenação de Aperfeiçoamento Superior (CAPES); propostas de novos cursos poderão ser apresentadas, no período de 2019 a 2023, e discutidas com cada *campus* e entre *os campi*, com intermédio da PRPI, em tempo hábil para a aprovação e a oferta dos cursos.

Atualmente, o IFCE oferta 26 cursos de especialização e 10 cursos de mestrado, distribuídos em diversos *campi*. Nos anos de 2017 e 2018 foram submetidas à CAPES propostas de cursos novos de mestrado nas áreas de Educação Física, Geografia, Ciências Moleculares, em parceria com a Universidade Estadual do Ceará (UECE); Ensino, Tecnologia para o Campo em Rede Nacional, Ensino na Educação Básica, em parceria com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); Administração Pública em Rede Nacional, e propostas de doutorado, uma em Desenvolvimento Tecnológico Sustentável e outra na forma de Associação em Rede na área de Ensino – Rede Nordeste de Ensino (RENOEN).

A PRPI com as equipes de docentes responsáveis pela condução dos APCNs apresenta interesse no reenvio das referidas propostas, assim como na análise da viabilidade de novas propostas de cursos *lato* e *stricto sensu*, as quais serão analisadas no planejamento do PDI 2019-2023.

Quadro 6 – Relação da oferta de cursos de pós-graduação

<i>Campus</i>	<i>Curso</i>	<i>Tipo</i>	<i>Modalidade</i>
Acaraú	Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional	Especialização	Presencial
Acopiara	Ensino de Ciências e Matemática	Especialização	Presencial
Baturité	Ciência de Alimentos	Especialização	Presencial
Camocim	Análise Ambiental	Especialização	Presencial
Canindé	Planejamento e Gestão de Políticas Públicas	Especialização	Presencial
Canindé	Educação Física Escolar	Especialização	Presencial
Caucaia	Ensino de Ciências Humanas	Especialização	Presencial
Caucaia	Ensino de Ciências da Natureza	Especialização	Presencial
Cedro	Docência do Ensino Superior	Especialização	Presencial
Crateús	Ensino de Ciências da Natureza e Matemática	Especialização	Presencial
Crateús	Estudos da Linguagem	Especialização	Presencial
Crateús	Educação do Campo	Especialização	Presencial
Crato	Produção Animal no Semiárido	Especialização	Presencial
Crato	Gestão e Manejo de Recursos Ambientais	Especialização	Presencial
Fortaleza	Tecnologia e Gestão Ambiental	Mestrado	Presencial
Fortaleza	Engenharia de Telecomunicações	Mestrado	Presencial
Fortaleza	Ciência da Computação	Mestrado	Presencial
Fortaleza	Ensino de Ciências e Matemática	Mestrado	Presencial
Fortaleza	Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia e Inovação	Mestrado	Presencial
Fortaleza	Educação Profissional e Tecnológica	Mestrado	Presencial
Fortaleza	Artes	Mestrado	Presencial
Fortaleza	Docência na Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Especialização	Presencial
Fortaleza	Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica (EAD)	Especialização	A distância
Fortaleza	Elaboração e Gerenciamento de Projetos para a Gestão Municipal de Recursos Hídricos (EAD)	Especialização	A distância
Iguatu	Educação Profissional e Tecnológica	Especialização	Presencial
Iguatu	Gestão de Micro, Pequenas e Médias Empresas	Especialização	Presencial
Juazeiro do Norte	Ensino de Matemática com Ênfase na Formação de Professores da Educação Básica	Especialização	Presencial

<i>Campus</i>	Curso	Tipo	Modalidade
Juazeiro do Norte	Educação Física, Saúde e Lazer	Especialização	Presencial
Limoeiro do Norte	Saúde e Segurança Alimentar	Especialização	Presencial
Limoeiro do Norte	Gestão e Controle Ambiental	Especialização	Presencial
Limoeiro do Norte	Metodologias de Ensino para Educação Básica	Especialização	Presencial
Limoeiro do Norte	Tecnologia de Alimentos	Mestrado	Presencial
Maracanaú	Energias Renováveis	Mestrado	Presencial
Maranguape	Ensino na Educação Básica	Especialização	Presencial
Morada Nova	Gestão Ambiental	Especialização	Presencial
Sobral	Gestão Ambiental	Especialização	Presencial
Sobral	Gestão da Qualidade e Segurança de Alimentos	Especialização	Presencial
Sobral	Ensino de Física	Mestrado	Presencial
Tabuleiro do Norte	Teoria, Metodologia e Práticas de Ensino	Especialização	Presencial

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino

Quadro 7 – Cronograma de Implantação de Novos Cursos de Pós-graduação

Campus	Curso	Vagas					
		Tipo	2019	2020	2021	2022	2023
Acaraú	Especialização em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional	Especialização	25	25	25	25	25
Acopiara	Especialização em Ensino de Ciências e Matemática	Especialização	25	-	25	-	25
Aracati	Especialização em Língua Portuguesa	Especialização	25	-	-	-	-
Aracati	Especialização em Docência na Educação Profissional	Especialização	-	25	-	-	-
Aracati	Especialização em Inovação	Especialização	-	25	-	-	-
Aracati	Especialização em Gestão Ambiental	Especialização	-	-	25	-	-
Camocim	Especialização em Análise Ambiental	Especialização	25	-	25	-	-
Camocim	Especialização na Área de Docência	Especialização	-	25	-	25	-
Canindé	Especialização na área da Docência em Educação Profissional	Especialização	25	-	-	-	-
Canindé	Especialização em Políticas Públicas	Especialização	-	25	-	25	-
Canindé	Especialização em Educação Física Escolar	Especialização	-	25	-	-	25

Campus	Curso	Vagas					
		Tipo	2019	2020	2021	2022	2023
Canindé	Especialização em Educação Matemática	Especialização	-	-	25	-	25
Canindé	Especialização na área da Docência em Educação Profissional	Especialização	-	-	-	25	-
Canindé	Mestrado em Ensino	Mestrado	20	-	20	-	20
Caucaia	Especialização em Ensino de Ciências Humanas	Especialização	25	25	25	25	25
Caucaia	Especialização em Ensino de Ciências da Natureza	Especialização	25	25	25	25	25
Caucaia	Especialização em Gestão de Empreendedorismo e Inovação	Especialização	25	25	25	25	25
Caucaia	Mestrado profissional em Rede – ProfAdm	Mestrado	-	-	20	20	20
Crateús	Especialização em Estudos da Linguagem	Especialização	25	-	-	-	-
Crateús	Especialização em Políticas Públicas	Especialização	-	25	-	-	-
Crateús	Mestrado em Educação	Mestrado	-	-	-	20	-
Fortaleza	Mestrado em Engenharia de Telecomunicações	Mestrado	13	13	13	13	13
Fortaleza	Mestrado em Ciências da Computação	Mestrado	14	14	14	14	14
Fortaleza	Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática	Mestrado	25	25	25	25	25
Fortaleza	Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica	Mestrado	25	25	25	25	25
Fortaleza	Mestrado em Artes	Mestrado	15	15	15	15	15
Fortaleza	Mestrado em Inovação e Propriedade Intelectual	Mestrado	25	25	25	25	25
Fortaleza	Mestrado em Tecnologia e Gestão Ambiental	Mestrado	20	20	20	20	20
Fortaleza	Doutorado em Desenvolvimento Tecnológico Sustentável	Doutorado	15	-	-	-	-
Horizonte	Especialização em Gestão Organizacional	Especialização	25	-	-	-	-
Horizonte	Especialização em Língua Brasileira de Sinais – Libras	Especialização	-	25	-	-	-
Horizonte	Especialização Segurança da Informação	Especialização	-	-	25	-	-
Horizonte	Especialização em Práticas Pedagógicas em Interfaces Digitais Interativas	Especialização	-	-	-	25	-
Horizonte	Especialização em Informática na Educação	Especialização	-	-	-	-	25
Iguatu	Especialização em Gestão de Micro e Pequenas e Médias Empresas	Especialização	25	-	-	-	-
Iguatu	Especialização em Agricultura Familiar	Especialização	-	25	-	-	-
Iguatu	Especialização em Serviço Social	Especialização	-	-	25	-	-

Campus	Curso	Vagas					
		Tipo	2019	2020	2021	2022	2023
Juazeiro do Norte	Especialização em Ensino de Matemática com Ênfase na Formação de Professores da Educação Básica	Especialização	25	25	25	25	25
Juazeiro do Norte	Especialização em Educação Física, Saúde e Lazer	Especialização	40	40	40	40	40
Juazeiro do Norte	Mestrado Acadêmico em Meio Ambiente e Energia	Mestrado	-	-	10	10	10
Limoeiro do Norte	Especialização em Energias Renováveis	Especialização	25	-	-	25	-
Limoeiro do Norte	Especialização em Gestão e Controle Ambiental	Especialização	25	-	-	25	-
Limoeiro do Norte	Especialização em Agricultura Irrigada	Especialização	-	25	-	-	25
Limoeiro do Norte	Especialização em Saúde e Segurança Alimentar	Especialização	-	-	25	-	-
Limoeiro do Norte	Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica	Especialização	-	-	25	-	-
Limoeiro do Norte	Mestrado em Tecnologia de Alimentos	Mestrado	12	12	12	12	12
Maracanaú	Mestrado em Energias Renováveis	Mestrado	15	15	15	15	15
Maracanaú	Mestrado Profissional em Matemática	Mestrado	-	-	20	-	-
Maracanaú	Doutorado em Energias Renováveis	Doutorado	-	-	20	-	-
Maranguape	Especialização em Engenharia Elétrica com Ênfase em Sistema de Automação	Especialização	-	25	-	-	-
Maranguape	Especialização em Engenharia Elétrica com Ênfase em Instalações Residenciais	Especialização	-	-	-	25	-
Morada Nova	Especialização em Gestão Ambiental	Especialização	25	-	25	-	-
Morada Nova	Especialização em Implantação de Novo Curso na Área da Informação e Comunicação	Especialização	-	25	-	-	-
Paracuru	Especialização em Educação e Tecnologia	Especialização	25	-	-	-	-
Sobral	Especialização em Gestão da Qualidade e Segurança dos Alimentos	Especialização	-	25	-	25	-
Sobral	Especialização em Gestão Ambiental	Especialização	-	25	-	25	-
Sobral	Especialização na Área da Indústria.	Especialização	25	-	25	-	25
Sobral	Mestrado na Área de Tecnologia de Alimentos	Mestrado	10	10	10	10	10
Sobral	Mestrado em Ensino de Física	Mestrado	15	15	15	15	15
Tabuleiro do Norte	Especialização na Área da Indústria.	Especialização	25	-	25	-	25
Tabuleiro do Norte	Especialização em Teoria, Metodologia e Práticas de Ensino.	Especialização	-	25	-	25	-
Tabuleiro do Norte	Especialização na Área de Administração	Especialização	-	-	-	25	-

Campus	Curso	Vagas					
		Tipo	2019	2020	2021	2022	2023
Tauá	Especialização em Gestão e Segurança na Área de Tecnologia da Informação	Especialização	25	-	-	-	-
Tauá	Especialização em Ensino de Matemática e Ciências da Natureza	Especialização	-	25	-	-	-
Tauá	Especialização em Ensino de Humanidades	Especialização	-	25	-	-	-
Tianguá	Especialização em Docência na Educação Básica	Especialização	25	25	25	25	25
Tianguá	Especialização em Desenvolvimento Sustentável	Especialização	25	25	25	25	25
Umirim	Especialização em Metodologias Ativas e Tecnologias Digitais	Especialização	-	25	-	-	-
Umirim	Especialização no Ensino das Ciências Humanas	Especialização	-	-	25	-	-
Umirim	Especialização em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	Especialização	-	-	-	25	-

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação.

6. PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

6.1. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep) é o órgão de assessoramento direto do reitor responsável por planejar, coordenar, supervisionar e implementar as políticas de gestão de pessoas, inclusive pela proposição de normativos e orientação referentes às atividades de assistência, administração de pessoal e desenvolvimento dos servidores do Instituto Federal do Ceará.

As ações da Progep são sistêmicas e objetivam integrar as atividades, na área de gestão de pessoas, dos órgãos de recursos humanos com os subsistemas do Instituto, visando à obtenção da eficácia dos processos de trabalho para a consecução dos objetivos organizacionais.

Na execução da política de gestão de pessoas do IFCE, a Progep observa as disposições da legislação vigente e o atendimento às expectativas da instituição, no intuito de promover a satisfação dos seus colaboradores.

6.2. Perfil do Corpo Docente e Técnico-Administrativo

A Portaria MEC nº 246 de 15 de abril de 2016, definiu o modelo de dimensionamento de cargos efetivos dos Institutos Federais, sendo previsto para o IFCE 1849 Professores do Ensino Básico Técnico e Tecnológico e 1.618 Técnicos Administrativos em Educação, dos quais 561 são de cargos de nível superior, classe E; 998 cargos de nível intermediário, classe D, e 59 cargos de nível auxiliar, classe C.

A Portaria SETEC/MEC nº 17 de 11 de maio de 2016, estabelece que os professores da Educação Básica Técnica e Tecnológica (EBTT), no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, atuarão nas atividades de ensino diretamente vinculadas aos cursos e aos programas ofertados pela instituição em todos os níveis e modalidades de ensino. Nesse sentido, os professores são os protagonistas do corpo docente e tutorial da educação presencial e a distância promovida pelo IFCE.

A distinção entre corpo docente e corpo tutorial na modalidade a distância é estabelecida nos Instrumentos de Avaliação dos Cursos de Graduação, firmados pela Portaria nº 1.383 de 31 de outubro de 2017, em cujo glossário se lê:

17. Corpo docente (na modalidade à distância): conjunto de profissionais vinculados à IES com funções que envolvam o conhecimento do conteúdo, avaliação, estratégias didáticas, organização metodológica, interação e mediação pedagógica, como autor de material didático, coordenador de curso e professor responsável por disciplina.

[...]

49. Tutor (na modalidade à distância): profissional de nível superior vinculado à IES, que atua na área de conhecimento da sua formação, dando suporte às atividades dos docentes.

Nessa acepção, por tutor a distância entende-se um professor ou um técnico administrativo que dá apoio às atividades atribuídas ao corpo docente. Todavia, no âmbito dos Institutos Federais, as atividades de ensino são exercidas pelo Professor EBTT, inexistindo a figura do tutor, cuja carreira ou função não estão previstas na Portaria MEC nº 246/2016.

Destarte, seja exercendo a função de docente, seja a função análoga à tutoria, o Professor na Educação a Distância do IFCE é o professor efetivo ou substituto, não havendo distinção de cargos ou de carreira entre os que atuam na educação presencial ou na educação a distância.

Atualmente, o IFCE possui uma força de trabalho composta por 3467 servidores efetivos e professores substitutos distribuídos em seus 32 (trinta e dois) *campi* e Reitoria. Esse total é proveniente da realização de admissão mediante concursos públicos para os cargos efetivos e processos seletivos.

Tabela 1 – Tipologias dos Cargos e Lotação Efetiva

TIPOLOGIAS DOS CARGOS	LOTAÇÃO EFETIVA	
	CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	CORPO DOCENTE
1. Servidores de Carreira	1618	1716
1.1. Servidores de carreira vinculados ao órgão	1598	1703
1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	4	-
1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	9	7
1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	7	6
2. Servidores com contratos temporários	-	133
3. Servidores sem vínculo com a Administração Pública	-	-
4. Total de servidores (1+2+3)	1618	1849

Fonte: Sistema SUAP e SIAPE – em 24/08/2018.

Para a elaboração da tabela 1, consideraram-se os cargos providos, tomando como referência informações extraídas do Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE, em 24 de agosto de 2018. Portanto, o IFCE possui 3467 servidores de carreira vinculados, dos quais 1716 são da carreira docente, destinados primordialmente ao exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão, e 1618, da carreira técnico-administrativa.

Cabe destacar que, conforme a Lei nº 11.091/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, os cargos da carreira técnico-administrativa são classificados em níveis que diferem em relação a requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições (BRASIL, 2005).

Nesse sentido, o IFCE possui aproximadamente 62% dos servidores técnico-administrativos ocupando cargos de nível D, conforme mostra a tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Total de Técnicos Administrativos por Nível do Cargo

CARGO	QUANTIDADE	%
Nível A	-	-
Nível B	-	-
Nível C	59	3,65
Nível D	998	61,68
Nível E	561	34,67
TOTAL	1618	100%

Fonte: Sistema SUAP e SIAPE – em 24/08/2018.

No que diz respeito à qualificação dos servidores, as tabelas 3 e 4, respectivamente, apresentam o nível de escolaridade dos servidores técnico-administrativos e docentes.

Tabela 3 – Nível de Escolaridade dos Servidores Técnico-Administrativos

Escolaridade	QUANTIDADE	%
Ensino fundamental incompleto	07	0,43
Ensino fundamental completo	07	0,43
Ensino médio	265	16,38
Graduação	395	24,41
Especialização	711	43,94
Mestrado	203	12,55
Doutorado	30	1,85
TOTAL	1618	100%

Fonte: Sistema SUAP e SIAPE – em 24/08/2018.

Tabela 4 – Nível de Escolaridade dos Servidores Docentes

Escolaridade	QUANTIDADE	%
Graduação	93	5,42
Aperfeiçoamento	02	0,12
Especialização	234	13,63
Mestrado	927	54,02
Doutorado	460	26,81
TOTAL	1716	100%

Fonte: Sistema SUAP e SIAPE – em 24/08/2018.

Conforme demonstrado na tabela 3, aproximadamente 58% dos servidores técnico-administrativos possuem alguma pós-graduação, seja ela especialização, mestrado ou doutorado. Já a tabela 4 mostra que 54,02% e 26,81% dos docentes são mestres e doutores, respectivamente.

Em relação ao regime de trabalho, a Lei nº 11.091/2005 estabelece o regime de trabalho dos servidores técnico-administrativos em 40 horas, 30 horas, 25 horas e 20 horas semanais, a depender da necessidade da instituição e das leis específicas que regulam a carreira. Para os servidores docentes, a Lei nº 12.772/2012 define um regime de trabalho de 20 horas semanais ou 40 horas semanais com dedicação exclusiva, sendo possível, excepcionalmente, a contratação de docente em regime de 40 horas sem dedicação exclusiva.

A tabela 5 apresenta a distribuição dos docentes de acordo com o regime de trabalho. As informações são relativas à data de 24 de agosto de 2018.

Tabela 5 – Regime de Trabalho dos Servidores Docentes

REGIME DE TRABALHO	QUANTIDADE	%
20 horas semanais	19	1,11
40 horas semanais	36	2,10
40 horas semanais com dedicação exclusiva	1661	96,79
TOTAL	1716	100%

Fonte: Sistema SUAP e SIAPE – em 24/08/2018.

Portanto, é possível perceber, na tabela acima, que o IFCE possui quase a totalidade dos seus docentes em regime de dedicação exclusiva, ou seja, aproximadamente 97% do total.

6.3. Critérios de Seleção dos Servidores Efetivos e Temporários

Uma vez que o provimento de cargo de professor no Instituto depende de regramento que tem origem externa, devido à natureza de instituição pública federal, cabe registrar a determinação legal que o rege.

De acordo com a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, artigo 105, fica estruturado o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, composto pelos cargos de nível superior do Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação.

No artigo 111 do mesmo instrumento legal, estabelece-se que sejam atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações: as relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, no âmbito, predominantemente, das instituições federais de ensino, e as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente.

A lei nº 12.772/12 reestrutura a carreira, como detalhada no item do plano de carreira docente.

A seleção dos docentes é realizada por meio de provas objetivas, dissertativa de conhecimentos específicos, conhecimentos pedagógicos, prova de títulos e ainda uma prova de desempenho didático. Para participar destas seleções, é necessário que o candidato possua formação superior nas áreas específicas discriminadas no edital de abertura. Após a homologação do concurso, os candidatos são convocados para posse e contratação segundo o Regime Jurídico Único (RJU).

Os Técnicos Administrativos em Educação são selecionados por meio de concurso público de prova objetiva. Os requisitos de escolaridade e a experiência profissional estão previstos na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Já os critérios eliminatórios e classificatórios, bem como eventuais restrições e condicionantes decorrentes do ambiente organizacional ao qual são destinadas as vagas, são definidos no edital do certame.

As provas objetivas são compostas por um conjunto de questões de Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico, Informática, Legislação e Conhecimentos Específicos

selecionados de acordo com conhecimentos necessários para desempenhar as funções que o cargo demanda, e a nomeação é realizada conforme a disponibilidade de vagas, seguindo a ordem de classificação do concurso.

No trabalho docente, cabe dizer que, no caso de procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro efetivo, seguem-se os seguintes passos: publicação de edital para seleção, realização de prova escrita, de prova didática e de prova de títulos, provimento do cargo por um período não superior a dois anos.

A política de professor substituto segue os critérios estabelecidos nos termos da Lei nº 8.745/93 e suas alterações, Decreto nº 7.312/2010, Portaria Interministerial nº 149/MPO (DOU de 13 de junho de 2011), Portaria nº 130/MEC (DOU de 23 de fevereiro de 2012) e a Portaria nº 1.287/MEC (DOU de 21 de setembro de 2011) e a Lei nº 12.772/12. A figura do substituto aparece quando o professor efetivo é afastado do cargo, seja por motivo de licença médica, seja por afastamento para cursar pós-graduação, constituindo amparo legal. A contratação está autorizada até 20% do total de professores efetivos, e o recrutamento é feito através de Processo Seletivo Simplificado destinado a selecionar candidatos para contratação por tempo determinado. O concurso público é realizado em 02 (duas) fases: prova de desempenho didático (eliminatória e classificatória) e prova de títulos (classificatória).

6.4. Plano de Carreira dos Servidores Docentes

O corpo docente do IFCE rege-se por dois tipos de regime: Lei nº 8.112/90, que engloba o cargo efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do quadro permanente, preenchido mediante concurso público de provas e títulos; e a Lei nº 8.745/93, que estabelece as condições de contratação de professores substitutos.

A progressão na carreira docente se dá por meio de critérios que englobam tempo de serviço, avaliações de desempenho acadêmico e titulação.

Nesse plano de carreira, estão também previstas as duas possibilidades de o professor se afastar de suas funções para aprimorar o seu desempenho profissional.

Em ambos os casos, a autorização de afastamento se dá mediante a aplicação das normas que regulam a atividade docente:

1. Aperfeiçoar-se em instituição nacional ou estrangeira, em nível de pós-graduação, observados os dispositivos legais.

2. Prestar colaboração técnica noutra instituição federal de ensino ou realizar pesquisa.

O Plano de Cargos e Carreira dos servidores docentes EBTT do Instituto Federal do Ceará foi reestruturado e é regido pela Lei nº 12.772/2012, com a denominação de carreira do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico. O ingresso se dá no nível 01 da classe DI e dependendo da titulação, tempo de exercício e avaliação de desempenho, o servidor docente pode progredir na carreira, conforme a escala abaixo:

I – classe DI;

II – classe DII;

III – classe DIII;

IV – classe DIV;

V – Professor Titular.

O cargo isolado de Professor Titular Catedrático é estruturado em uma única classe e nível de vencimento. O ingresso de professor titular catedrático dar-se-á na classe e nível únicos, mediante habilitação em concurso público de provas e títulos, no qual somente poderão inscrever-se os portadores do título de doutor, bem como pessoas de notório saber.

O desenvolvimento na carreira se dá de duas maneiras: promoção e progressão.

➤ **Promoção de uma classe para outra:**

A promoção ocorre no interstício mínimo de 24 meses, sempre partindo do último nível de cada classe, portanto:

▪ **Requisitos para a promoção para a classe DII:**

- estar no último nível da classe DI;
- ser aprovado em processo de avaliação de desempenho, de acordo com diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e normatizadas pelo Colegiado Superior do IFCE.

- **Requisitos para a promoção para a classe DIII:**
 - estar no último nível da Classe DII;
 - ser aprovado em processo de avaliação de desempenho, de acordo com diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e normatização pelo Conselho Superior do IFCE.

- **Requisitos para a promoção para a classe DIV:**
 - estar no último nível da Classe DIII;
 - ser aprovado em processo de avaliação de desempenho, de acordo com diretrizes estabelecidas pelo MEC e critérios aprovados pelo Conselho Superior do IFCE;
 - possuir o título de Doutor ou Mestre.

- **Requisitos para a promoção para classe Titular:**
 - estar no último nível da Classe DIV;
 - possuir o título de Doutor;
 - ser aprovado em processo de avaliação de desempenho, de acordo com diretrizes estabelecidas em regulamento próprio;
 - lograr aprovação de defesa de tese acadêmica inédita ou Memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante.

➤ **Promoção por titulação:**

Após o estágio probatório a promoção por titulação poderá ocorrer de duas maneiras:

1. Da Classe DI para o nível 01 da Classe DII, pela obtenção do título de Especialista.
2. De qualquer nível das Classes DI e DII para o nível 1 da classe DIII, pela obtenção do título de Mestre ou Doutor.

➤ **Progressão de um nível para outro:**

A progressão de um nível para outro poderá ocorrer, exclusivamente, por desempenho acadêmico e científico, observando o seguinte:

1. Interstício de vinte e quatro meses de efetivo exercício em cada nível;
2. Habilitação em avaliação de desempenho de acordo com diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e normatizado pelo Colegiado Superior do IFCE.

6.5. Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos

O Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos (PCCTA) é regido pela Lei nº 11.091/2005. O Plano está estruturado em cinco níveis de classificação, cada um deles com quatro níveis de capacitação. O ingresso do servidor no PCCTA dar-se-á sempre no 1º nível de capacitação do respectivo nível de classificação, mediante a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Segundo a definição dessa lei, nível de classificação é o conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições. Já o nível de capacitação é a posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso.

O desenvolvimento do servidor na carreira se dará, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento, mediante, respectivamente, a progressão por capacitação profissional ou progressão por mérito profissional.

O servidor que fizer jus à progressão por capacitação profissional será posicionado no nível de capacitação subsequente, no mesmo nível de classificação, com o mesmo padrão de vencimento da posição que ocupava anteriormente, mantida a distância entre o padrão que ocupava e o padrão inicial do novo nível de capacitação.

A Lei nº 11.091/2005 define a progressão por capacitação profissional como a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitando o interstício de 18 (dezoito) meses; enquanto a progressão por mérito profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 02 (dois) anos de efetivo

exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.

No ano de 2012, a Lei nº 12.772/2012 alterou a Lei nº 11.091/2005 no que diz respeito à tabela de vencimento dos servidores técnico-administrativos em Educação, conforme apresentada a seguir:

Tabela 6 – Estrutura e Vencimento Básico do Plano de Carreira Técnicos Administrativos em Educação

Classes de Capacitação		Valor	A				B				C				D				E			
Piso AI	P01	1.086,32	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
	P02	1.125,43	1																			
	P03	1.165,94	2	1																		
	P04	1.207,92	3	2	1																	
	P05	1.251,40	4	3	2	1																
Piso BI	P06	1.296,45	5	4	3	2	1															
	P07	1.343,12	6	5	4	3	2	1														
	P08	1.391,48	7	6	5	4	3	2	1													
	P09	1.441,57	8	7	6	5	4	3	2	1												
	P10	1.493,47	9	8	7	6	5	4	3	2												
Piso CI	P11	1.547,23	10	9	8	7	6	5	4	3	1											
	P12	1.602,93	11	10	9	8	7	6	5	4	2	1										
	P13	1.660,64	12	11	10	9	8	7	6	5	3	2	1									
	P14	1.720,42	13	12	11	10	9	8	7	6	4	3	2	1								
	P15	1.782,35	14	13	12	11	10	9	8	7	5	4	3	2								
	P16	1.846,52	15	14	13	12	11	10	9	8	6	5	4	3								
Piso DI	P17	1.912,99	16	15	14	13	12	11	10	9	7	6	5	4	1							
	P18	1.981,86		16	15	14	13	12	11	10	8	7	6	5	2	1						
	P19	2.053,21			16	15	14	13	12	11	9	8	7	6	3	2	1					
	P20	2.127,12				16	15	14	13	12	10	9	8	7	4	3	2	1				
	P21	2.203,70					16	15	14	13	11	10	9	8	5	4	3	2				
	P22	2.283,03						16	15	14	12	11	10	9	6	5	4	3				
	P23	2.365,22							16	15	13	12	11	10	7	6	5	4				

	P24	2.450,37								16	14	13	12	11	8	7	6	5				
	P25	2.538,58									15	14	13	12	9	8	7	6				
	P26	2.629,97									16	15	14	13	10	9	8	7				
	P27	2.724,65										16	15	14	11	10	9	8				
	P28	2.822,74											16	15	12	11	10	9				
	P29	2.924,36												16	13	12	11	10				
	P30	3.029,64													14	13	12	11				
Piso EI	P31	3.138,70													15	14	13	12	1			
	P32	3.251,70													16	15	14	13	2	1		
	P33	3.368,76														16	15	14	3	2	1	
	P34	3.490,03															16	15	4	3	2	1
	P35	3.615,67																16	5	4	3	2
	P36	3.745,84																	6	5	4	3
	P37	3.880,69																	7	6	5	4
	P38	4.020,39																	8	7	6	5
	P39	4.165,13																	9	8	7	6
	P40	4.315,07																	10	9	8	7
	P41	4.470,41																	11	10	9	8
	P42	4.631,35																	12	11	10	9
	P43	4.798,08																	13	12	11	10
	P44	4.970,81																	14	13	12	11
	P45	5.149,76																	15	14	13	12
	P46	5.335,15																	16	15	14	13
	P47	5.527,21																		16	15	14
	P48	5.726,19																			16	15
	P49	5.932,34																				16

Fonte: Brasil, 2012.

6.6. Plano de Expansão do Quadro Docente e Técnico-Administrativo

Com base na totalidade dos cargos vagos disponíveis, no modelo de dimensionamento dos institutos federais, estabelecido pela Portaria MEC nº 246 de 15 de abril de 2016, publicada em 11 de maio de 2016; no Banco de Professor Equivalente, instituído pelo Decreto nº 7.312, de 22 de setembro de 2010, e com alterações promovidas pela Portaria Conjunta MPDG e MEC nº 405 de 14 de dezembro de 2016, publicada no DOU

de 20 de dezembro de 2016; e ainda no Quadro de Referência dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pelo Decreto nº 7.311, de 22 de setembro de 2010, para admissão de docentes e técnicos administrativos, projeta-se a execução de admissão e preenchimento dessas vagas na seguinte proporção até 2023:

Tabela 7 – Cronograma de Expansão do Quadro de Pessoal

Admissão de Servidores	Quadro Atual	Metas de Crescimento					
		2019	2020	2021	2022	2023	Total
Docente	1.716	417	66	84	83	83	733
Técnico-Administrativo	1.618	120	59	50	50	50	329

Fonte: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

Dessa forma, durante a vigência deste PDI e com base no quantitativo de servidores de 2018, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas estima um crescimento de 42,72% para o quadro docente e 20,33% para o quadro técnico-administrativo.

Vale ressaltar que o preenchimento de cargos técnico-administrativos, previsto para a partir de 2019, está condicionado à liberação de códigos de vaga pela SETEC/MEC e atualização do Decreto nº 7.311, de 22 de setembro de 2010. Já o preenchimento dos docentes está condicionado ao alcance da Relação Aluno-Professor.

6.7. Plano de Expansão do Quadro de Professores na Educação a Distância

O processo de institucionalização da EAD nos institutos federais, ou seja, as mudanças na cultura institucional e a reengenharia de sua estrutura organizacional para a oferta de atividades não presenciais de educação, seja na educação presencial, seja na educação a distância, seja na educação híbrida, tem sido apontado como um relevante desafio na atual década.

A educação deve perpassar os mais diferentes lugares e circunstâncias: democratizar a educação é permitir que ela alcance todos, produzindo justiça social, sem perder qualidade. Nesse sentido, destaca-se abaixo um trecho do Relatório Final do Grupo de

Trabalho de Institucionalização da Educação a Distância do FDE/CONIF, divulgado em agosto de 2017:

Na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, algumas ações têm sido realizadas por meio de grupos de trabalho específicos: Em 2010, um GT de institucionalização da EaD do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica gerou a proposta de regulamentação da EaD nos IFs, ainda bastante preliminar; em 2012, outro GT, do Fórum de Dirigentes de Ensino, gerou a proposta de Institucionalização da EaD nos IFs, propondo um modelo de estruturação de núcleos gestores de EaD por meio de campus, que foi aprovada no CONIF, mas não foi aprovada na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), do Ministério da Educação; nos anos seguintes não houve avanços no processo de institucionalização, apenas discussões isoladas no contexto da UAB ou e-Tec, em geral versando mais especificamente sobre formatos de fomento; em 2016, a discussão foi retomada por meio do GT de Institucionalização da EaD da Setec, que gerou uma proposta de matriz orçamentária da EaD, encaminhada para o Fórum de Planejamento (Forplan)/Conif, mas que foi finalizado após a mudança do governo; porém os trabalhos foram continuados por um novo GT estabelecido pelo FDE/Conif no mesmo ano, que se trata do presente grupo de trabalho; ainda em 2016 foi também iniciado um GT Institucionalização da UAB da Diretoria de Educação a Distância da Capes. (CONIF, 2017, p. 4)

Destarte, em consonância com a institucionalização da EAD no âmbito dos institutos federais, propõe-se o cronograma de expansão da atuação dos professores do IFCE na educação a distância, conforme a tabela a seguir:

Tabela 8 – Cronograma de Expansão do Quadro de Docentes na Educação a Distância, Considerada a Titularidade

Admissão de Servidores	Metas de Crescimento				
	2019	2020	2021	2022	2023
Graduação	5%	10%	15%	20%	25%
Especialização	5%	10%	15%	20%	25%
Mestre	5%	10%	15%	20%	25%
Doutor	5%	10%	15%	20%	25%

Fonte: Diretoria de Educação a Distância.

6.8. Plano de Capacitação

Já em execução no IFCE, o Plano de Capacitação de Recursos Humanos, instrumento de gestão cuja função primordial é proporcionar o suporte necessário ao desenvolvimento institucional, foi estruturado com base em alguns critérios, tais como:

definição de metas, estabelecimento de objetivos e delimitação de áreas do conhecimento a ser focado nos cursos, o que redundará em economia de tempo e assegura a eficácia do processo. A permanente capacitação profissional das pessoas que integram qualquer organização é de fundamental importância para sua sobrevivência, porquanto, de um lado, permite a otimização dos serviços oferecidos pelas organizações e, de outro, favorece o crescimento pessoal, condição que, invariavelmente, conduz à autorrealização.

As capacitações oferecidas pelo IFCE são ações contínuas que contemplam tanto os técnicos administrativos quanto os professores da instituição. O objetivo é melhorar o desempenho de suas funções, acarretando a melhoria dos serviços prestados para a comunidade. São cursos nas mais diversas áreas, incentivando os servidores a executarem suas atividades com zelo e presteza.

Com enfoque na qualificação profissional, na motivação para o trabalho e na melhoria da qualidade de vida dos servidores, algumas diretrizes básicas devem ser adotadas para definir a política de capacitação e qualificação da instituição e, consequentemente, delinear um programa de desenvolvimento dos seus recursos humanos, que, além do previsto no Decreto nº 5.707/06, possibilite:

- ✓ criar e/ou estabelecer procedimentos sistemáticos de capacitação e qualificação;
- ✓ elaborar os programas de capacitação e qualificação de forma transparente, com ampla divulgação à comunidade e com ênfase no planejamento participativo, incluindo as entidades representativas da categoria (CIS - Comissão Interna de Supervisão);
- ✓ criar e/ou estabelecer normas que regulamentem a destinação de percentual dos recursos para capacitação e qualificação;
- ✓ promover ações visando a motivar os servidores a buscar níveis mais elevados de educação formal como meio de atingir a cidadania plena;
- ✓ incentivar os servidores à procura constante de melhor qualificação e capacitação profissional;
- ✓ estabelecer oportunidades iguais para todos os profissionais que atuam nos diversos *campi* do IFCE;
- ✓ capacitar os servidores para o desempenho de cargos e funções, por meio da implementação de programa de desenvolvimento gerencial e de capacidade técnica de equipes;

- ✓ manter quadro atualizado da situação de capacitação e qualificação dos servidores.
- ✓ realizar seminários de ingresso para os novos servidores; e
- ✓ promover ações de valorização dos servidores situadas em programas de melhoria da qualidade de vida.

Dentre as atividades a serem desenvolvidas com vistas a operacionalizar a capacitação de docentes, destacam-se: cursos presenciais ou a distância, treinamentos específicos ou em serviço, intercâmbios ou visitas técnicas, seminários e congressos voltados à atualização profissional e cursos de pós-graduação.

Essas atividades deverão estar orientadas para os resultados que a instituição deseja alcançar e serão avaliadas após a conclusão de cada uma, sendo permanentemente acompanhadas pelas chefias imediatas. Para garantir a disseminação do aprendizado, conforme o caso, os conhecimentos adquiridos deverão ser repassados aos demais servidores.

Os programas de capacitação e qualificação deverão ser pensados com ênfase no planejamento participativo, incluindo as entidades representativas da categoria (CPPD - Comissão Própria do Pessoal Docente).

6.9. Plano de Capacitação de Professores na Educação a Distância

Para viabilizar e fortalecer a expansão da atuação dos professores do IFCE na Educação a Distância, cuja meta é ter 25% (vinte e cinco por cento) do quadro de professores atuando nessa modalidade até 2023, será fundamental o Programa de Formação Docente na Educação Profissional, de iniciativa da Diretoria de Educação a Distância (DEAD) da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), cujo objetivo central é promover formações continuadas para atuação docente nas diferentes modalidades de ensino.

Nesse sentido, serão promovidas especializações e formações pedagógicas voltadas para a formação docente na educação a distância, assim como capacitações e treinamentos para o uso de novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs), para as metodologias de ensino na educação a distância e educação híbrida, para a atuação nas diferentes funções da educação a distância (coordenação de curso EAD, tutoria a distância, tutoria presencial, professor conteudista, professor formador etc.) e para a mediação

pedagógica no ambiente virtual de aprendizagem, dentre outras temáticas relevantes à institucionalização da EAD.

O Programa de Formação Docente na Educação Profissional prevê cursos na modalidade a distância com encontros presenciais e sem encontros presenciais, tais como os cursos Massive Open Online Class (MOOC), que se caracterizam pela oferta aberta e contínua em plataforma de ambiente virtual de aprendizagem, além de palestras e seminários por webconferência.

6.10. Saúde e Qualidade de Vida no IFCE

O Programa Qualidade de Vida (PQV) do IFCE foi proposto como ação sistêmica institucional a ser descentralizada em cada *campus* da instituição, de forma integrada e atendendo aos padrões de operacionalidade, particularidades regionais e vínculo indissociável com o ensino, pesquisa e extensão, sendo esta última dimensão, a configuração primária do programa.

O PQV se configura como um programa institucional, de extensão, de caráter multidisciplinar, voltado para a promoção da saúde, nas dimensões física, social e emocional, e da qualidade de vida no trabalho, na perspectiva da política nacional publicada pelo Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009, e conforme as diretrizes apontadas na Portaria Normativa SEGEP/MPOG nº 03 de 25 de março de 2013.

Na perspectiva de gestão, a qual estabeleceu o objetivo de desenvolver ações relacionadas à melhoria da qualidade de vida do servidor, a comissão estabelecida pela Portaria nº 188/GR de 10 de março de 2015, formalizou o programa específico denominado Programa Qualidade de Vida, para a implantação em todos os *campi* da instituição.

O PQV IFCE propõe, em sua metodologia, a abordagem multidisciplinar e multiprofissional, de perspectiva ampliada de intervenção, com a concepção fundamentada nas normativas citadas, que prioriza ações voltadas à educação em saúde, à prevenção dos riscos, agravos e danos à saúde do servidor, ao estímulo dos fatores de proteção da saúde e ao controle de doenças. As ações de promoção da saúde deste programa têm como finalidade a construção de uma cultura de valorização da saúde para a redução da morbimortalidade, por meio de hábitos saudáveis de vida e de trabalho.

Portanto, o PQV, além de um programa institucional, é um documento que apresenta uma política institucional de qualidade de vida do servidor do IFCE a ser implantada de forma descentralizada e transversal pelos *campi*, por meio das áreas de gestão de pessoas, de saúde e de segurança no trabalho, e que contempla a gestão participativa.

Na perspectiva sistêmica de gestão e fomento, envolverá a participação das Pró-Reitorias de Ensino, de Extensão, de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, Administração e Planejamento e Gestão de Pessoas, observadas suas respectivas competências.

7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO E POLÍTICAS DE GESTÃO

O Instituto Federal do Ceará é composto por uma Reitoria, um Polo de Inovação e 32 *campi*: Acaraú, Acopiara, Aracati, Baturité, Boa Viagem, Camocim, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Guaramiranga, Horizonte, Iguatu, Itapipoca, Jaguaribe, Jaguaruana, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Morada Nova, Paracuru, Pecém, Quixadá, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara e Umirim. Essa estrutura *multicampi* possibilita o funcionamento dessas unidades de maneira descentralizada e com autonomia financeira, administrativa e patrimonial.

O Regimento Geral é o instrumento que estabelece a organização administrativa da instituição. Esse documento foi elaborado em consonância com o Estatuto e com as diretrizes institucionais definidas no dispositivo legal de criação do IFCE, ou seja, a Lei nº 11.892/2008.

Segundo o Regimento Geral, o IFCE possui a seguinte estrutura organizacional:

▪ Órgãos colegiados:

- I. Conselho Superior;
- II. Colégio de Dirigentes;
- III. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- IV. Conselho de Inovação (incluído pela Resolução Nº 007 de 04/03/2016/CONSUP);
- V. Conselho Acadêmico.

▪ Órgãos executivos e administrativos (incluído pela Resolução Nº 007 de 04/03/2016/CONSUP):

I. Reitoria

a) Gabinete do Reitor

b) Pró-Reitorias:

1. Pró-Reitoria de Ensino;
2. Pró-Reitoria de Extensão;

3. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação; (Redação dada pela Resolução nº 040 CONSUP de 14 de setembro de 2015).
4. Pró-Reitoria de Administração e Planejamento; (Redação dada pela Resolução nº 40 CONSUP de 14 de setembro de 2015/CONSUP).
5. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. (Redação dada pela Resolução nº 40 CONSUP de 14 de setembro de 2015).

c) Diretorias Sistêmicas:

1. Diretoria da Gestão de Tecnologia da Informação;
2. Diretoria de Assuntos Estudantis.

d) Órgãos de Apoio e Assessoramento.

II. Campi

III. Auditoria Interna (alterado pela Resolução nº 40 CONSUP de 14 de setembro de 2015)

IV. Procuradoria Federal (alterado pela Resolução nº 40 de 14 de setembro de 2015/CONSUP)

7.1. Formas de Participação nos Órgãos Colegiados

As formas de participação nos órgãos colegiados estão estabelecidas no Regimento Geral e variam conforme a natureza do colegiado:

a) Conselho Superior (Consup) é o órgão máximo do IFCE, com caráter consultivo e deliberativo, e tem a seguinte composição:

- i. presidente nato: o Reitor;
- ii. representação docente: em quantidade igual a um terço do número dos *campi* em funcionamento, todos eleitos por seus pares;
- iii. representação discente: em quantidade igual a um terço do número dos *campi* em funcionamento, todos eleitos por seus pares;
- iv. representação dos servidores técnico-administrativos: em quantidade igual a um terço do número de *campi* em funcionamento, todos eleitos por seus pares;

- v. representantes dos egressos: 01 representante de cursos técnicos e 01 dos cursos superiores sem vínculo funcional ou estudantil com a instituição, indicados por entidades representativas ou assembleias convocadas para este fim;
- vi. representantes da sociedade civil: 02 indicados por entidades patronais, 02 indicados por entidades dos trabalhadores e 02 representantes do setor público e/ou empresas estatais;
- vii. 01 Representante do Ministério da Educação designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC);
- viii. representação de um terço dos diretores-gerais dos *campi*, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco eleitos por seus pares;
- ix. o último ex-reitor e, no impedimento deste, o anterior.

b) Colégio de Dirigentes (Coldir) tem caráter consultivo e atua como órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria. O colegiado tem a seguinte composição nata:

- i. reitor (a), como presidente;
- ii. pró-reitores;
- iii. diretores-gerais dos *campi*.

c) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) é o órgão colegiado normativo e consultivo de Ensino, Pesquisa e Extensão, tem caráter deliberativo no âmbito das Pró-Reitorias de Ensino, de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e da de Extensão, com a seguinte composição:

- i. reitor, como presidente;
- ii. pró-reitor de Ensino;
- iii. pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
- iv. pró-reitor de Extensão;
- v. 01 pedagogo, convidado pelo presidente do CEPE; (alterado pela Resolução Nº 026 CONSUP de 25 de outubro de 2013).
- vi. 02 coordenadores dos cursos, sendo 01 (um) dos cursos de graduação e 01 (um) dos cursos de pós-graduação, convidados pelo presidente do CEPE; (Redação dada pela Resolução nº 011 CONSUP de 23 de março de 2015.)

- vii. representação de 1/3 (um terço) do número de *campi*, destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares; (Redação dada pela Resolução Nº 011 CONSUP de 23 de março de 2015.)
 - viii. representação de 1/3 (um terço) do número de *campi*, destinada ao corpo discente, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares; (Redação dada pela Resolução Nº 011 CONSUP de 23 de março de 2015.)
 - ix. 01 representante da sociedade civil, vinculado a alguma fundação de apoio à pesquisa, em funcionamento no estado do Ceará, convidado pelo reitor;
 - x. 01 secretário que será indicado pelo Presidente e não terá direito a voto.
- d) Conselho de Inovação (incluído pela Resolução Nº 007 CONSUP de 04 de março de 2016) é o órgão consultivo e deliberativo no âmbito da área de Inovação, subordinado à Reitoria e inserido na estrutura do IFCE pela Portaria nº 781/GR de 20 de outubro de 2015, tendo por finalidade subsidiar a Diretoria do Polo de Inovação de Fortaleza quanto ao atendimento dos critérios de elegibilidade dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e serviços tecnológicos a serem desenvolvidos pelo Polo. (Incluído pela Resolução nº 007 CONSUP de 04 de março de 2016).

O Conselho de Inovação é constituído por membros titulares e suplentes, designados por portaria do reitor, com a seguinte composição:

- i. reitor como presidente;
- ii. pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
- iii. 03 professores do quadro efetivo do IFCE credenciados como pesquisadores do Polo de Inovação que possuam notórios conhecimentos na área de atuação do Polo de Inovação; (Alterado pela Resolução nº 005 CONSUP de 29 de janeiro de 2018).
- iv. 01 representante da Federação das Indústrias do Estado do Ceará- FIEC;
- v. 01 representante da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará- SECITECE;

- vi. 01 servidor do quadro efetivo do IFCE, que atue na administração do Polo de Inovação Fortaleza, indicado pela direção geral do Polo de Inovação Fortaleza, como secretário. (Incluído pela Resolução nº005 de 29/01/2018/CONSUP).
- e) Conselho Acadêmico é o órgão de caráter consultivo dos diversos *campi*, objetiva subsidiar-se com informações da comunidade relativas a assuntos administrativos, de ensino, de pesquisa e de extensão e avaliar as metas de atuação de sua política. Esse conselho é integrado por membros titulares e suplentes designados por portaria do reitor e tem a seguinte composição:
- i. diretor-geral da unidade, como Presidente;
 - ii. chefes dos departamentos acadêmicos e de administração da unidade;
 - iii. 01 representante da equipe pedagógica em efetivo exercício indicado por seus pares;
 - iv. 02 representantes do corpo docente em efetivo exercício indicados por seus pares;
 - v. 01 representante do corpo técnico-administrativo, em efetivo exercício, indicado por seus pares;
 - vi. 02 representantes do corpo discente com matrícula ativa indicados por seus pares;
 - vii. 01 representante dos egressos do IFCE, indicado pela entidade de classe que os represente no município-sede do campus;
 - viii. 02 representantes dos pais de alunos, indicados por seus pares;
 - ix. 03 representantes da sociedade civil, convidados pelo diretor-geral desse *campus*, dentre as entidades e/ou empresas de maior nível de interação/parceria com a instituição.

7.2. Autoavaliação Institucional

A Avaliação Institucional constitui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que foi instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, do Ministério da Educação, e consiste em promover:

- a) melhoria da qualidade da educação superior;
- b) orientação da expansão de sua oferta;

- c) aumento permanente da sua eficácia institucional e de sua efetividade acadêmica e social;
- d) aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior;
- e) processo avaliativo interno da instituição, sendo de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação;
- f) avaliações externas (recredenciamento, reconhecimento de curso e renovação de reconhecimento de curso), sendo de responsabilidade do Ministério da Educação - MEC.

Portanto, em atendimento às determinações legais do SINAES, que estabelecem às instituições de ensino superior a constituição formal e legítima da Comissão Própria de Avaliação (CPA) como parte da estrutura organizacional, o IFCE realiza, por meio dessa comissão, a sua autoavaliação institucional anual a fim de aferir o nível de satisfação da comunidade acadêmica em suas ações e seus respectivos serviços. Dessa forma, a autoavaliação é um processo que tem a finalidade de aprimorar a qualidade de todos os serviços prestados pela instituição.

Representando o mecanismo principal de pesquisa de satisfação, a autoavaliação institucional anual é operacionalizada por meio de questionários disponibilizados de forma *online* para os três segmentos da comunidade, quais sejam alunos, professores e técnico-administrativos.

Atualmente, o IFCE realiza dois tipos de avaliações: a global, que adota os cinco eixos que articulam as dez dimensões formuladas pelo SINAES, e a de curso, que adota as três dimensões formuladas também pelo SINAES. Para a avaliação global, é aplicado um questionário com 56 questões formuladas sobre os respectivos eixos: eixo 01 – Planejamento e Avaliação Institucional; eixo 02 – Desenvolvimento Institucional; eixo 03 – Políticas Acadêmicas; eixo 04 – Políticas de Gestão; eixo 05 – Infraestrutura. Para a avaliação de curso, é aplicado um questionário de 22 questões, onde 21 são objetivas e uma questão é aberta.

Por meio da autoavaliação institucional, é possível aferir o grau de satisfação da comunidade interna em relação aos cursos e aos desdobramentos da execução dos serviços educacionais oferecidos pelo IFCE. Aspectos como infraestrutura, corpo docente, laboratórios, acervo bibliográfico, metodologias pedagógicas, articulação entre ensino,

pesquisa e extensão, articulação entre teoria e prática, iniciação científica, entre outros, são os alvos dessa avaliação.

Os resultados obtidos através de uma série histórica têm apontado para a satisfação da comunidade acadêmica quanto a esses serviços embora sejam identificados alguns aspectos merecedores de melhorias e correções.

7.2.1. Comissão Própria de Avaliação

De acordo com o Regimento Geral do IFCE, a Comissão Própria de Avaliação é um órgão colegiado de natureza deliberativa e normativa, no âmbito dos aspectos avaliativos acadêmicos e administrativos. Cabe ressaltar que a CPA atua com autonomia em relação aos demais conselhos e órgãos colegiados do IFCE.

O Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação do IFCE estabelece que a sua composição seja de:

- 04 representantes do corpo docente;
- 04 representantes do corpo técnico-administrativo;
- 04 representantes dos alunos;
- 04 representantes da sociedade civil organizada.

Os membros, exceto os representantes da sociedade civil, são escolhidos pelos servidores e estudantes do IFCE por meio de eleições diretas e nomeados pelo Reitor. O mandato dos membros é de quatro anos, não sendo permitida recondução. A CPA dedica tempo integral, sempre que necessário, até a entrega do relatório final.

A CPA atua em conjunto com as subcomissões (uma em cada *campus*) e a secretaria administrativa. A subcomissão é composta de quatro membros, sendo um representante dos professores, um representante técnico-administrativo, um dos alunos e um da sociedade civil. Os membros da subcomissão devem ser escolhidos pelos servidores e estudantes do respectivo *campus* por meio de eleições diretas e nomeados pelo Reitor. A secretaria administrativa, subordinada à CPA, é o setor de assessoramento e apoio técnico-administrativo responsável pelas ações e procedimentos relativos ao funcionamento da Comissão.

Compete à CPA, observada a legislação pertinente:

- a) coordenar e articular os processos de avaliação interna;
- b) assessorar e acompanhar os trabalhos das Subcomissões;
- c) elaborar o projeto de autoavaliação da instituição;
- d) sistematizar e prestar informações relativas às AVALIES (Avaliação das Instituições de Educação Superior) solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES);
- e) elaborar e analisar relatórios e pareceres e encaminhar às instâncias competentes;
- f) desenvolver estudos e análises visando ao fornecimento de subsídios para a fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de avaliação institucional;
- g) acompanhar os processos de avaliação externa da instituição e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE;
- h) elaborar e acompanhar, juntamente com os Diretores de Ensino dos *campi*, o Programa de Ação para o ENADE;
- i) fomentar a produção e socialização do conhecimento na área de avaliação institucional;
- j) acompanhar, permanentemente, o Projeto de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico da instituição e apresentar sugestões, subsidiando o planejamento do IFCE;
- k) articular-se com as Comissões Próprias de Avaliação de outras instituições e com a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior;
- l) informar suas atividades ao Reitor por meio de relatórios, pareceres e recomendações.

7.3. Atendimento aos Estudantes

O IFCE desenvolve atividades de apoio ao estudante nas áreas de Ensino, Pesquisa, Assuntos Estudantis e Extensão. O Regulamento de Organização Didática (ROD) do IFCE, Resolução nº 35/2015, rege os processos didáticos e pedagógicos dos cursos técnicos de nível médio e dos cursos de graduação. Além disso, torna homogêneas as atividades acadêmicas em todos os *campi* e auxilia o funcionamento da administração institucional.

As modalidades de cursos ofertados aos estudantes, de acordo com o ROD, são:

- a) Formação Inicial e Continuada (cursos FIC): destinam-se à capacitação, aperfeiçoamento, especialização e atualização de trabalhadores ou não, abrangendo todos os níveis de escolaridade, com o objetivo precípuo de desenvolver aptidões para a vida produtiva e social;
- b) Técnicos de nível médio (cursos técnicos): destinam-se a proporcionar habilitação profissional aos egressos do ensino fundamental, aos estudantes matriculados no ensino médio ou de egressos e ao público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) maior de 18 anos de idade e que não concluiu o ensino médio na idade própria;
- c) Superiores: destinados a proporcionar graduação em cursos de licenciatura, bacharelado e tecnologia aos egressos do ensino médio e proporcionar pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* aos egressos da graduação.

A periodicidade de oferta de vagas nos cursos técnicos e de graduação do IFCE pode ser semestral ou anual, dependendo da modalidade, e o ingresso de neles se dará, preferencialmente, por meio de processos seletivos regulares ou processos seletivos específicos para diplomados ou transferidos.

A área de educação física e esporte, como atividade coordenada pelo Departamento de Educação Física e Esporte da Pró-Reitoria de Ensino, com apoio dos setores de Educação Física e Esporte dos *campi*, integra o Sistema Brasileiro do Desporto (Lei 9.615/98) e do Sistema Desportivo da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Como política institucional, busca promover a gestão, a prática e a pesquisa do desporto, para desporto e das ciências do esporte.

A pesquisa, presente em todas as modalidades ofertadas pelo IFCE, contribui, por meio do estímulo à investigação científica, para a formação do estudante. O acesso à pesquisa no IFCE se dá por meio de programas de bolsas de iniciação científica, como o PIBIC, PIBICJr e PIBITI. Além das bolsas, existe o cadastramento de estudantes voluntários para participação em atividades de pesquisa e inovação (artísticas, científicas e tecnológicas) no IFCE, participação em grupos de pesquisa, além do incentivo à participação em eventos de pesquisa externos ou promovidos pela instituição (SEMIC, CONNEPI, UNIVERSO IFCE, MOCICA, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, entre outros).

Os *campi* do IFCE têm os Departamentos de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, que realizam atendimento direto aos nossos estudantes e promovem diversas atividades de promoção e estímulo à pesquisa na instituição (palestras, encontros, congressos, feiras,

seminários, etc). Os estudantes ainda podem acessar os sistemas institucionais internos e de órgãos externos, tais como: Plataforma NL, Plataforma Carlos Chagas, Plataforma Montenegro, Plataforma Sucupira, Sistema e-MEC.

A Política de Assistência Estudantil – PAE (Resolução nº 24/2015) visa ao atendimento dos objetivos estabelecidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (Decreto 7.234/2010) e também aos seguintes pontos:

I - reduzir as desigualdades sociais;

II - incentivar a participação da comunidade do IFCE em ações voltadas à sustentabilidade e à responsabilidade social;

III - ampliar as condições de participação democrática, para formação e o exercício de cidadania, visando à acessibilidade, à diversidade, ao pluralismo de ideias e à inclusão social;

IV - promover o acesso universal à saúde, ancorado no princípio da integralidade, reunindo ações e serviços de acordo com a realidade local, de modo a fortalecer a educação em saúde;

V - contribuir para a inserção do aluno no mundo do trabalho, enquanto ser social, político e técnico.

A partir de equipes multiprofissionais, compostas por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, técnicos em assuntos educacionais, médicos, odontólogos, enfermeiros, técnicos em enfermagem, nutricionistas, assistentes de aluno; a assistência estudantil promove o apoio à vida escolar dos estudantes, prioritariamente àqueles com vulnerabilidade socioeconômica, com programas de caráter universal e específico, com vistas a atender amplamente o discente, por meio dos eixos: I – Trabalho, Educação e Cidadania; II – Saúde; III – Alimentação e Nutrição; IV – Cultura, Arte, Desporto e Lazer; V – Auxílios em Forma de Pecúnia. Além disso, oferece serviços de prevenção e de promoção da saúde por meio de ações biopsicossociais.

O Programa de Auxílios em forma de pecúnia, referenciado na Resolução nº 52/2016, atende prioritariamente discentes em situação de vulnerabilidade social por meio dos auxílios: alimentação, moradia, transporte, óculos, formação e discentes mães e pais. No programa, também há auxílios para atender os discentes de forma universal: visita e viagens técnicas, acadêmico e pré-embarque internacional. A PAE é gerenciada pela Diretoria de

Assuntos Estudantis de maneira sistêmica e, nos *campi*, pelas Coordenadorias de Assistência Estudantil.

Ainda na área de auxílio financeiro, o IFCE aderiu ao Programa de Bolsa Permanência – PBP, uma ação do Governo Federal voltada para estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas.

O programa de Alimentação e Nutrição (Resolução nº 56/2018) objetiva uniformizar e padronizar um serviço de fornecimento de alimentação no âmbito do IFCE; criar condições favoráveis à aprendizagem, ao desenvolvimento biopsicossocial, ao rendimento escolar e à formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, contribuindo para a sua permanência e êxito; ofertar refeições adequadas e saudáveis para cada fase do ciclo da vida que cubram as necessidades nutricionais durante o período letivo; utilizar alimentos saudáveis, preparados com técnicas que preservem o seu valor nutricional e sanitário, garantindo a adequada utilização biológica dos alimentos consumidos; e garantir a sustentabilidade do ponto de vista agroecológico, social, econômico e cultural com vistas a assegurar a Segurança Alimentar e Nutricional.

No âmbito da Pró-Reitoria de Extensão, o IFCE, por meio da Coordenadoria de Coordenadoria de Acessibilidade e Diversidade Étnico-Racial, assessora os *campi* sobre as temáticas da acessibilidade e diversidade. Os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNEs, regidos pela Resolução nº 50/2015, objetivam criar uma cultura da “educação para convivência” a aceitação da diversidade e, principalmente, a quebra das barreiras arquitetônicas, tecnológicas, educacionais e atitudinais. Hoje, a instituição possui 21 NAPNEs em funcionamento, distribuídos em seus 32 *campi*, além de um Centro de Equoterapia (Iguatu), um Centro de Formação de Instrutores e Treinadores de Cães-Guia (em implantação na unidade de Limoeiro do Norte), um Núcleo de Tecnologia Assistiva e um grupo de pesquisa em Acessibilidade Virtual (Fortaleza), além de outras ações com visibilidade e impactos no âmbito institucional, local e nacional. Atualmente, tem-se 10 profissionais tradutores e intérpretes de Libras, que garantem a acessibilidade comunicacional de pessoas surdas nos *campi*.

Referente à temática da diversidade, desde o ano de 2015 os *campi* do IFCE, sob orientação e assessoria da PROEXT, realizam ações de estudos e levantamento de dados

populacionais para mapeamento de atividades e grupos ligados a povos afro-brasileiros e indígenas no estado do Ceará, através dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs). Em 2017, houve a aprovação da Resolução nº 71/2017: regimento interno dos NEABIs. Assim como os NAPNEs, a Coordenadoria de Acessibilidade e Diversidade Étnico-Racial faz assessoria aos *campi* em relação à implantação dos núcleos, de modo que estes desenvolvam ações para a promoção do acesso, êxito e permanência de discentes nos *campi*, assim como promoção de ações afirmativas sobre africanidade, Cultura Negra e História do Negro no Brasil, pautado na Lei nº 10.639/2003, questões indígenas, conforme a Lei nº 11.645/2008, e diretrizes curriculares que normatizam a inclusão das temáticas nas áreas do ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente, o IFCE possui 09 Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) com portaria aprovada, estando estes nos *campi* de Acaraú, Baturité, Boa Viagem, Fortaleza, Itapipoca, Jaguaribe, Maracanaú, Quixadá e Umirim. Em fase de implantação, estão mais 06 *campi*: Camocim, Cedro, Crateús, Juazeiro, Sobral e Tabuleiro do Norte.

Além disso, a PROEXT tem edital PAPEX que contempla as linhas de Educação e Direitos Humanos, sendo possível aos profissionais do *campus* que trabalham com a temática da acessibilidade e diversidade enviar projetos que, ao serem aprovados, são contemplados com um recurso de 7 000,00 para pagamento de bolsistas.

Em relação a políticas afirmativas de direitos, atualmente o IFCE trabalha de acordo com a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que estabelece que, em cada instituição federal de ensino superior ou ensino técnico de nível médio, as vagas serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da Unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A Política de Assuntos Estudantis apoia ainda a implantação e o desenvolvimento de entidades estudantis representativas, eleitas por seus pares, em diversos níveis e modalidades de ensino: Grêmio Estudantil, Centro Acadêmico e Diretório Central dos Estudantes.

7.4. Transparência e Divulgação de Informações

O cidadão poderá ter acesso às informações pertinentes ao IFCE por meio do sítio eletrônico institucional (www.ifce.edu.br) que reúne as principais informações sobre a instituição, além de servir de caminho para acesso aos demais canais de comunicação com a sociedade. Para solicitar informações institucionais do IFCE, em cumprimento ao disposto na Lei 12.527/2011, o cidadão dispõe de Serviços de Informação ao Cidadão (SICs) instalado nas recepções centrais dos *campi* e da Reitoria. Poderá utilizar, também, em meio eletrônico, o sistema que gerencia as demandas do Serviço de Informação ao Cidadão da Controladoria Geral da União (e-SIC/CGU) por meio dos endereços: www.lai.gov.br ou www.acessoainformacao.gov.br.

Para encaminhamento de manifestações (elogio, sugestão, solicitação, reclamação, ou denúncia) sobre o atendimento ou serviço prestado por setor ou agente do IFCE, o cidadão pode utilizar o Sistema de Ouvidorias Públicas do Poder Executivo Federal (e-OUV) disponível no endereço: www.ouvidorias.gov.br. O cidadão poderá dispor, também, da intermediação da Ouvidoria, que está instalada na Reitoria, mediante agendamento, por meio do telefone (85) 3401.2333, ou pelo endereço eletrônico: ouvidoria@ifce.edu.br. Na página da Ouvidoria no sítio eletrônico institucional (<http://ifce.edu.br/ouvidoria>) há *links* de acesso para cada um dos canais supramencionados.

Em consequência da adesão ao Sistema de Ouvidorias Públicas do Poder Executivo Federal, a Ouvidoria do IFCE trata as manifestações recebidas em conformidade com a orientação dada pela Instrução Normativa nº 01/2014/OGU CGU, de 05/11/2014, que regula o funcionamento das ouvidorias públicas, classifica as manifestações e orienta sobre o tratamento a ser adotado. As reclamações recebidas são encaminhadas e acompanhadas, para que se dê tratamento e solução de mérito, possível, a cada caso.

A Ouvidoria mantém contato frequente com as Unidades Estratégicas do IFCE, sugerindo ações de transparência ativa a fim de disponibilizar as informações solicitadas pelos canais de acesso.

Além disto, o cidadão dispõe dos seguintes canais de comunicação:

- 1) Ferramenta “Fale Conosco” disponível na página principal do sítio eletrônico (www.ifce.edu.br);

- 2) Carta de Serviços ao Cidadão disponível na página principal do sítio eletrônico do IFCE e no rol das informações da aba “Acesso à Informação” disponível no link: <http://ifce.edu.br/acesso-a-informacao/arquivos/carta-de-servicos-ao-cidadao-2017.pdf>
- 3) Para assuntos relacionados à gestão de pessoas, o IFCE também dispõe de Carta de Serviços específica, disponível no link: <http://ifce.edu.br/progep/arquivos/carta-de-servicos-da-progep-ao-cidadao.pdf>
- 4) Ainda sobre assuntos referentes à Gestão de Pessoas, há link na página principal do sítio eletrônico do IFCE para a “Central de Atendimento” (<http://ifce.edu.br/centraldeatendimento>) iniciativa da Progep para facilitar o atendimento aos servidores e candidatos concorrentes aos concursos públicos realizados pelo IFCE;
- 5) Perfis institucionais nas mídias sociais Twitter (https://twitter.com/IFCE_), Facebook (www.facebook.com/pages/Instituto-Federal-de-Educacao-Ciencia-eTecnologia-do-Ceara-IFCE/471223182903300) e Instagram (<https://instagram.com/ifceoficial/>) administrados pelo Departamento de Comunicação Social;
- 6) Possibilidade de envio de sugestões, reclamações e denúncias ao programa de rádio "IFCE no Ar" pelos telefones (85) 3401.2517 (DCS), 3366.7474 (Universitária FM, às quintas-feiras, das 14h às 15h) e pelo e-mail ifcenoar@ifce.edu.br;
- 7) Possibilidade de envio de sugestões, reclamações e denúncias para os demais canais de comunicação do IFCE (informativos impressos, vídeos do "VC no IFCE" no canal do IFCE no Youtube, portal www.ifce.edu.br, Revista IFCE e listas eletrônicas de e-mail) pelo e-mail comunicacao.reitoria@ifce.edu.br ou pelos endereços constantes nas páginas dos produtos sob a responsabilidade da Diretoria de Comunicação Social do IFCE.

8. ACERVO ACADÊMICO DIGITAL

Acervo acadêmico digital são todos os documentos produzidos e recebidos por instituições de ensino superior, públicas ou privadas, que pertençam ao sistema federal de ensino, relacionados à produção acadêmica, histórico acadêmico dos estudantes e necessários para comprovar seus estudos.

É importante ressaltar que o acervo acadêmico digital não deve ser confundido com um sistema único para armazenamento de arquivos digitais. Um acervo acadêmico é algo bem mais amplo, que envolve diversas áreas de conhecimento da instituição. Todas as instituições de ensino superior deverão migrar seus acervos para o meio digital.

A Importância da Digitalização do Acervo

O processo de digitalização de acervo acadêmico é uma adequação das instituições de ensino superior aos avanços tecnológicos e, por consequência, às diversas transformações culturais como um todo ocorridas na sociedade. O uso dessas tecnologias tem como principal objetivo o aperfeiçoamento dos resultados obtidos em todos os níveis e ainda colaborar para a evolução geral do ensino na medida em que engloba a gestão acadêmica, pedagógica administrativa e demais áreas envolvidas.

Levando em consideração um cenário ainda mais abrangente, é necessário que as IES estejam alinhadas estrategicamente com as mudanças ocorridas na educação, assim como na legislação e suas alterações. Também é importante acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade bem como atender aos seus anseios, suas mudanças comportamentais e à constante evolução do mercado de trabalho.

Assim a digitalização do acervo acadêmico tem como um de seus objetivos alinhar-se com as mudanças que estão acontecendo em diversos setores do mundo, tratando-se, assim, da necessidade de responder a um fenômeno de longo alcance.

Obrigatoriedades e Prazos quanto ao Acervo Acadêmico Digital

O Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, traz os pontos obrigatórios quanto ao acervo acadêmico digital: *projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a*

utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais;

Um dos pontos de maior relevância encontra-se no artigo 58, que estabelece a necessidade de se indicar uma IES sucessora e efetivar a transferência de seu acervo acadêmico digital para guarda e manutenção do acervo transferido, nos casos em que ocorrerem descredenciamento ou até mesmo durante o processo de migração.

O normativo estabelece ainda que todo processo transitório deverá ser realizado a partir de tecnologias que confirmam a confiabilidade, integridade, autenticidade e a duração no meio digital.

A Portaria nº 315, de 04 de abril de 2018, do Gabinete do Ministro da Educação complementa o decreto 9.235/2017, determinando o que deve ser conhecido nas instituições como Política de Gestão Documental. A Política de Gestão Documental traz outros pontos fundamentais para as IES realizarem a transição para o acervo acadêmico digital como:

- Plano de Classificação de Documentos, responsável pela organização dos documentos físicos e digitais.
- Tabela de Temporalidade Documental, responsável por assegurar a prescrição legal e administrativa dos arquivos.

Com o lançamento da portaria nº 315, de 04 de abril de 2018, do Gabinete do Ministro da Educação, as IES passaram a ter o prazo de até abril de 2020 para realizar a implementação do acervo acadêmico digital. No entanto, no âmbito do IFCE, ainda não há um documento de Política de Informação que possa tratar a gestão documental.

Transição do Acervo Físico para o Digital

A criação de um acervo acadêmico digital é um processo que envolve não apenas um sistema para tratar o armazenamento e acesso à informação, este processo é muito mais amplo e necessita da criação de uma equipe multidisciplinar que deve incluir a alta gestão das instituições, os profissionais de biblioteca, a área de tecnologia da informação e as áreas de conhecimento da produção geradas nas instituições.

O primeiro ponto a ser levado para a implantação do processo do acervo acadêmico digital é a necessidade do projeto e o prazo estimado pelo decreto. Alguns pontos

podem funcionar para nortear as ações, principalmente para as IES públicas, como o IFCE, que, além de todos os desafios já existentes no projeto, contam ainda com os cortes constantes em seus orçamentos:

1. Envolvimento da alta gestão da IES, de forma a entender o projeto não apenas como uma obrigação prevista em legislação, mas pelos benefícios às instituições que o acervo acadêmico digital traz.
2. Criação da Política de Informação do IFCE, documento criado por um comitê do IFCE, aprovado pelos conselhos superiores e referendado pelo Reitor que norteie as ações.
3. Formatação do projeto de criação de Repositório Institucional do IFCE, definindo atores, papéis e responsabilidades, assim como todo o levantamento das necessidades e suas questões legais;
4. Trabalho das possíveis soluções tecnológicas já disponíveis, definição de parâmetros, tratamento da segurança da informação e troca de experiências com instituições que já estão mais avançadas com o projeto; e
5. Procura de convênios e parcerias com instituições, como o IBICT, que já possuem experiência com o acervo digital e o armazenamento destes dados.

O IBICT é uma das principais instituições a atuar na área de repositório de documentos digitais das mais diversas naturezas, sendo uma referência na área e um apoio deste processo dentro do IFCE inclusive com a realização de convênio entre as instituições.

A Importância de um Bom Acervo Acadêmico

Uma boa gestão de documentos torna-se cada vez mais essencial no desenvolvimento das IES. Um documento, via de regra, funciona como forma de registro oficial, assim eles cumprem um papel primordial nas rotinas administrativas, de ensino, pesquisa, extensão e das instituições de ensino superior.

O sistema de informação a ser utilizado durante o processo de migração é parte fundamental em todo este processo. É importante que a equipe de desenvolvimento de software esteja perfeitamente alinhada com as necessidades da solução, com as obrigações da legislação e das IES. O sistema de gestão de documentos a ser utilizado pode ser

desenvolvido tanto dentro da própria instituição quanto contratado de fornecedores que já possuam tal sistema. Esta estratégia é um dos pontos primordiais que deve ser trabalhado logo no início do projeto, visto que apontará todo o restante do caminho a ser percorrido.

Contudo, independentemente de qual das opções será escolhida, alguns pontos são considerados chaves neste processo:

- método de reprodução que seja capaz de manter o acervo acadêmico digital seguro e preservado;
- capacidade de uso e gerenciamento da base de dados do acervo acadêmico digital;
- forma de indexação que torne possível a rápida recuperação do acervo acadêmico digital, caso necessário;
- uso de certificação digital ICP-Brasil para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de todos os documentos, conforme prevê a legislação.

Os Benefícios do Acervo Acadêmico Digital

A digitalização de documento traz diversos benefícios para as instituições que o fazem e, em se tratando das IES, um benefício imediato é a redução dos grandes volumes de papel, que tomam cada vez mais espaço físico das instituições, espaços estes cada vez mais difíceis de serem mantidos. Outros benefícios que podem ser apontado são:

- facilitação do acesso aos conteúdos;
- aumento da segurança dos documentos;
- eliminação do risco de extravio;
- otimização dos espaços físicos onde eram armazenados os documento físicos;
- diminuição do tempo de atendimento a toda a comunidade acadêmica.

O alcance que a produção acadêmica passa a ter com o acervo acadêmico digital dentro das IES é claramente um dos maiores benefícios alcançados. Os benefícios passam a ser de toda a instituição, todas as áreas passam a ter um melhor fluxo da gestão de seus documentos, tornando possível a melhor tomada de decisões por seus lideres, uma vez que a informação estará de fácil acesso.

9. INFRAESTRUTURA

9.1. Infraestrutura Física

O Instituto Federal do Ceará conta atualmente com sede própria de sua Reitoria, 32 *campi* distribuídos em todas as 07 mesorregiões do estado, que atendem ao projeto de interiorização do ensino profissional, e ainda um Polo de Inovação, que atua nas áreas de competência de Mobilidade Digital e Sistemas Embarcados.

Possui uma área total de ocupação aproximada de 5.943.614m², utilizada para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão, desporto, lazer e cultura. A seguir, a tabela 9 discrimina o total da área construída de cada *campus* do IFCE, bem como a área destinada às atividades administrativas, pedagógicas e esportivas.

Tabela 9 – Área Destinada às Atividades Administrativa, Pedagógica e Esportiva

Campus	Área construída (m ²)	Área administrativa (m ²)	Área pedagógica (m ²)	Área esportiva (m ²)
Acaraú	14.723	810	1.468	232
Acopiara	4.118	1.272	646	-
Aracati	4.222	659	766	-
Baturité	9.109	237	839	1.002
Boa Viagem	1.732	213	911	-
Camocim	5.357	313	674	-
Canindé	20.274	617	644	3.110
Caucaia	2.898	159	986	740
Cedro	11.214	668	2.332	1.136
Crateús	10.666	709	867	2.910
Crato	15.285	1.159	1.628	101
Fortaleza	29.444	3.724	4.885	2.447
Guaramiranga	481	42	87	-
Horizonte	3.371	825	909	-
Iguatu	21.941	968	2.182	4.586
Itapipoca	5.361	308	1.175	50
Jaguaribe	5.732	199	697	660
Jaguaruana	1.228	134	296	-
Juazeiro do Norte	22.083	578	1.845	4.904
Limoeiro do Norte	9.576	236	1.310	743
Maracanaú	14.068	462	2.305	6.139
Maranguape	3.787	823	1.171	-
Morada Nova	6.414	296	970	-

Campus	Área construída (m²)	Área administrativa (m²)	Área pedagógica (m²)	Área esportiva (m²)
Paracuru	6.484	1.812	721	-
Pecém	48.580	1.219	1.162	147
Quixadá	21.697	503	1.628	11.750
Sobral	11.381	609	2.019	2.272
Tabuleiro do Norte	2.299	274	573	50
Tauá	11.841	260	670	1.815
Tianguá	5.593	397	690	1.488
Ubajara	507	106	236	-
Umirim	6.778	364	743	850

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC), 2017.

No que diz respeito à infraestrutura relacionada à área pedagógica, o IFCE dispõe de 663 salas de aula, 37 salas de equipe pedagógica, 139 salas de professores, 32 auditórios, 451 laboratórios, 33 bibliotecas e 18 ginásios cobertos, com vestiários. Além disso, o IFCE possui ainda 17 refeitórios e 25 cantinas para melhor atender os alunos no momento das refeições, discriminados nas tabelas a seguir:

Tabela 10 – Principais Estruturas da Área Pedagógica - Campi de A-I

Descrição da Estrutura	Campi															
	Acaráú	Acopiara	Aracati	Baturité	Boa Viagem	Camocim	Canindé	Caucaia	Cedro	Crateús	Crato	Fortaleza	Guaramiranga	Horizonte	Iguatu	Itapipoca
Salas de aula	25	14	14	16	14	13	16	11	27	18	43	88	3	14	48	20
Salas de Equipe Pedagógica	1	1	1	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	-
Salas de Professores	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1	15	1	2	14	20
Auditórios	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	-
Laboratórios	15	5	7	6	5	6	14	8	16	17	6	52	1	6	8	6
Bibliotecas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1
Ginásios Cobertos com Vestiário	-	-	-	1	-	-	1	-	1	1	1	2	-	-	2	-
Refeitórios	1	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	2	-	1	2	-
Cantinas	1	1	1	-	1	1	1	-	2	1	1	1	-	1	2	-

Fonte: Assessoria Especial de Infraestrutura do IFCE, 2018.

Tabela 11 – Principais Estruturas da Área Pedagógica - *Campi* de J-Z

Descrição da Estrutura	<i>Campi</i>															
	Jaguaribe	Jaguaruana	Juazeiro do Norte	Limoeiro do Norte	Maracanau	Maranguape	Morada Nova	Paracuru	Pecém	Quixadá	Sobral	Tabuleiro do Norte	Tauá	Tianguá	Ubajara	Umirim
Salas de aula	9	7	26	26	35	14	10	10	12	25	30	12	18	18	11	16
Salas de Equipe Pedagógica	1	1	1	1	7	1	1	-	1	2	1	1	1	1	1	1
Salas de Professores	1	1	1	12	16	-	1	-	3	9	25	1	1	1	1	1
Auditórios	1	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Laboratórios	11	6	26	32	34	5	14	9	27	30	37	19	3	8	8	4
Bibliotecas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ginásios Cobertos com Vestiários	1	-	1	1	1	-	-	-	-	1	1	-	1	1	-	1
Refeitórios	1	-	-	-	1	-	-	-	1	-	1	1	-	-	-	1
Cantinas	1	-	-	2	1	1	1	1	1	1	-	-	1	1	-	-

Fonte: Assessoria Especial de Infraestrutura do IFCE, 2018.

9.2. Bibliotecas

As bibliotecas do IFCE têm as funções de organizar e preservar todo o acervo bibliográfico incorporado ao patrimônio da instituição. Para isso, as bibliotecas são gerenciadas por um sistema denominado de Sistema de Bibliotecas do IFCE (SIBI), instituído pela Portaria 410/GR de 30 de junho de 2015 (IFCE, 2017).

O SIBI é depositário de todo material informacional disponibilizado à comunidade técnico-acadêmica do IFCE, com vistas à promoção do acesso, da disseminação e do uso da informação como apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, de acordo com as políticas, planos e programas institucionais.

O SIBI tem como finalidade subsidiar o processo de ensino-aprendizagem, facilitando o acesso ao conhecimento e a difusão dele, organizando, mantendo, disseminando e recuperando informações necessárias ao estudo, pesquisa e lazer de toda a comunidade acadêmica da instituição.

As bibliotecas integrantes do Sistema subordinam-se ao Regimento Geral do IFCE, ao Regimento Interno dos *campi*, ao Regimento Interno do SIBI e às demais normas da

instituição, em observância à unidade patrimonial, administrativa, organizacional e com vistas à plena utilização de recursos humanos e materiais.

Além do acervo físico, o SIBI disponibiliza a Biblioteca Virtual Universitária Pearson (BVU), que pode ser acessada mediante a busca integrada no Portal SophiA ou na própria plataforma BVU, no endereço eletrônico <http://bv.uifce.edu.br/login.php>.

Além da consulta ao acervo, por meio dos terminais ou de dispositivos móveis, as bibliotecas oferecem outros serviços, tais como: consultas, pesquisas, reservas e renovações de empréstimos diretamente de *tablets* ou *smartphones*, empréstimo domiciliar, renovação online, acesso ao Portal de Periódicos da Capes remotamente, mediante a Rede CAFe, e acesso à BVU, por intermédio do aplicativo BVU Mobile.

Em 2018, o SIBI foi composto pelas seguintes bibliotecas:

- **Biblioteca *Campus* Acaraú**

Av. Des. Armando de Sales Louzada, s/n - Bairro Edson Magalhães – Acaraú.

- **Biblioteca *Campus* Aracati**

Rodovia CE 040, Km 137,1 – Aracati.

- **Biblioteca *Campus* Baturité**

Rua Ouvidor Mor Vitoriano Soares Bandeira, s/n - Bairro Sanharão – Baturité.

- **Biblioteca *Campus* Boa Viagem**

Rodovia 020, Km 209 - Bairro Floresta - Boa Viagem.

- **Biblioteca *Campus* Camocim**

Rua Dr. Raimundo Carlos, 2041 - Bairro Cidade com Deus – Camocim.

- **Biblioteca *Campus* Canindé**

BR 020, s/n - Juabaia – Canindé.

- **Biblioteca *Campus* Caucaia**

Rua Francisco da Rocha Martins, s/n - Bairro Novo Pabussu – Caucaia.

- **Biblioteca *Campus* Cedro**

Avenida José Quintino, s/n - Bairro Prado – Cedro.

- **Biblioteca *Campus* Crateús**

Rua Geraldo Marques Barbosa, 567 - Bairro Venâncios – Crateús.

- **Biblioteca *Campus* Crato**

Rodovia CE 292, Km 15 - Gisélia Pinheiro – Crato.

- **Biblioteca *Campus* Fortaleza**

Avenida Treze de Maio, 2081 - Bairro Benfica – Fortaleza.

- **Biblioteca *Campus* Guaramiranga**

Sítio Guaramiranga, s/n – Guaramiranga.

- **Biblioteca *Campus* Horizonte**

Rua Francisca Cecília de Sousa, s/n – Bairro Zumbi – Horizonte.

- **Biblioteca *Campus* Iguatu**

Unidade Areias: Rua Deoclécio Lima Verde, s/n - Bairro Areias - Iguatu.

Unidade Cajazeiras: Rodovia Iguatu/Várzea Alegre, Km 05, s/n, Vila Cajazeiras – Iguatu.

- **Biblioteca *Campus* Itapipoca**

Avenida Anastácio Braga, s/n – Bairro Centro

- **Biblioteca *Campus* Jaguaribe**

Rua Pedro Bezerra de Menezes, 171 - Bairro Cohab – Jaguaribe.

- **Biblioteca *Campus* Jaguaruana**

Avenida Dr. Antônio da Rocha Freitas, 1548/1604 – Jaguaruana.

- **Biblioteca *Campus* Juazeiro do Norte**

Avenida Governador Plácido Aderaldo Castelo, 1646 - Bairro Lagoa Seca

- **Biblioteca *Campus* Limoeiro do Norte**

Rua Estevam Remígio, 1145 - Bairro Centro - Limoeiro do Norte.

- **Biblioteca *Campus* Maracanaú**

Avenida Parque Central, s/n - Distrito Industrial – Maracanaú.

- **Biblioteca *Campus* Morada Nova**

Avenida Santos Dumont, s/n - Bairro Júlia Santiago - Morada Nova.

- **Biblioteca *Campus* Paracuru**

Rodovia CE 341, Km 01 - Bairro Novo Paracuru – Paracuru.

- **Biblioteca *Campus* Pecém**

Rodovia CE 422, Km 4 - São Gonçalo do Amarante.

- **Biblioteca *Campus* Quixadá**

Avenida José de Freitas Queiroz, 5000 - Bairro Cedro – Quixadá.

- **Biblioteca *Campus* Sobral**

Avenida Dr. Guarani, 317 - Bairro Derby Clube – Sobral.

- **Biblioteca *Campus* Tabuleiro do Norte**

Rodovia CE 377, Km 02, s/n - Sitio Taperinha - Tabuleiro do Norte.

- **Biblioteca *Campus* Tauá**

Rua Antônio Teixeira Benevides, 01 - Bairro Colibris – Tauá.

- **Biblioteca *Campus* Tianguá**

Rodovia CE 187, s/n - Bairro Aeroporto – Tianguá.

- **Biblioteca *Campus* Ubajara**

Rua Luiz Cunha, s/n - Bairro Monte Castelo – Ubajara.

- **Biblioteca *Campus* Umirim**

Fazenda Floresta, s/n - Umirim.

9.2.1. Espaços Físicos e Horários de Funcionamento

Os espaços físicos das bibliotecas são destinados às atividades de estudo, pesquisa e lazer, sendo direcionada ao atendimento de toda a comunidade acadêmica dos *campi*. Para isso, as bibliotecas são abertas para o atendimento ao público nos dias úteis e letivos, de acordo com o Calendário Acadêmico de cada *campus*. O empréstimo domiciliar é permitido aos estudantes e servidores dos *campi*. Destacamos abaixo o horário de funcionamento das bibliotecas do IFCE.

O quadro 8 apresenta a área total de cada uma das bibliotecas do IFCE:

Quadro 8 – Área Total e Horário de Funcionamento das Bibliotecas

Biblioteca (<i>campus</i>)	Área Total (m ²)	Horário de Funcionamento*
<i>Campus</i> Acaraú	180	8h-21h
<i>Campus</i> Acopiara	390	7h30-21h
<i>Campus</i> Aracati	250	7h-21h
<i>Campus</i> Baturité	155	8h-20h30
<i>Campus</i> Boa Viagem	390	8h-21h
<i>Campus</i> Camocim	155	8h30-20h30
<i>Campus</i> Canindé	123	8h-20h

Biblioteca (<i>campus</i>)	Área Total (m²)	Horário de Funcionamento*
<i>Campus Caucaia</i>	155	7h-20h30
<i>Campus Cedro</i>	322	7h30-20h30
<i>Campus Crateús</i>	222	8h-21h30
<i>Campus Crato</i>	196	7h-21h45
<i>Campus Fortaleza</i>	551	7h30-21h
<i>Campus Guaramiranga</i>	55	8h-12h e 13h-17h
<i>Campus Horizonte</i>	479	8h-17h
<i>Campus Iguatu</i>	401	7h-22h
<i>Campus Itapipoca</i>	281	8h30-20h30
<i>Campus Jaguaribe</i>	155	8h-22h
<i>Campus Jaguaruana</i>	50	7h30-20h30
<i>Campus Juazeiro do Norte</i>	389	7h-21h
<i>Campus Limoeiro do Norte</i>	436	7h30-21h
<i>Campus Maracanaú</i>	294	8h-20h
<i>Campus Maranguape</i>	393	8h-21h
<i>Campus Morada Nova</i>	205	7h15-21h55
<i>Campus Paracuru</i>	393	7h30-17h30
<i>Campus Pecém</i>	229	8h-12h e 13h-17h
<i>Campus Quixadá</i>	570	7h30-21h
<i>Campus Sobral</i>	575	8h-21h
<i>Campus Tabuleiro do Norte</i>	155	7h-20h
<i>Campus Tauá</i>	155	7h30-17h e 18h-21h30
<i>Campus Tianguá</i>	155	8h30-20h30
<i>Campus Ubajara</i>	141	7h30-12h e 14h-21h
<i>Campus Umirim</i>	122	8h-21h

Fonte: Assessoria Especial de Infraestrutura do IFCE.

9.2.2. Acervo Bibliográfico e Pessoal Técnico-Administrativo

Em 2018, o IFCE registrou um acervo bibliográfico composto de aproximadamente 63 mil títulos e 221 mil exemplares, distribuídos entre as suas 32 bibliotecas. Além disso, no mesmo ano, para realizar o atendimento ao público, foram lotados 105 servidores, entre bibliotecários e auxiliares de biblioteca.

A seguir, o quadro 9 apresenta o quantitativo total do acervo e dos servidores lotados em cada uma das bibliotecas do IFCE:

Quadro 9 – Acervo Bibliográfico e Servidores

<i>Campus</i>	Acervo							Servidores	
	Livros impressos (1)		Outros materiais (2)		Periódicos impressos (3)	Produção acadêmica (4)	(CD/DVD) (5)	Bibliotecário (a)	Auxiliar de Biblioteca
	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares	Títulos	Títulos	Títulos		
Acaraú	1.257	6.215	17	19	-	63	35	2	3
Acopiara	103	393	-	-	-	-	-	1	1
Aracati	2.046	6.523	32	207	-	30	301	1	3
Baturité	920	5.651	18	77	-	46	2	1	2
Boa Viagem	103	1.076	1	4	-	-	2	1	1
Camocim	359	2.456	-	-	-	-	-	1	2
Canindé	2.044	10.569	76	135	26	231	134	2	2
Caucaia	860	2.663	15	19	-	2	-	1	2
Cedro	2.768	14.020	13	15	3	117	-	2	2
Crateús	1.502	7.195	12	32	8	40	-	2	1
Crato	3.975	10.149	52	120	32	45	10	2	2
Fortaleza	12.794	45.500	641	2.279	125	1.656	217	7	3
Guaramiranga	291	513	-	-	-	-	-	0	1
Horizonte	9	132	-	-	-	-	-	1	1

<i>Campus</i>	Acervo							Servidores	
	Livros impressos (1)		Outros materiais (2)		Periódicos impressos (3)	Produção acadêmica (4)	(CD/DVD) (5)	Bibliotecário (a)	Auxiliar de Biblioteca
	Títulos	Títulos	Títulos	Exemplares	Títulos	Títulos	Títulos		
Iguatu	6.207	16.033	587	906	-	396	612	2	3
Itapipoca	588	1.690	-	-	-	-	-	1	2
Jaguaribe	762	3.626	6	39	3	41	-	1	3
Jaguaruana	144	1.107	2	12	-	-	7	0	1
Juazeiro do Norte	2.324	10.730	15	42	1	308	18	2	3
Limoeiro do Norte	4.855	17.057	1.670	1.715	172	354	243	2	3
Maracanaú	1.741	11.086	50	421	6	222	37	2	2
Maranguape	16	148	-	-	-	-	-	1	0
Morada Nova	902	5.985	-	-	-	4	24	1	2
Paracuru	74	272	2	2	-	-	-	1	1
Pecém	-	-	-	-	-	-	-	1	0
Quixadá	1.864	6.770	79	105	-	20	69	1	2
Sobral	2.338	11.722	51	98	-	237	167	2	2
Tabuleiro do Norte	306	1.931	-	-	-	-	-	1	2
Tauá	939	4.287	5	44	17	-	19	1	2
Tianguá	813	4.230	6	51	9	10	48	0	2
Ubajara	754	3.615	30	115	-	-	31	1	2
Umirim	369	1.650	2	16	-	-	-	1	2
Total	54.027	214.994	3.382	6.473	402	3.822	1.976	45	60

(1) Além do acervo impresso, o Sistema de Biblioteca assina a Biblioteca Virtual Universitária – BVU Pearson.

(2) Almanques, anais, anuários, apostilas, atlas, catálogos, coleções, dicionários, enciclopédias, folhetos, glossários, guias, manuais técnicos, normas técnicas, relatórios.

(3) O Sistema de Biblioteca tem acesso ao Portal de Periódicos da Capes.

(4) Trabalhos de Conclusão de curso de graduação – TCC e artigos acadêmicos/científicos; trabalhos de conclusão de curso de especialização – TCCE, dissertações e teses.

(5) CDs, CDs Áudio, DVDs, audiolivros.

Fonte: SophiA (27/09/2018)

9.2.3. Formas de Atualização e Expansão do Acervo

A atualização e a expansão do acervo são executadas conforme a Política de Desenvolvimento de Acervos do IFCE, que tem como objetivo geral estabelecer critérios e responsabilidades para seleção, aquisição e descarte de materiais informacionais no âmbito das bibliotecas que integram o Sistema de Bibliotecas. Os objetivos específicos são:

- orientar o crescimento equilibrado e racional do acervo;
- otimizar a utilização dos recursos financeiros disponíveis;
- adequar o acervo à missão e aos objetivos institucionais, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI);
- estabelecer critérios para a seleção, aquisição, desbaste e desfazimento de materiais informacionais;
- definir critérios para avaliação das coleções;
- traçar diretrizes acerca da utilização do material doado;
- atender às recomendações da Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério de Educação.

A formação do acervo documental dar-se-á a partir do estabelecimento de critérios de seleção, tendo como parâmetros: as necessidades informacionais da comunidade acadêmica; a análise estatística de uso dos materiais; a projeção de novos usuários e os recursos orçamentários disponíveis para a aquisição de acervo.

O acervo das bibliotecas que integram o SIBI possui materiais informacionais em diversos suportes organizados e disponibilizados em seu sistema de gerenciamento de bibliotecas. O SIBI utiliza o modelo de catalogação descentralizada e cooperativa, ou seja, as bibliotecas possuem autonomia para a formação de seus acervos, visando à comunidade técnico-acadêmica que atendem.

Os materiais que compõem as coleções são selecionados de acordo com os seguintes critérios:

- adequação aos objetivos e níveis educacionais da instituição;
- pertinência dos currículos acadêmicos às linhas de pesquisa e aos projetos de extensão institucionais;
- autoridade do autor e/ou editor;

- atualidade;
- qualidade técnica (conteúdo);
- quantidade (escassez) de material sobre o assunto na coleção;
- relevância (cobertura/tratamento do assunto);
- custo justificado;
- idioma acessível;
- número de usuários potenciais que poderão utilizar o material;
- conveniência do formato do material e compatibilização com equipamentos existentes na biblioteca;
- condições físicas do material;
- adequação às quantidades mínimas que comprovem a compatibilidade recomendada pelos órgãos de avaliação e credenciamento dos cursos da instituição, em cada bibliografia de curso, entre o número de vagas ofertadas pelos cursos e a quantidade de exemplares físicos por título,;
- formatos acessíveis às pessoas com deficiência;
- adequação dos trabalhos acadêmicos às normas vigentes do Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos do IFCE.

A Política de Desenvolvimento de Acervos do IFCE prevê dois tipos de seleção: qualitativa e quantitativa.

Na seleção qualitativa são levados em consideração alguns critérios específicos, tais como:

- assunto – o conteúdo deve ser pertinente aos cursos ofertados pelo IFCE;
- relevância – além da cobertura dos conteúdos dos cursos oferecidos pela instituição, devem ser analisados os aspectos que contribuam para o desenvolvimento e atualização do acervo;
- idioma – devem ser priorizados os materiais publicados em língua portuguesa, porém materiais publicados em língua estrangeira poderão ser incluídos após verificação da inexistência de material igual ou correlato em língua portuguesa;
- idade – deve ser observada a relação idade/demanda/custo de manutenção dos materiais usados, bem como seu valor histórico;

- originalidade – não deve ser permitida a incorporação ao acervo de cópias de qualquer tipo de material, em conformidade com a Lei 9.610/98 (Direito Autoral).

Na seleção quantitativa, são estabelecidos critérios para materiais informacionais específicos, quais sejam:

- **Bibliografia básica** – a quantidade de títulos e exemplares físicos ou virtuais a ser adquirida será norteadada pelas recomendações vigentes dos órgãos externos avaliadores e credenciadores dos cursos e da Pró-Reitoria de Ensino, no processo de autorização para a criação de novos cursos.
- **Bibliografia complementar** – a quantidade de títulos e exemplares físicos ou virtuais a ser adquirida será norteadada pelas recomendações vigentes dos órgãos externos, avaliadores e credenciadores dos cursos e da Pró-Reitoria de Ensino, no processo de autorização para a criação de novos cursos.
- **Materiais extras aos projetos pedagógicos de curso** – recomenda-se a aquisição de, no máximo, 2 (dois) exemplares impressos de cada título, incluindo o exemplar de consulta local, quando houver. Se for identificada uma maior demanda, a biblioteca poderá adquirir um maior número de exemplares.
- **Periódicos técnico-científicos** – deve-se optar pelos periódicos técnico-científicos necessários à suplementação do conteúdo programático dos componentes curriculares dos projetos pedagógicos que atendem aos cursos técnicos e de graduação. Devido à política governamental de acesso às instituições públicas de ensino superior ao Portal de Periódicos da Capes, esse acervo virtual deve ser priorizado na formação da coleção de periódicos. Outros portais e bases de dados de acesso gratuito devem ser utilizados, recorrendo-se à aquisição do periódico impresso somente quando não existirem outros meios de acesso.
- **Periódicos de caráter informativo (jornais e revistas)** – recomenda-se realizar 2 (duas) assinaturas virtuais ou impressas de jornais de grande circulação e, no mínimo, 2 (duas) assinaturas de revistas de caráter informativo adequadas à missão da instituição. A seleção é de competência da biblioteca, que, para tal, deverá realizar pesquisa de perfil dos usuários discentes, como também consulta aos servidores da instituição.
- **Acervos virtuais (e-books)** – a escolha dos acervos virtuais deve basear-se nos critérios de: atendimento às áreas de conhecimento dos cursos ofertados; inclusão de novos acervos virtuais, considerando a necessidade dos programas de aprendizagem e a relação custo-

benefício; opção pela aquisição de acervos virtuais que apresentem, preferencialmente, conteúdo integral e em língua portuguesa; preferência pela aquisição de acervos virtuais cujo modelo de negócio seja com acesso simultâneo e ilimitado.

- **Materiais de referência** – aquisição de obras de referência em suporte impresso, indicadas na bibliografia complementar e não disponíveis em formato digital, no máximo, 2 (dois) exemplares por título; enciclopédias impressas só serão inseridas no acervo se forem necessárias para a complementação da coleção já existente ou para substituição, em caso de desgaste físico;
- **Materiais iconográficos, cartográficos, audiovisuais e em suportes especiais** – aquisição de conteúdos que contribuam para as atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição; produções realizadas pelo IFCE, em sua versão final; conteúdos que abordem aspectos culturais, sociais, históricos e afins do IFCE; conteúdos que abordem aspectos sociais, culturais, históricos e afins do estado do Ceará.
- **Coleções especiais** – deverão ser compostas, principalmente, de material informacional que não se enquadre nas outras coleções existentes, tais como: coleções de gibis, mangás e brinquedotecas. A criação e a nomenclatura da coleção serão definidas por cada unidade, a partir de estudos da demanda.
- **Bases de dados** – a escolha de bases de dados deve atender às áreas de conhecimento dos cursos ofertados, considerar o custo-benefício da aquisição, privilegiar bases de dados com texto integral e em língua portuguesa.
- **Trabalhos acadêmicos** – correspondem aos trabalhos de conclusão de cursos produzidos no âmbito do IFCE, cujo depósito deverá ser realizado nas bibliotecas para posterior divulgação em catálogo online e/ou repositório institucional e os quais serão incluídos no acervo exclusivamente em versão digital (formato PDF) e disponibilizados na Biblioteca Digital de Trabalhos Acadêmicos e Técnicos (BDTA) e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

As teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso de especialização, de autoria dos servidores e não defendidos no IFCE, integrarão o acervo do Sistema de Bibliotecas e serão recebidos somente em versão eletrônica (PDF).

Os meios de aquisição para a formação dos acervos das bibliotecas do SIBI serão: compra, doação, permuta ou depósito legal, obedecendo aos critérios de seleção.

O processo de compra obedecerá ao disposto na Lei 8.666/93 que institui normas para licitação e contratos da Administração Pública. Cada *campus* realizará a compra de seu próprio material informacional impresso, atendendo à demanda da biblioteca, que recebe as solicitações dos usuários internos, das coordenações de curso e dos setores administrativos e pedagógicos do *campus* e é encarregada de manter o registro dessas aquisições.

Em se tratando de aquisição de livros digitais (*e-books*) de fornecedor exclusivo, será aberto um processo de inexigibilidade de licitação, instruído com a justificativa da compra, com a documentação do fornecedor e com a informação da proveniência da verba disponível (artigo 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93). A aquisição realizar-se-á nas modalidades “compra” ou “assinatura” e, conforme o modelo de negócio adotado, a seleção do acervo será feita título a título, acervo por área de conhecimento ou por coleção completa.

A compra deve levar em consideração as seguintes prioridades:

- material informacional da bibliografia básica e complementar, de acordo com o Projeto Pedagógico dos cursos técnicos e de graduação em fase de implantação e, exclusivamente, para os cursos de graduação em fase de reconhecimento;
- material informacional para atualização de bibliografia básica e complementar dos cursos de graduação em fase de renovação de reconhecimento;
- sugestões constantes no plano de aquisição anual;
- acréscimo de exemplares para os títulos mais reservados;
- Material para atender a pesquisas vinculadas à instituição.

Todas as doações (solicitadas e não solicitadas) de pessoas físicas ou jurídicas são descentralizadas e, portanto, deverão ser encaminhadas diretamente às bibliotecas do SIBI.

O intercâmbio de publicações no Sistema de Bibliotecas do IFCE é gerenciado de forma descentralizada nas bibliotecas.

A avaliação sistemática das coleções deve ser realizada com a finalidade de adequá-las às diretrizes traçadas pela instituição e às demandas da comunidade acadêmica.

Recomenda-se que as bibliotecas realizem a avaliação de seus acervos, a cada três anos, utilizando métodos quantitativos e qualitativos, cujos resultados serão comparados e analisados, assegurando o alcance dos objetivos da avaliação da coleção.

Juntamente com a política de aquisição, o Sistema de Bibliotecas deve voltar sua atenção para a utilização, conservação e preservação do material informacional incorporado ao acervo.

Cabe a cada biblioteca realizar seu inventário. A periodicidade deste dependerá do tamanho do acervo, do pessoal e do tempo disponíveis para a sua realização, recomendando-se a realização de um inventário por ano.

A atualização das coleções ocorrerá em virtude das revisões e melhorias dos projetos pedagógicos dos cursos ofertados, de solicitações do corpo de servidores, em face das políticas de ensino, pesquisa e extensão, ou ainda das sugestões do corpo discente.

A partir da previsão orçamentária institucional de investimento anual, será realizada a atualização dos acervos das bibliotecas integrantes do SIBI, onde cada *campus* definirá, em seu planejamento anual, o valor a ser gasto, levando em conta sua necessidade e realidade orçamentária.

9.3. Laboratórios

Os laboratórios do IFCE são implantados para atender às necessidades das atividades de ensino e pesquisa dos cursos ofertados nos eixos tecnológicos, conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do MEC.

Portanto, os laboratórios têm a finalidade de proporcionar aos alunos experiências compatíveis com os conhecimentos adquiridos em sala de aula, ao mesmo tempo que possibilita o desenvolvimento de habilidades necessárias ao exercício profissional.

Dessa forma, os laboratórios do IFCE estão distribuídos conforme a tabela 12, a seguir:

Tabela 12 – Quantitativos de Laboratórios por Eixo Tecnológico

Campus	Ambiente e Saúde	Controle e Processos Industriais	Desenvolvimento Educacional e Social	Gestão e Negócios	Informação e Comunicação	Infraestrutura	Produção Alimentícia	Produção Cultural e Design	Produção Industrial	Recursos Naturais	Segurança	Turismo, hospitalidade e Lazer	Formação de Professores	Total
Acaraú	1	1	2		1				1	4	1	4		15
Acopiara	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Aracati	-	2	-	-	5	-	-	-	-	4	-	3	-	14
Baturité	-	-	-	-	1		5	-	-	-	-	2	-	8
Boa Viagem	-		-	-	2	-	-	-	-	2	-	-	1	5
Camocim	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	1	5
Canindé	3	-	1	-	4	-	-	-	-	-	-	2	-	10
Caucaia	-	3	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-	-	6
Cedro	-	9	1	-	4	1	-	-	5	3	-	-	2	25
Crateús	-	1	6	-	-	4	-	3	-	9	-	-	-	23
Crato	-	-	1	-	3	1	2	-	-	16	-	-	-	23
Fortaleza	-	25	8	-	21	12	-	21	9	-	-	9	5	110
Guaramiranga	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	2
Horizonte	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	1	5
Iguatu	2	-	2	1	7	1	1	1	-	8	-	-	-	21
Itapipoca	-	4	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	7
Jaguaribe	-	5	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	4	12
Jaguaruana	-	-	-	-	3	-	-	-	1	-	-	-	-	4
Juazeiro do Norte	-	4	-	-	4	7	-	-	-	6	-	-	8	29

Campus	Ambiente e Saúde	Controle e Processos Industriais	Desenvolvimento Educacional e Social	Gestão e Negócios	Informação e Comunicação	Infraestrutura	Produção Alimentícia	Produção Cultural e Design	Produção Industrial	Recursos Naturais	Segurança	Turismo, hospitalidade e Lazer	Formação de Professores	Total
Limoeiro do Norte	8	11	-	-	-	-	8	-	-	16	-	-	12	55
Maracanaú	7	14	-	-	17	-	-	-	1	-	-	-	1	40
Maranguape	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Morada Nova	-	-	-	-	3	10	-	-	-	11	2	-	-	15
Paracuru	-	-	-	-	3	-	-	-	-	5	-	-	-	8
Pecém	-	8	-	1	2	1	-	-	5	-	-	-	1	18
Quixadá	3	5	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	12
Sobral	2	12	-	-	-	-	11	-	-	6	-	-	1	32
Tabuleiro do Norte	-	11	-	1	2	-	-	-	3	-	-	-	-	17
Tauá	-	-	-	-	4	-	-	-	-	4	-	-	-	8
Tianguá	-	-	-	-	3	-	-	-	-	4	-	-	4	11
Ubajara	-	-	-	-	1	-	4	-	-	-	-	3	-	8
Umirim	-	-	1	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Total	27	115	22	3	112	43	31	25	27	98	3	25	41	559

Fonte: elaboração própria.

9.4. Expansão da Infraestrutura para o Período de Vigência do PDI 2019-23

Ao longo da construção deste documento, alguns *campi* identificaram a necessidade de realizar obras consideradas essenciais para o aperfeiçoamento da infraestrutura administrativa e/ou acadêmica e capazes de proporcionar o cumprimento das metas que aqui se estabelecem.

Nesse sentido, o quadro a seguir aponta os investimentos físicos que a instituição pretende realizar durante a vigência do PDI 2019-23:

Quadro 10 – Levantamento das Necessidades para a Expansão de Infraestrutura

Campus	Ambientes
Acaraú	Biblioteca, auditório, almoxarifado e bloco de ensino.
Canindé	Área de convivência, cantina, restaurante acadêmico, estacionamento coberto, galpão do almoxarifado, cobertura da área da piscina.
Cedro	Laboratórios, reforma de banheiros, ambiente para a área de empreendedorismo.
Itapipoca	Restaurante acadêmico, almoxarifado, salas de aula e laboratórios.
Jaguaruana	Salas de aula, laboratórios, vestiários, ampliação da biblioteca, espaço de lazer e convivência e refeitório.
Juazeiro do Norte	Salas de aula e sala da assistência estudantil.
Maracanaú	Bloco didático com salas de aula e banheiros e garagem dos veículos oficiais
Maranguape	Refeitório, quadra poliesportiva e bloco didático.
Pecém	Quadra poliesportiva, parque esportivo, área de convivência, laboratórios de energias renováveis e alojamento.
Sobral	Área de convivência, salas administrativas e salas de aula.
Tabuleiro do Norte	Ginásio poliesportivo, refeitório, salas de aula e laboratórios.
Tianguá	Área de Convivência, laboratórios, sala de integração de servidores, copa, refeitório, salas de aula.
Ubajara	Área de convivência, quadra poliesportiva e salas de aula.
Umirim	Biblioteca e ginásio

Fonte: levantamento da comissão central, 2018.

No entanto, é importante destacar que a execução das obras listadas no quadro 9 está condicionada à liberação de orçamento de capital pelo Governo Federal.

10. OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

Para a expansão da educação superior promovida pelo IFCE no estado do Ceará, a Educação a Distância tem fundamental importância à implantação das condições tanto estruturais como de pessoal, para que a instituição possa oferecer cursos nessa modalidade, contribuindo para o atendimento de metas estabelecidas neste PDI e a verticalização da escolaridade dos cidadãos cearenses.

10.1. Abrangência Geográfica

A Educação a Distância é uma modalidade que se caracteriza pela utilização de meios tecnológicos e pela possibilidade de flexibilização de tempo e espaço mediante a utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) por professores e, principalmente, por alunos. Por conta destas características, esta modalidade pode alcançar os mais variados rincões do estado do Ceará.

Portanto, o IFCE, por meio desta modalidade de ensino, pode ainda alcançar todo o estado e principalmente os municípios do entorno de seus *campi*, possibilitando pleno acesso ao conhecimento, a partir das tecnologias disponíveis, para aqueles que, de uma forma ou de outra, não dispõem de meios para frequentar uma sala de aula tradicional.

Em 2018, o ensino a distância do IFCE esteve presente nos seguintes municípios cearenses: Acaraú, Beberibe, Camocim, Campos Sales, Caucaia, Fortaleza, Itapipoca, Itarema, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Meruoca, Orós, Pacajús, Quixeramobim, São Gonçalo, Tauá e Ubajara.

Além dos polos atuais, estima-se que sejam criados outros 11 (onze) polos até 2023, embora não seja possível estabelecer, no momento de elaboração deste PDI, quais os locais de instalação dessas unidades.

10.2. Infraestrutura Física, Tecnológica e de Pessoal

No ano de 2017, foi implantado um grupo de trabalho, vinculado ao Fórum de Dirigentes de Ensino do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação

Profissional, Científica e Tecnológica (FDE/CONIF), com a finalidade de propor ações para a institucionalização da EAD na Rede Federal. Dessa forma, visando a atender as propostas definidas por esse grupo de trabalho, a Diretoria de Educação a Distância do IFCE apresenta as metodologias e as tecnologias adotadas, em consonância com os projetos pedagógicos dos cursos previstos.

Sendo assim, nesta seção, apresentam-se as possibilidades de modelos e metodologias para oferta de cursos EAD ou disciplinas a distância no âmbito do IFCE. Os modelos propostos preveem uma execução sem fomento externo e que podem ser utilizados mesclados ou adaptados conforme as especificidades.

A seguir, serão discriminados os itens de cada modelo a partir da consolidação de algumas realidades encontradas na Rede Federal:

- **Características principais:** descreve resumidamente as características que se destacam no modelo, tais como: as tecnologias utilizadas, a abordagem de planejamento e mediação utilizada, o atendimento presencial etc.
- **Níveis de curso:** informa os níveis de curso a que o modelo mais se adéqua: FIC, técnicos, graduações, pós-graduação *lato sensu*, pós-graduação *stricto sensu*.
- **Oferta de disciplinas:** informa um quantitativo sugerido de disciplinas ofertadas simultaneamente (apenas uma por vez, duas por vez, três etc.) e uma sugestão de tempo de execução das mesmas (um mês, 3 meses etc.).
- **Equipe do curso:** informa os componentes necessários à equipe, tais como: coordenador de curso; professores conteudistas (que planejam a disciplina e produzem o material); professores formadores, gestores ou simplesmente professores (que conduzem a disciplina, em geral são os mesmos professores conteudistas), professores mediadores (que realizam a atividade de mediação pedagógica de uma ou mais turmas, podendo ser os próprios professores das disciplinas), *designer* educacional, pedagogo, apoio pedagógico presencial, apoio administrativo presencial. Informa ainda se são docentes, técnicos administrativos da instituição ou contratados e se são do núcleo gestor de EAD, do ofertante

ou do polo de apoio presencial. Não consta aqui a equipe multidisciplinar de EAD que atua no núcleo gestor e atende a todos os cursos (como profissionais de produção e revisão de materiais, de áudio, vídeo, textos, AVA, de TI, etc.).

- **Tecnologias utilizadas:** descreve as tecnologias utilizadas, tais como: ambiente virtual de aprendizagem, transmissão via satélite, videoaulas, material impresso, plataformas de vídeo ou webconferência, animações, redes sociais, atendimento ao aluno por telefone ou *call center*, etc.

- **Planejamento e mediação:** descreve como se dá o planejamento das disciplinas e a mediação pedagógica pelos docentes da instituição, por exemplo: em um modelo de docência coletiva/compartilhada, os professores de uma disciplina atuam juntos no planejamento e cada um faz a mediação pedagógica de uma ou mais turmas, e um outro modelo tem um único docente que planeja a disciplina e outros docentes podem atuar apenas na mediação pedagógica.

- **Local dos polos presenciais:** descreve se os polos são *campi* da instituição, polos municipais utilizados pela UAB, polos estaduais utilizados pela e-Tec, escolas da rede municipal e estadual ou outros.

- **Estrutura dos polos presenciais:** informa a estrutura que o polo deve ter para atender a este tipo de curso. Refere-se a dois tipos diferentes: a estrutura de pessoal (ex: coordenador de polo ou profissional para atendimento administrativo, profissional de apoio pedagógico, profissional de TI etc.) e a estrutura física (ex: secretaria laboratório de informática, sala multiuso, laboratório específico, caso necessário, ambiente para aulas transmitidas *online*, tais como: kit de recepção de satélite, TV, som, computador, projetor, etc.). Deve-se atender à legislação vigente de credenciamento de polos presenciais.

- **Atendimento presencial:** descreve como pode ser realizado o atendimento presencial ao aluno. Se houver um profissional no polo para realizar esse atendimento, descrever se este profissional tem atribuições docentes (por exemplo: pode ser um docente do polo com parte da carga horária dedicada a essa atividade). Caso o polo tenha este profissional, mas ele não

tenha atribuições docentes, mas seja um apoio local para acesso do aluno ao ambiente, para aplicar provas etc, poderia ser um docente ou um técnico administrativo com parte da carga horária alocada para tal ou um aluno de algum curso da instituição. Se não houver um profissional local para esse tipo de atendimento, os professores do curso poderiam se deslocar até o polo para realização das atividades presenciais e atendimentos. Há ainda a possibilidade de parcerias ou algum fomento específico (por exemplo: com UAB ou eTEC) para pagamento desses profissionais nos polos ou para atuação voluntária quando houver necessidade e não houver algum já disponível. Outra possibilidade é essa atividade ser realizada por alunos de cursos de licenciatura, estagiários ou monitores.

- **Avaliações:** informa como se dão as atividades avaliativas presenciais e a distância, respeitada a legislação vigente.
- **Vantagens comuns:** descreve os impactos positivos do modelo/metodologia com relação a recursos financeiros e humanos necessários para implementar o curso, os impactos na matriz orçamentária, nos indicadores (como RAP, evasão), na qualidade do curso, na alocação de carga horária docente, adesão dos professores e gestores dos *campi* e polo, no quantitativo de alunos, etc.
- **Dificuldades comuns:** descreve os impactos negativos do modelo/metodologia com relação a recursos financeiros e humanos necessários para implementar o curso, os impactos na matriz orçamentária, nos indicadores (como RAP, evasão), na qualidade do curso, na alocação de carga horária docente, resistências dos professores e gestores dos *campi*-polo, no quantitativo de alunos, etc.
- **Outros aspectos:** descreve outros aspectos relevantes que não tenham sido abordados nos itens anteriores.

Modelo 1

Características principais: utiliza principalmente o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com atividades e avaliações a distância e presenciais; alguns docentes planejam disciplinas e outros realizam apenas a mediação pedagógica, com apoio presencial nos polos.

Níveis de curso: técnicos, graduações e pós-graduação *lato sensu*.

Oferta de disciplinas: depende do nível e do tipo do curso. Ex.: curso técnico em Informática com seis disciplinas concomitantes ocorrendo ao longo do semestre letivo.

Equipe do curso: coordenador do curso, professores (conteudistas e gestores), professores mediadores (Os professores gestores também devem ser mediadores, porém, dependendo da quantidade de polos, outros docentes podem assumir a atividade de mediação pedagógica de uma ou mais turmas.), *designer* educacional, pedagogo, apoio administrativo e pedagógico nos polos. De forma geral, os primeiros são efetivos do ofertante e os dois últimos são efetivos do *campus*-polo. No caso do apoio administrativo, pode ser um técnico administrativo com carga horária parcial para esta atividade. No caso do apoio pedagógico, um docente com carga horária parcial para esta atividade.

Tecnologias utilizadas: ambiente virtual de aprendizagem; videoaulas; material impresso; animações; redes sociais; plataformas de webconferência etc.

Planejamento e mediação: para cada disciplina, há um único docente que a planeja, com apoio do *designer* educacional e da equipe do núcleo gestor de EAD. Outros docentes atuam apenas na mediação pedagógica, porém o que planeja também realiza a mediação pedagógica. Ex: curso com três turmas: uma mediada pelo próprio professor que planejou a disciplina e as outras duas são mediadas por outros docentes.

Local dos polos presenciais: nos *campi* da instituição e/ou em ambientes cedidos a partir das parcerias com Municípios e/ou Estado.

Estrutura dos polos presenciais: estrutura física (compartilhada com outros cursos): secretaria, laboratório de informática, sala multiuso, laboratório específico (se for o caso), biblioteca, salas de aula.

Estrutura de pessoal: apoio administrativo para os alunos nos polos ou coordenação de polo; apoio pedagógico para atendimento presencial aos alunos (docentes).

Atendimento presencial: as atividades presenciais serão desenvolvidas nas dependências do polo de atendimento presencial e mediadas pelo docente que realiza o apoio pedagógico em tal polo, com orientações do professor da disciplina. A quantidade de encontros presenciais por semana ou mês depende da organização pedagógica das disciplinas, respeitado o limite previsto em lei, por exemplo, no caso nos cursos técnicos, 20% da carga horária deve ser presencial. As questões administrativas são analisadas e direcionadas pelo apoio administrativo ou coordenador do polo.

Avaliações: avaliações virtuais realizadas no AVA, por meio de questionários, participação em fóruns, entrega de trabalhos, etc., e avaliações presenciais realizadas no polo presencial aplicadas pelo apoio pedagógico presencial. Podem ser do tipo provas ou em outro formato, como apresentação de trabalho. No último caso, pode-se ter transmissão *online* das apresentações aos professores mediadores da disciplina ou gravação delas pelo apoio pedagógico presencial para posterior envio aos professores mediadores. A periodicidade das avaliações depende do tipo de curso e da forma de oferta das disciplinas, por exemplo: no caso do curso técnico com disciplinas concomitantes semestrais, pode-se ter uma avaliação presencial no meio e outra no fim de cada disciplina.

Vantagens comuns:

- Carga horária docente: uma vez que um único professor por disciplina realiza o planejamento, ganha-se em termos de carga docente, pois os demais professores apenas contabilizarão carga horária para mediação pedagógica.

- Aumento do número de alunos: como alguns docentes ficam menos sobrecarregados em termos de carga horária, podem ser alocados para novas turmas, aumentando o número de alunos.
- Aumento de recursos na matriz e melhoria de indicadores: com maior número de alunos, aumenta-se o recurso na matriz orçamentária e os indicadores como a RAP (relação aluno-professor).
- Facilidade de acesso e maior flexibilidade: o uso prioritário do AVA depende essencialmente do aluno dispor de computador e boa conexão com a internet.
- Maior sentimento de pertencimento do aluno e menor possibilidade de evasão, uma vez que o aluno tem apoio presencial no polo.
- Oferta de cursos no interior ou em regiões onde o ofertante não alcança.

Dificuldades comuns:

- Resistências docentes: dificuldades em alocar docentes para realizar a mediação pedagógica, por estarem subordinados a outro professor ou por considerarem que a carga horária para tal atividade não é suficiente.
- Resistências dos *campi*-polo, uma vez que estariam cedendo estrutura física e pessoal para um curso que não é seu. Em geral, é preciso trabalhar algum tipo de contrapartida, como rateio de recursos financeiros, ou fortalecer o trabalho em rede.

Outros aspectos: no caso de não se dispor de profissionais efetivos nos polos presenciais para o apoio administrativo e pedagógico aos alunos, uma opção é se utilizar de algum tipo de fomento externo para contratação desses profissionais.

Modelo 2

Características principais: utiliza principalmente o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com atividades e avaliações a distância e presenciais, docência coletiva ou compartilhada, sem apoio presencial pedagógico nos polos.

Níveis de curso: graduações e pós-graduações *lato sensu*.

Oferta de disciplinas: depende do nível e do tipo do curso, por exemplo: Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais com duas disciplinas concomitantes por vez, ocorrendo ao longo de seis semanas.

Equipe do curso: coordenador do curso, professores, designer educacional, pedagogo, apoio administrativo nos polos. De forma geral, os primeiros são efetivos do ofertante e o último é efetivo do *campus*-polo, podendo ser um técnico administrativo com carga horária parcial para essa atividade.

Tecnologias utilizadas: ambiente virtual de aprendizagem; videoaulas; material impresso; animações; redes sociais; plataformas de webconferência etc.

Planejamento e mediação: para cada disciplina um grupo de docentes (em geral, dois ou três) planeja junto. Depois, cada docente fica responsável pela mediação pedagógica de uma ou mais turmas.

Local dos polos presenciais: nos *campi* da instituição e/ou em ambientes cedidos a partir das parcerias com Municípios e/ou Estado.

Estrutura dos polos presenciais: estrutura física (compartilhada com outros cursos): secretaria, laboratório de informática, sala multiuso, laboratório específico (se for o caso), biblioteca, salas de aula.

Estrutura de pessoal: apoio administrativo para os alunos nos polos ou coordenação de polo.

Atendimento presencial: com relação à parte administrativa, os alunos recebem apoio do coordenador de polo, que esclarece suas dúvidas e faz os encaminhamentos ao ofertante, que é responsável por tratar questões como matrícula, assistência estudantil, solicitação de documentos etc. Com relação à parte pedagógica, ocorre apenas nos momentos de atividades presenciais com os próprios professores da disciplina, que precisam se deslocar para o polo onde estão responsáveis pela mediação pedagógica. A quantidade de encontros

presenciais por semana ou mês depende da organização pedagógica das disciplinas, respeitado o limite previsto em lei, por exemplo: no caso de uma pós-graduação *lato sensu*, essas atividades podem-se limitar aos momentos de avaliação presencial.

Avaliações: avaliações virtuais realizadas no AVA, por meio de questionários, participação em fóruns, entrega de trabalhos, etc., e avaliações presenciais realizadas no polo presencial e aplicadas pelo próprio professor. Podem ser do tipo provas ou outro formato, como apresentação de trabalho. A periodicidade das avaliações depende do tipo de curso e da forma de oferta das disciplinas, por exemplo: no caso de uma pós-graduação *lato sensu* com duas disciplinas concomitantes, pode ser realizada uma avaliação interdisciplinar ao final de cada dupla de disciplinas, com os conteúdos sendo avaliados pelas duas disciplinas.

Vantagens comuns:

- Tendência de maior qualidade, uma vez que para cada disciplina há um grupo de docentes que atua no seu planejamento e são esses mesmos que fazem a mediação a distância e a presencial com os alunos, o que tende a motivar mais os alunos.
- Facilidade de acesso e maior flexibilidade: o uso prioritário do AVA depende essencialmente do aluno dispor de computador e boa conexão com a internet.
- Mais atividades interdisciplinares: o modelo de disciplinas duas a duas (como no exemplo) favorece o planejamento de atividades e avaliações interdisciplinares, o que traz uma série de benefícios, como: maior aplicabilidade do conteúdo na prática pelos alunos, aumento da motivação, menor quantidade de atividades e menor quantidade de deslocamentos aos polos pelos alunos, uma vez que uma mesma atividade pode ser avaliada por olhares distintos, de acordo com cada disciplina.
- Maior aceitação dos docentes, uma vez que possuem carga horária tanto para planejar a disciplina como para mediação pedagógica e não ficam uns subordinados aos outros.
- Maior proximidade dos professores e alunos, uma vez que os próprios docentes realizam a mediação pedagógica.

Dificuldades comuns:

- Carga horária docente: consome-se maior carga horária docente, em relação ao modelo 1, uma vez que para cada disciplina há um grupo de docentes que atua no seu planejamento.
- Menor quantidade de alunos: com os docentes mais alocados, há menos carga horária disponível para atuar em novas turmas e, no caso das especializações, para orientação dos trabalhos de conclusão de curso. Isso ocasiona atendimento de um menor número de cursos e alunos em relação ao modelo 1.
- Menos recursos na matriz e indicadores piores: com menos alunos, diminui-se o recurso na matriz orçamentária e os indicadores, como RAP.
- Resistências dos *campi*-polo, uma vez que estariam cedendo estrutura física e pessoal para um curso que não é seu. Em geral, é preciso trabalhar algum tipo de contrapartida, como rateio de recursos financeiros, ou fortalecer o trabalho em rede; porém a resistência aqui é menor que no modelo anterior, uma vez que não está sendo alocada carga horária docente dos polos presenciais.
- Resistências em ter polos no interior: uma vez que os docentes precisam se deslocar para os polos para as atividades presenciais, em geral optam por locais mais próximos de onde atuam ou residem.
- Menor sentimento de pertencimento do aluno: uma vez que o aluno não tem um atendimento presencial regular (a não ser nos momentos de avaliação), isso pode dificultar o sentimento de pertencimento e ser um problema para aquelas que têm maior dificuldade.
- Pode haver maior dificuldade em utilizar este modelo em cursos como os de licenciatura ou que exijam maior quantidade de atividades práticas presenciais, devido à maior necessidade de deslocamentos dos professores, o que pode ser minimizado se o polo for próximo ao local de trabalho dos professores.

Modelo 3

Características principais: utiliza principalmente a transmissão de aulas *online*, complementadas com recursos disponibilizados no AVA, com atividades e avaliações a distância e presenciais.

Níveis de curso: técnicos, graduações e pós-graduação *lato sensu*.

Oferta de disciplinas: depende do nível e do tipo do curso, por exemplo: curso técnico concomitante com o ensino médio com disciplinas concomitantes ocorrendo ao longo do ano letivo.

Equipe do curso: coordenador do curso, professores (conteudista e gestores), professores mediadores, *designer* educacional, pedagogo, apoio administrativo e pedagógico nos polos. De forma geral, os professores mediadores não são profissionais do ofertante, mas dos polos, seja dos *campi* da instituição, seja de instituições parceiras. Os demais são efetivos da instituição.

Tecnologias utilizadas: transmissão de aulas ao vivo, via satélite ou internet, se possível; ambiente virtual de aprendizagem; material impresso; animações; redes sociais; plataformas de web conferência; etc.

Planejamento e mediação: os professores elaboram o material em períodos anteriores e ministram aulas pelo modelo telepresencial uma vez por semana. A mediação pedagógica é realizada nos polos presenciais por profissionais das instituições parceiras.

Local dos polos presenciais: em geral, em ambientes determinados a partir das parcerias com Municípios e/ou Estado ou nos *campi* da instituição.

Estrutura dos polos presenciais: estrutura física (compartilhada com outros cursos): secretaria; laboratório de informática; sala multiuso; laboratório específico, se for o caso); biblioteca, salas de aula, devidamente equipado para recepção e acomodação dos alunos em aulas transmitidas (kit de recepção de satélite, TV, som, computador, projetor).

Estrutura de pessoal: os professores e técnicos administrativos das instituições parceiras ou dos *campi*-polo fazem o atendimento pedagógico e administrativo presencial, respectivamente.

Atendimento presencial: ocorre nos momentos destinados às práticas, aulas e atividades presenciais, nos polos de apoio. As aulas acontecem ao vivo, em horários específicos, e são acompanhadas presencialmente pelos alunos. Durante a transmissão das aulas, faz-se necessária a presença de um profissional para atuar como mediador. Esse mediador pode ser um profissional da instituição, nos polos do Instituto, ou um profissional das instituições parceiras, nos casos de polos externos.

Avaliações: avaliações, geralmente do tipo prova, realizadas presencialmente nos polos e aplicadas pelo apoio pedagógico presencial, que, em geral são professores de instituições parceiras ou dos *campi*-polo. A periodicidade das avaliações depende do tipo de curso e da forma de oferta das disciplinas, por exemplo: no caso do curso técnico concomitante, ocorrem com a mesma frequência que as disciplinas presenciais, podendo ser bimestrais.

Vantagens comuns:

- Grande quantidade de alunos, uma vez que permite a transmissão de aulas a muitos locais ao mesmo tempo, com um único professor do ofertante alocado por disciplina.
- Aumento de recursos na matriz e melhoria de indicadores: com maior número de alunos, aumenta-se o recurso na matriz orçamentária e os indicadores como a RAP (relação aluno-professor).
- Carga horária docente: uma vez que um único professor do ofertante é alocado por disciplina, ganha-se em termos de disponibilidade docente, pois os demais professores podem atuar em outros cursos ou outras disciplinas do mesmo curso.
- Não é necessário manter os polos: com as parcerias com governo do estado e prefeituras, estas são responsáveis em subsidiar os polos presenciais e, em alguns casos, ceder profissionais para apoio aos cursos.
- Menor evasão: como o professor mediador presencial está presente semanalmente com os alunos, a proximidade é grande, e isso diminui a evasão.
- Grande capilaridade: a possibilidade de contar com parcerias de outras instituições permite levar o curso a locais remotos, a que a instituição teria dificuldades de levar de outro modo.

- Para a principal parte do curso, o aluno não precisa dispor de qualquer recurso, uma vez que as aulas são transmitidas nos polos presenciais.

Dificuldades comuns:

- A logística para cuidar de um grande número de polos é difícil para os professores e para o coordenador de curso e por vezes gera problemas de comunicação.
- Quando há problemas de transmissão das aulas *online* (como para locais muito remotos), os alunos ficam prejudicados; porém, o problema pode ser minimizado com as aulas sendo gravadas e transmitidas posteriormente, embora se perca o momento de interação com o professor.
- As parcerias com Municípios e/ou Estado podem representar problemas a serem administrados quando da troca de gestão.
- Conflito na referência de instituição pelo aluno: como a interação física do aluno é com o polo, quando este não é da instituição, pode-se gerar um conflito de pertencimento do aluno à instituição ou ao polo.
- O acompanhamento aos alunos pode ficar prejudicado: se, por um lado, os alunos têm grande contato com o mediador presencial, em geral de outra instituição devido ao grande número de alunos, o acompanhamento pelo professor da disciplina pode ficar limitado.

Modelo 4

Características principais: não possui atividades e atendimentos presenciais, respeitada a legislação. Baseia-se em ambientes virtuais de aprendizagem ou ambientes específicos para cursos MOOC.

Níveis de curso: FIC (formação inicial e continuada).

Oferta de disciplinas: em geral, trata-se de uma única disciplina. Quando mais de uma, no geral, uma disciplina por vez.

Equipe do curso: coordenador do curso, se necessário, que pode ser único para todos ao invés de um coordenador por curso, uma vez que se trata de cursos menores; docente conteudista; docente mediador (se necessário); *designer* educacional.

Tecnologias utilizadas: ambiente virtual de aprendizagem; ambientes para cursos MOOC; videoaulas; material impresso; animações; etc.

Planejamento e mediação: um docente realiza o planejamento da disciplina. No caso de cursos MOOC, não há mediação pedagógica, e o curso se dá por meio de autoestudo pelos alunos. No caso de cursos FIC com mediação pedagógica, o acompanhamento e a mediação das atividades a distância são realizados pelo docente responsável por cada turma, que pode ser o próprio docente que planejou a disciplina ou outro.

Local dos polos presenciais: não há.

Estrutura dos polos presenciais: não há.

Atendimento presencial: não há.

Avaliações: avaliações virtuais realizadas no AVA por meio de questionários, participação em fóruns, entrega de trabalhos, etc. No caso de MOOCs, a correção das avaliações é automática e, no caso de cursos FIC com mediação pedagógica, é realizada de forma automática e/ou pelos professores mediadores.

Vantagens comuns:

- Grande quantidade de alunos e maior capilaridade, uma vez que todas as atividades são a distância e não necessita de equipe e estrutura para atendimento presencial.
- Aumento de recursos na matriz e melhoria de indicadores: com maior número de alunos, aumenta-se o recurso na matriz orçamentária e os indicadores como a RAP (relação aluno-professor), apesar de cursos dessa natureza pouco se contabilizarem na matriz e nos indicadores.

- Carga horária docente: uma vez que um único professor do ofertante é alocado por disciplina, ganha-se em termos de disponibilidade docente, pois os demais professores podem atuar em outros cursos ou outras disciplinas do mesmo curso.
- Maior flexibilidade para os alunos, uma vez que não precisam se deslocar aos polos para atividades e avaliações presenciais.

Dificuldades comuns:

- Requer maior autonomia do aluno devido à ausência de acompanhamento presencial e, no caso de cursos MOOC, ausência ainda de acompanhamento a distância.
- Maior evasão: no caso de dificuldades, muitos alunos acabam evadindo. No caso de cursos MOOC, isso ocorre, ainda, pela natureza do curso, em que os alunos muitas vezes procuram para atender a uma necessidade específica e não necessariamente para obter um certificado.
- É necessário estabelecer uma forma de matrícula, avaliação do aluno e certificação em cursos MOOC. Outros aspectos: Com os valores atuais descentralizados por aluno, o impacto na matriz orçamentária ainda não agrega grande valor à instituição.

Modelo 5

Características principais: disciplinas a distância em cursos presenciais. Pode ser: uma disciplina inteira em um curso presencial; parcial; apenas apoio; uma disciplina a distância comum a vários cursos.

Níveis de curso: técnicos, graduações, pós-graduação *lato sensu* e pós-graduação *stricto sensu*.

Oferta de disciplinas: depende do projeto do curso. Equipe do curso: compreende o mesmo quadro de profissionais já utilizados na estrutura do curso presencial. Opcionalmente, pode ser um professor de um *campus* ofertando uma disciplina para um outro *campus* que não possui tal profissional.

Tecnologias utilizadas: ambiente virtual de aprendizagem; videoaulas; material impresso; animações; etc.

Planejamento e mediação: o docente realiza o planejamento da disciplina e a mediação das atividades a distância bem como das atividades e avaliações presenciais.

Local dos polos presenciais: as atividades presenciais serão desenvolvidas nas dependências do próprio *campus* ofertante do curso.

Estrutura dos polos presenciais: não é necessária estrutura específica no polo de apoio presencial.

Atendimento presencial: as atividades presenciais serão desenvolvidas nas dependências do próprio *campus* ofertante e realizadas sob a orientação e acompanhamento do docente responsável pela disciplina. No caso de um docente de um *campus* ofertar a disciplina para outro *campus*, ou este docente se deslocará para o *campus*-polo nos momentos presenciais ou um professor do *campus*-polo será designado para o atendimento presencial.

Avaliações: avaliações virtuais realizadas no AVA por meio de questionários, participação em fóruns, entrega de trabalhos, etc., e avaliações presenciais realizadas no polo presencial e aplicadas pelos próprios docentes ou por um apoio pedagógico presencial, quando o professor for de outro *campus* e não puder se deslocar ao polo. Podem ser do tipo provas ou outro formato de avaliação, como apresentação de trabalho. A periodicidade das avaliações é a mesma das outras disciplinas presenciais.

Vantagens comuns:

- Menor estrutura de pessoal, uma vez que se utiliza do mesmo pessoal do presencial.
- Maior flexibilidade para os alunos e docentes, uma vez que não precisam se deslocar aos polos para aulas dessa disciplina.

- Possibilidade de os *campi* ofertarem as disciplinas de que necessitam quando não possuírem certos professores em seu quadro de pessoal, contando com docentes de outros *campi*.
- Maior possibilidade de atender a vários *campi* da instituição ao mesmo tempo.

Dificuldades comuns:

- Requer capacitação em EAD de todos os docentes da instituição, para estarem aptos a atuar nessa modalidade e não utilizar o AVA apenas como repositório de arquivos.
- Prejuízo nos indicadores e matriz orçamentária: no caso de docentes de um *campus* atuarem em disciplinas de outro *campus*, como o aluno não é do *campus* que está cedendo o professor, este fica prejudicado, pois é utilizada carga horária docente, e os alunos não se contabilizam em seus indicadores e em sua matriz orçamentária, sendo necessário pensar ações de contrapartida.

10.3. Previsão da Capacidade de Atendimento

Estima-se que do total dos alunos matriculados nos cursos regulares do IFCE, 30% sejam alunos da EAD.

11. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

11.1. Orçamento Anual

A gestão orçamentária e financeira do IFCE consiste em estabelecer e supervisionar a implementação de diretrizes voltadas para a eficiência e economicidade no emprego dos recursos orçamentários e financeiros da instituição.

Nessa perspectiva, cabe à Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROAP) a competência de distribuir os tetos orçamentários anuais para os *campi* e Reitoria, de modo que se garantam as ações acadêmicas e administrativas de cada unidade.

Devido à natureza autárquica do IFCE, a sua sustentabilidade financeira depende, majoritariamente, dos recursos repassados pelo Governo Federal. Esses recursos constituem o orçamento anual e são empregados para arcar com despesas de custeio, investimentos e pagamento do pessoal ativo, inativos e pensionistas.

11.1.1. Processo de Formação do Orçamento Anual

O orçamento anual do IFCE é proveniente da previsão das receitas do Governo Federal, que, por sua vez, dependem essencialmente da arrecadação dos tributos de sua competência. Desta forma, quanto melhor a previsão de arrecadação maiores são as chances de um melhor orçamento.

No entanto, além dos recursos repassados pelo Governo Federal, o IFCE possui alguns *campi* que geram receitas próprias mediante a venda de produtos provenientes do processo de ensino-aprendizagem de determinados cursos. Destaca-se ainda que os valores recebidos de inscrições de concursos e processos seletivos, assim como dos espaços alugados para serviços terceirizados (cantinas), também são fontes de receitas para o IFCE. Somado a isso, o IFCE conta também com recursos captados via convênios com instituições públicas e privadas e emendas parlamentares.

O orçamento anual, também chamado de Orçamento de Custeio e Capital (OCC), é destinado para o IFCE por meio da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação, com base em um modelo matemático denominado de Matriz CONIF. Essa

matriz é elaborada pelo Fórum de Administração e Planejamento (FORPLAN) e, posteriormente, homologada pelo CONIF e a Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), tendo por objetivo distribuir os recursos orçamentários entre as unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Rede EPT).

O montante dos recursos orçamentários da Matriz CONIF procura atender os grupos como: Recursos para funcionamento e investimentos, Ensino a Distância, Assistência Estudantil e Extensão Tecnológica, Pesquisa Aplicada e Inovação.

A metodologia de construção da Matriz CONIF considera essencialmente a quantidade de alunos ativos, carga horária dos cursos, duração dos cursos, peso dos cursos e bonificações, sendo esses dados coletados na Plataforma Nilo Peçanha, e, a partir deles, são realizados os cálculos de equalização, ponderação e bonificação das matrículas.

A equalização consiste em equiparar todos os ciclos ofertados, conforme as suas respectivas cargas horárias em relação à carga horária padrão de 800 horas anuais e dias ativos do ciclo no período analisado. Com isso se obtém a chamada Matrícula Equalizada.

A ponderação é realizada em seguida e tem como objetivo atribuir os pesos relativos aos custos de cada curso, obtendo-se, assim, a Matrícula Ponderada.

Por fim, é atribuída uma “bonificação” para as matrículas dos cursos agropecuários, tendo em vista a premissa de que cursos agropecuários têm um custo de manutenção superior aos demais.

Como resultado, obtém-se o total de matrículas ponderadas, o qual é maior que o total de alunos presenciais, considerando-se os pesos e fatores atribuídos. Logo após, aplica-se uma média entre o total das matrículas ponderadas do primeiro e segundo semestre do ano anterior para se chegar ao valor final, que retrata o esforço e a representatividade do IFCE na fração do orçamento da Rede EPT.

11.1.2. Ações Orçamentárias

Para alcançar os objetivos dos programas definidos no Plano Plurianual do Governo Federal, o orçamento público estabelece as chamadas ações orçamentárias. Elas representam as operações que resultam em produtos (bens/serviços) para atender às necessidades da sociedade ou entes da federação.

No âmbito do IFCE, o orçamento de custeio e capital é constituído pelas seguintes ações:

- **Ação 20RL – Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica:** trata-se da principal ação para o funcionamento do IFCE envolvendo as despesas de custeio e capital. O produto desta ação é o número de estudantes matriculados.
- **Ação 2994 – Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica:** trata-se do principal recurso destinado ao fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte e outras ações de assistência ao aluno que contribuam para o acesso, permanência e bom desempenho dos estudantes. O produto desta ação é o número de benefícios concedidos.
- **Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação:** conforme expresso no título, essa ação destina recursos para a capacitação dos servidores do IFCE. Portanto, o produto desta ação é o número de servidores capacitados.
- **Ação 20RG – Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica:** trata-se de recursos destinados à expansão e reestruturação das unidades mais antigas do IFCE. O produto desta ação é o número de projetos de infraestrutura realizados.

11.2. Evolução da Matriz Orçamentária

Durante o período de 2014 a 2017, o IFCE registrou uma despesa total de R\$ 1 363 450 224 referente a pessoal, benefícios e encargos sociais, a qual representou 66,46% da dotação orçamentária autorizada para o período. Já o aporte de recursos nas despesas de custeio foi de R\$ 450 368 302 e as despesas de investimentos na ordem de R\$ 237 753 322, representando 21,95% e 11,59%, respectivamente, da dotação orçamentária autorizada, durante o período de 2014 a 2018.

A tabela 13 mostra a evolução das despesas no período analisado:

Tabela 13 – Orçamento autorizado no período 2014-18

Grupo de despesa	2014	2015	2016	2017	2018	2014-2018
Pessoal	266 410 128	352 419 780	325 043 911	419 576 405	595.485.568	1 363 450 224
Custeio	102 519 516	108 022 701	118 764 304	121 061 781		450 368 302
Investimento	83 500 351	63 535 927	45 358 522	9 839 883		202 234 683
Total	452 429 995	523 978 408	489 166 737	550 478 069		2 016 053 209

Fonte: extraído do SIAFI em 07/11/2018.

Cabe destacar que, ao se comparar o orçamento de 2014 com o orçamento de 2017, percebem-se um acréscimo de 57,49% nas despesas de pessoal e um decréscimo de 88,22% nas despesas de investimentos. Ressalta-se, no entanto, que o crescimento das despesas de pessoal esteve diretamente relacionado com a expansão de novas unidades no interior do estado do Ceará, uma vez que resultou na demanda de contratação de novos servidores.

No que diz respeito às despesas de investimentos, essas apresentaram uma trajetória inversa à da expansão, pois, enquanto novas unidades surgiam com necessidades de adequação da infraestrutura física e de aparelhamento para o seu funcionamento, a capacidade de investimento do IFCE sofria uma drástica redução.

É importante registrar ainda que o crescimento do orçamento destinado às despesas de custeio, durante o período 2014-17, não acompanhou a necessidade de contratação de serviços e aquisições de bens de consumo necessários ao bom funcionamento do IFCE, pois, nesse mesmo período, houve um crescimento aproximado de 300%¹ da quantidade de alunos matriculados, enquanto o orçamento de custeio sofreu uma variação positiva de apenas 18,09%.

Diante desse cenário, o IFCE tem priorizado as despesas essenciais para o seu funcionamento, visando, mesmo diante dessas dificuldades, a assegurar uma prestação de serviços, com excelência, à sociedade.

Portanto, para se adaptar à nova realidade orçamentária, o IFCE tem planejado metas de redução de consumo de água, energia e outros custos de manutenção, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro para os próximos anos.

¹ Conforme consulta realizada no IFCE em números, no dia 08/11/18, o IFCE registrou, no semestre 2014/2, um total de 5 318 alunos matriculados, enquanto no semestre 2017/2 o total registrado foi de 23 196 alunos matriculados.

11.3. Previsão Orçamentária Para o Período 2019-23

Para realizar a previsão orçamentária do IFCE para os anos de 2019 a 2023, foi considerado o disposto na Emenda Constitucional 95/2016, na qual foi instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros.

Nesse sentido, o art. 1º da EC 95/2016 acrescenta o artigo 107 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no qual fica estabelecido que, a partir do exercício financeiro de 2018, o limite individualizado das despesas primárias do Poder Executivo equivalerá ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de doze meses, encerrado em junho do exercício anterior a que se refere à lei orçamentária.

Como o IPCA representa o índice oficial da inflação no Brasil, utilizou-se para a previsão orçamentária do IFCE a estimativa da inflação para o período 2018 a 2021, com base nas Resoluções do Banco Central nº 4.499/2016, 4.582/2017 e 4. 671/2018. De acordo com essas Resoluções, as estimativas são as seguintes:

- Ano 2018 – meta de inflação para 4,50% com intervalo de tolerância de $\pm 1,50\%$;
- Ano 2019 – meta de inflação para 4,25% com intervalo de tolerância de $\pm 1,50\%$;
- Ano 2020 – meta de inflação para 4,00% com intervalo de tolerância de $\pm 1,50\%$;
- Ano 2021 – meta de inflação para 3,75% com intervalo de tolerância de $\pm 1,50\%$.

Dessa forma, a partir dessas estimativas, apresentamos a previsão orçamentária do IFCE para os anos de 2019 a 2022, levando em consideração três possíveis cenários:

- Cenário 01 – inflação de acordo com a meta prevista;
- Cenário 02 – inflação de acordo com o intervalo de tolerância de + 1,50%;
- Cenário 03 – inflação de acordo com o intervalo de tolerância de - 1,50%.

Sendo assim, a estimativa orçamentária do exercício financeiro atual corresponde à dotação orçamentária autorizada na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício anterior, indexada a inflação estimada para o exercício. Para melhor ilustração segue a equação utilizada:

Previsão orçamentária do exercício n = LOA do exercício n-1 x [1 + (i_{n-1}/100)]

Onde:

n = exercício financeiro atual

n - 1 = exercício financeiro anterior

i_{n-1} = estimativa de inflação do exercício financeiro anterior

A tabela 14 apresenta a previsão orçamentária para os anos de 2019 a 2022, com base no cenário 1:

Tabela 14 – Cenário 1: Previsão Orçamentária do IFCE para 2019-22

Grupo de despesa	LOA 2018	2019	2020	2021	2022
Pessoal	456 563 101	477 108 441	497 385 549	517 280 971	536 679 008
Custeio	129 840 732	135 683 565	141 450 116	147 108 121	152 624 676
Investimento	11 971 735	12 510 463	13 042 158	13 563 844	14 072 488
Total	598 375 568	625 304 488	651 879 928	677 955 125	703 378 443

Nota: Meta de inflação estimada pelo BACEN – 2018: 4,50%; 2019: 4,25%; 2020: 4,00% e 2021: 3,75%.

Fonte: elaboração própria.

A tabela 15 apresenta a previsão orçamentária para os anos de 2019 a 2022, com base no cenário 2:

Tabela 15 – Cenário 2: Previsão Orçamentária do IFCE para 2019-22

Grupo de despesa	LOA 2018	2019	2020	2021	2022
Pessoal	456 563 101	483 956 887	511 784 408	539 932 551	568 279 009
Custeio	129 840 732	137 631 176	145 544 969	153 549 942	161 611 314
Investimento	11 971 735	12 690 039	13 419 716	14 157 801	14 901 085
Total	598 375 568	634 278 102	670 749 093	707 640 293	744 791 408

Nota: Meta de inflação estimada pelo BACEN com tolerância de + 1,5% – 2018: 6,00%; 2019: 5,75%; 2020: 5,50% e 2021: 5,25%.

Fonte: elaboração própria.

A tabela 16 apresenta a previsão orçamentária para os anos de 2019 a 2022, com base no cenário 3:

Tabela 16 – Cenário 3: Previsão Orçamentária do IFCE para 2019-22

Grupo de despesa	LOA 2018	2019	2020	2021	2022
Pessoal	456 563 101	470 259 994	483 192 144	495 271 947	506 415 566
Custeio	129 840 732	133 735 954	137 413 693	140 849 035	144 018 138
Investimento	11 971 735	12 330 887	12 669 986	12 986 736	13 278 938
Total	598 375 568	616 326 835	633 275 823	649 107 719	663 712 642

Nota: Meta de inflação estimada pelo BACEN com tolerância de - 1,5% – 2018: 3%; 2019: 2,75%; 2020: 2,50% e 2021: 2,25%.

Fonte: elaboração própria.

Portanto, para o planejamento das suas ações administrativas e acadêmicas, o IFCE observa os limites orçamentários autorizados na LOA de acordo com os cenários apresentados. Dessa forma, minimizam-se os riscos de planejamento de projetos incompatíveis com a disponibilidade orçamentária da instituição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Federal nº 5.773, de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1 - 20/7/2010, Página 5 (Publicação Original).

_____. Decreto nº 22.470, de 20 de janeiro de 1947. Fixa a rede de estabelecimento de ensino agrícola no território nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1 - 23/1/1947, Página 1017 (Publicação Original).

_____. Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1 - 24/2/2006, Página 3 (Publicação Original).

_____. Decreto nº 52.666, de 11 de outubro de 1963. Aprova o Regimento da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1 - 25/10/1963, Página 9009 (Publicação Original).

_____. Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009. Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1 - 30/4/2009, Página 4 (Publicação Original).

_____. Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1 - 22/5/1967, Página 5543 (Publicação Original).

_____. Decreto nº 7.311, de 22 de setembro de 2010. Dispõe sobre os quantitativos de lotação dos cargos dos níveis de classificação "C", "D" e "E" integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculados ao Ministério da Educação, e altera o Decreto nº 7.232, de 19 de julho de 2010. Decreto nº 7.311, de 22 de setembro de 2010. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1 - 23/9/2010, Página 11 (Publicação Original).

_____. Decreto nº 7.312, de 22 de setembro de 2010. Dispõe sobre o banco de professor-equivalente de educação básica, técnica e tecnológica, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1 - 23/9/2010, Página 12 (Publicação Original).

_____. Decreto nº 83.935, de 04 de setembro de 1979. Altera a denominação dos estabelecimentos de ensino que indica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1 - 5/9/1979, Página 12890 (Publicação Original).

_____. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1 - 18/12/2017, Página 2 (Publicação Original).

_____. Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1 - 23/8/1946, Página 12019 (Publicação Original).

_____. Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, Seção 1 - 15/4/2004, Página 3 (Publicação Original).

_____. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, Seção 1 - 10/1/2003, Página 1 (Publicação Original).

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, Seção 1 - 15/4/2004, Página 3 (Publicação Original).

_____. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, Seção 1 - 13/1/2005, Página 1 (Publicação Original).

_____. Lei nº 11.645, 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática

"História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, Seção 1 - 11/3/2008, Página 1 (Publicação Original).

_____. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, Seção 1 - 17/7/2008, Página 5 (Publicação Original).

_____. Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008. Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, Seção 1 - 23/9/2008, Página 1 (Publicação Original).

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação, LAI. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, Seção 1 - Edição Extra - 18/11/2011, Página 1 (Publicação Original).

_____. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, Seção 1 - 31/12/2012, Página 1 (Publicação Original).

_____. Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, Seção 1 - 10/12/1993, Página 18937 (Publicação Original).

_____. Portaria Interministerial nº 149, de 13 de junho de 2011, dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação. Autoriza a contratação por tempo determinado, com fundamento no art. 2º, inciso X, da Lei No- 8.745, de 1993, de 3.315 (três mil, trezentos e quinze) professores, no âmbito do Ministério da Educação, para atender demandas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG, bem como do Colégio Pedro II. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, publicado em 13/06/2011, seção 1, p. 77.

_____. Portaria nº 1.287, de 21 de setembro de 2011, do Ministério da Educação. Política do Professor Substituto.

_____. Portaria nº 1.383 de 31 de outubro de 2017. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância

do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, publicado em 01/11/2011.

_____. Portaria nº 130, de 23 de fevereiro de 2012, do Ministério da Educação. Política do Professor Substituto.

_____. Portaria nº 17 de 11 de maio de 2016, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Estabelecer diretrizes gerais para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, publicado em 13/05/2016, edição 91, seção 1, p. 50.

_____. Portaria nº 246 de 15 de abril de 2016, do Ministério da Educação. Dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, publicado em 11/05/2016, edição 89, seção 1, p. 30.

_____. Portaria nº 315, de 04 de abril de 2018, do Gabinete do Ministro da Educação. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, publicado em 05/04/2018.

_____. Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013, do Ministério da Educação/Gabinete do Ministro. Dispõe sobre a autorização de funcionamento dos campi que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, publicado em 24/04/2013, edição 78, seção 1, p. 14.

_____. Portaria nº 331, de 23 de abril de 2013, do Ministro de Estado da Educação. Dispõe sobre os campi que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, publicado em 24/04/2013.

_____. Portaria nº 378/MEC, de 09 de maio de 2016, do Ministério da Educação/Gabinete do Ministro. Dispõe sobre a autorização de funcionamento de unidades dos Institutos Federais e atualiza a relação de unidades que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, publicado em 10/05/2016, edição 88, seção 1, p. 19.

_____. Portaria nº 687, de 08 de Junho de 2008, do Ministro de Estado da Educação. Instalação e o funcionamento da Unidade de Ensino Descentralizada – UNED em Limoeiro do Norte.

_____. Portaria Normativa nº 03, de 25 de março de 2013, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Institui as diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federal, que visam orientar os órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, publicado em 27/03/2013, seção 1, p. 77.

_____. Resolução nº 005 de 29 de janeiro de 2018, do Conselho Superior do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia do Ceará. Aprova as alterações nos artigos 10A, 10B e 10C do regimento geral.

_____. Resolução nº 007 de 04 de março de 2016, do Conselho Superior do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia do Ceará. Aprova o Regimento Geral do IFCE.

_____. Resolução nº 100 de 27 de setembro de 2017, do Conselho Superior do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia do Ceará. Aprova o Regulamento para Criação, Suspensão de Oferta de Novas Turmas, Reabertura e Extinção de Cursos do IFCE.

_____. Resolução nº 11, de 23 de março de 2015, do Conselho Superior do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia do Ceará. Aprova a alteração no artigo 6º do Regimento Geral do IFCE.

_____. Resolução nº 24, de 22 de junho de 2015, do Conselho Superior do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia do Ceará. Aprova a Política de Assistência Estudantil do IFCE.

_____. Resolução nº 33, de 22 de junho de 2015, do Conselho Superior do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia do Ceará. Aprova o Projeto Político Institucional.

_____. Resolução nº 35, de 22 de junho de 2015, do Conselho Superior do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia do Ceará. Aprova o Regulamento da Organização Didática (ROD).

_____. Resolução nº 40, de 14 de setembro de 2015, do Conselho Superior do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia do Ceará. Aprova as alterações no Estatuto do IFCE.

_____. Resolução nº 46, de 28 de maio de 2018, do Conselho Superior do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia do Ceará. Aprova o Projeto Político Pedagógico Institucional do IFCE.

_____. Resolução nº 50, de 22 de junho de 2015, do Conselho Superior do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia do Ceará. Aprova o Regulamento dos Napnes do IFCE.

_____. Resolução nº 52 de 24 de outubro de 2016, do Conselho Superior do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia do Ceará. Aprova o Regulamento de Concessão de Auxílios Estudantis no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

_____. Resolução nº 56, de 28 de maio de 2018, do Conselho Superior do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia do Ceará. Aprova o programa de alimentação e nutrição do IFCE.

_____. Resolução nº 71 de 31 de julho de 2017, do Conselho Superior do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia do Ceará. Aprova o Regimento Interno dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no Instituto Federal do Ceará.

_____. Lei Federal nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, Seção 1 - 9/12/1994, Página 18882 (Publicação Original).

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, Seção 1 - 30/12/2008, Página 1 (Publicação Original).

_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, Seção 1 - 22/6/1993, Página 8269 (Publicação Original).

_____. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, Seção 1 - 20/2/1998, Página 3 (Publicação Original).

_____. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 set. 1909. Página 6975.

_____. Instrução Normativa nº 1, Da Ouvidoria-Geral Da União, da Controladoria-Geral da União, de 05 de novembro de 2014. Regula o funcionamento das ouvidorias públicas, classifica as manifestações e orienta sobre o tratamento a ser adotado.

_____. Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 17 fev. 1959. Seção 1, p. 3009 (Publicação Original).

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, Seção 1 - 23/12/1996, Página 27833 (Publicação Original).

_____. Portaria Ministerial nº 526, de 10 de maio de 1995, do Gabinete do Ministro da Educação e do Desporto. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, publicado em 12/05/1995, seção 1, p. 6819.

_____. Resolução nº 026, de 25 de outubro de 2013, do Conselho Superior do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia do Ceará. Altera o artigo 6º do Regimento Geral do IFCE.

ANEXO – LINKS DE ACESSO PARA OS PLANOS DE METAS DOS *CAMPUS* DO IFCE

Campus	Link de Acesso
Acaraú	
Acopiara	
Aracati	
Baturité	
Boa Viagem	
Camocim	
Canindé	
Caucaia	
Cedro	
Crateús	
Crato	
Fortaleza	
Guaramiranga	
Horizonte	
Iguatu	
Itapipoca	
Jaguaribe	
Jaguaruana	
Juazeiro do Norte	
Limoeiro do Norte	
Maracanaú	
Maranguape	
Morada Nova	
Paracuru	
Pecém	
Quixadá	
Sobral	
Tabuleiro do Norte	
Tauá	
Tianguá	
Ubajara	
Umirim	